

2007

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GOVERNO DA BAHIA



GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS



Volume 2

2007

*Promover a gestão pública com democracia,
participação e transparência*



PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

1. REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

Para desempenhar as funções programáticas definidas na nova Estratégia de Desenvolvimento da Bahia, ainda durante a fase de transição – entre outubro de 2006 e janeiro de 2007 –, o Governo eleito concebeu e obteve a aprovação da Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, que criou a nova estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

Desta forma, foram criadas quatro novas Secretarias:

- Secretaria de Turismo – SETUR;
- Secretaria de Relações Institucionais – SERIN;
- Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI;
- Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR.

Além disso, cinco Secretarias tiveram suas denominações alteradas e/ou foram reestruturadas:

- Secretaria de Governo – SEGOV para Casa Civil, que absorveu as responsabilidades da antiga SEGOV e o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FUNCEP, da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP;
- Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, para Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, numa fusão da SECOMP e parte da antiga Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte;
- Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS, para Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, passando a Superintendência de Assistência Social para a SEDES, além de outros órgãos e Fundos;
- Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH para Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos –

SJCDH, transferindo o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher para a Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI.

- Secretaria de Cultura e Turismo – SCT, para a Secretaria de Cultura – SECULT, desmembrada para criar a Secretaria de Turismo – SETUR, em oposição à relação direta entre cultura e turismo estabelecida pela gestão anterior.

Também foram criados novos órgãos em Secretarias já existentes:

- Na Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, a Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF;
- na Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, a Superintendência de Economia Solidária – SESOL.

Além das medidas adotadas antes da posse, o Governo orientou a criação de novos órgãos decorrentes da necessidade de alinhar a estrutura organizacional às políticas e diretrizes definidas pelo novo Governo do Estado. Nesse sentido, foram encaminhados para a Assembléia Legislativa projetos de lei propondo a criação da Controladoria Geral do Estado – CGE e da Superintendência de Previdência – Suprev, subordinada a SAEB.

A Controladoria Geral do Estado – CGE, tem como finalidade promover, executar e coordenar as atividades de controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual atinentes à: defesa do patrimônio público, auditoria e fiscalização públicas, prevenção e combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão, bem como as atividades de fomento ao controle social dos recursos públicos.

Já a Superintendência de Previdência – Suprev, tem a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio

de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, incluindo a arrecadação e gestão de recursos, assegurando a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

2. CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A elaboração da Estratégia da Bahia, iniciada no período de transição de governo, em outubro de 2006, representa todo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Social e Econômico do Estado para os próximos 20 anos. A retomada pelo Governo Federal dos investimentos em infra-estrutura econômica e logística do país, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, reforçou a programação do Estado e descontou novos investimentos públicos e privados para esses setores, com perspectivas otimistas de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Destaca-se também a garantia dos investimentos públicos na área social, com prioridade em saúde e educação, além de incentivos à produção agrícola familiar e arranjos socioprodutivos, possibilitando o desenvolvimento de macrorregiões, tendo como prioridade o Semi-árido.

A formulação da Estratégia da Bahia foi sistematizada metodologicamente através do Mapa Estratégico, cuja construção, mesmo que iniciada no período de transição de governo, só foi finalizada quando da elaboração do Plano Plurianual 2008-2011. Neste Mapa Estratégico estão definidos: visão de futuro, os macroobjetivos, os eixos de de-

senvolvimento, as diretrizes estratégicas socioeconômicas, as diretrizes territoriais e as diretrizes de implementação dos princípios de gestão, orientados pelo novo modelo de desenvolvimento, baseado na governança solidária.

O Mapa Estratégico, assim projetado, passa a constituir-se em um novo instrumento metodológico de planejamento e gestão estratégica para o Estado. Caracteriza-se, como instrumento de planejamento, ao sistematizar, desde os princípios norteadores das políticas públicas, perpassando pelas diretrizes estratégicas, indicando os objetivos e a forma de atingi-los a partir de uma visão de futuro. Como instrumento de gestão, caracteriza-se por incorporar os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, orientando, inclusive, como monitorá-los.

O Mapa Estratégico passou então a ser fundamental na definição e seleção das Ações Prioritárias de Governo, coordenada pela Casa Civil, SEPLAN, e SEFAZ, e também no planejamento estratégico das Secretarias, orientando-as na formulação dos seus objetivos estratégicos, especialmente das Secretarias finalísticas. Contribuiu também no PPA Participativo, desde a construção metodológica, com a realização das plenárias, até a sistematização das demandas da sociedade. Serviu de base quando da elaboração do PPA 2008-2011, contribuindo para a agregação, na matriz programática, do inventário de ações composto pelos compromissos de campanha incorporados na Estratégia da Bahia, Ações Prioritárias, Planejamento das Setoriais e no PPA Participativo.





2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SETORIAL – PES

A coordenação da equipe de transição de governo, em dezembro de 2006, deu início ao Planejamento Estratégico Setorial – PES de todas as Secretarias finalísticas, envolvendo alguns órgãos da administração indireta. Na primeira etapa de trabalho ficaram definidos os resultados esperados em médio prazo, assim como a identificação dos possíveis entraves e obstáculos que deverão ocorrer até o ano de 2010.

A segunda etapa do PES foi realizada entre os meses de abril e maio de 2007, quando foram lançadas as bases para a construção da Matriz Programática considerando a orientação metodológica do Mapa Estratégico, que estruturou a montagem do PPA 2008-2011 mediante diretrizes, programas e ações. Já a terceira etapa contemplou o debate e análise das ações transversais.

2.2 AÇÕES PRIORITÁRIAS 2007

Em um processo de articulação entre a Casa Civil e a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, a partir do Plano de Governo

e das ações propostas pelas Secretarias expressando suas prioridades, o Governo do Estado construiu uma matriz de priorização de ações, definindo e classificando as Ações Prioritárias – AP de Governo, bem como construiu a metodologia de acompanhamento e avaliação dessas ações, sob a coordenação da Casa Civil.

2.3 PPA PARTICIPATIVO – PPAp

Devido à importância e ao ineditismo da decisão do Governo do Estado em deixar de lado as facilidades do planejamento restrito ao âmbito dos gabinetes governamentais, partindo para a efetiva inclusão da sociedade na formulação das políticas públicas, o PPA Participativo – PPAp merece destaque entre as ações do Governo.

O processo do PPA Participativo teve início em fevereiro de 2007, com a SEPLAN e representantes da Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, para a organização e

planejamento dos trabalhos, elaboração do cronograma e metodologia das plenárias, assim como a elaboração da Cartilha e do Caderno do PPAP.

Na seqüência, foi criada a peça teatral “Democracia Cidadã”, importante instrumento de sensibilização e aproximação dos participantes das plenárias com os temas e as atividades a serem desenvolvidas. Neste período, a SEPLAN foi responsável pelo treinamento e capacitação de um grupo de 40 moderadores do PPAP, composto por representantes de todas as Secretarias Estaduais.

Ainda antes da realização das plenárias do PPAP, foi criado o sistema de informática utilizado para o cadastramento dos representantes da sociedade, a sistematização das proposições e da votação das prioridades temáticas territoriais e a consolidação dos resultados estatísticos das plenárias.

Após a realização das Plenárias do PPAP nos 26 territórios de identidade, ocorridas entre 11 de maio e 17 de junho, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Análise de incidência e detalhamento das demandas por temática e território;
- sistematização e análise da consistência das propostas populares;

- elaboração do relatório estatístico do credenciamento e das propostas da sociedade; estas agregadas por diretriz, e enviadas às Secretarias para agregação e adequação das propostas ao Inventário de Ações;
- elaboração e disponibilização para as Secretarias da lista de contatos (mala-direta) dos participantes das plenárias;
- tabulação do questionário aplicado junto aos participantes do PPAP.

Contabilizando-se as reuniões prévias, seminários e debates realizados em vários municípios, o PPAP Participativo envolveu cerca de 40 mil pessoas, segundo a Coordenação Estadual de Territórios, sendo que 12.343 participaram das plenárias como representantes credenciados, além de um grande número de vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e servidores públicos – que representaram 17% do total dos participantes.

No que se refere às demandas apresentadas, os representantes das entidades sociais nos territórios aprovaram mais de 8.000 propostas. Deste montante, 80% compuseram os programas e as ações das Secretarias de Governo previstos no PPAP 2008-2011.

Cabe destacar que, com base nas prioridades identificadas pelos representantes de cada Território de Identidade, durante



as Plenárias do PPAp, as demandas apresentadas pela população indicam que os anseios da sociedade são coerentes com as proposições do Governo, ao eleger como prioridades desta gestão os temas Educação, Saúde e Geração de Emprego e Distribuição de Renda, com ênfase na Agricultura Familiar.

2.4 PLANO PLURIANUAL 2008-2011

Por ser 2007 o primeiro ano de um novo mandato do Poder Executivo Estadual, demandou o cumprimento da Constituição Federal que determina a elaboração do Plano Plurianual referente aos quatro anos subsequentes, cabendo à SEPLAN a consolidação desta peça de planejamento.

Contudo, mais do que simplesmente cumprir o mandamento constitucional, a elaboração do PPA seguiu os princípios da Governança Solidária, posto em prática pela atual gestão estadual, utilizando como instrumento metodológico o Mapa Estratégico. Assim, a construção do PPA 2008-2011 contou com o conhecimento técnico dos servidores públicos de todas as Secretarias do Estado e incorporou os compromissos de campanha através da Estratégia da Bahia, as ações prioritárias, e o PPA Participativo – PPAp, envolvendo todos os 26 Territórios de Identidade, reforçando o conceito de democracia com participação e co-responsabilidade entre Governo e sociedade.

No que se refere ao conteúdo programático, ao contrário do PPA anterior, que vinha privilegiando programas com maior abrangência e ações com vários produtos, o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 buscou criar Programas mais focados, com problemas bem definidos e objetivos mais precisos, sendo passíveis de monitoramento por indicadores de produtos e de resultados.

Outra importante inovação de caráter formal foi a inclusão de demonstrativo com as Despesas de Natureza Administrativa e de Operações Especiais. A inclusão destas despesas em demonstrativos facilita a comparação e cotejo do PPA com os orçamentos anuais em que ele é desdobrado e detalhado. Ao dar visibilidade no corpo do PPA ao conjunto de recursos programados – incluindo-se, assim, os programas finalísticos, os programas de gestão, as despesas de natureza administrativa e as operações especiais –, facilita-se o diálogo entre as diversas esferas da Administração Pública envolvidas na sua implementação e se oferece ao cidadão maior clareza e transparência no acompanhamento e fiscalização do gasto público.

Entre as ações para a concretização dessa nova concepção de planejamento em 2007, com alcance para todas as Secretarias de Estado, destacam-se:

- Apresentação e consolidação do Mapa Estratégico e seu desdobramento em diretrizes, programas e ações;
- envio do Manual para Elaboração do PPA 2008-2011 e do Inventário de Ações, definidos a partir da Estratégia da Bahia;
- realização de reuniões, em duas etapas, visando a construção coletiva da Matriz Programática;
- realização das Plenárias Públicas do PPA Participativo nos meses de maio e de junho e encaminhamento às Secretarias para agregação e adequação das propostas ao Inventário de Ações;
- reuniões com as Secretarias sobre temas transversais como água, trabalho e renda, segurança alimentar, meio ambiente, raça e gênero, direito humanos e juventude, entre outros;
- reuniões com os servidores para a elaboração dos indicadores de resultado para cada um dos programas finalísticos do PPA;
- análise de consistência e aderência das propostas das setoriais com os eixos de desenvolvimento do Governo.
- elaboração do texto do PPA 2008-2011 incorporando a Estratégia da Bahia e sua orientação metodológica de planejamento e gestão estratégica;
- envio do projeto de Lei à Assembléia Legislativa em 30 de agosto de 2007, com aprovação publicada sob a forma da Lei nº 10.705, em 14 de novembro.

2.5 MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008-2011

Após a elaboração do Plano Plurianual durante o segundo semestre de 2007, o Governo concentrou esforços para a elaboração do Modelo de Gestão do PPA 2008-2011. Além de estabelecer as definições conceituais que dão sustentação e embasamento ao Modelo de Gestão, focado na maximização dos resultados dos programas governamentais e na participação democrática da sociedade, foi sistematizada uma proposta de implementação de instrumentos, distribuídos em quatro dimensões, conforme Quadro 1.

Para apresentar e discutir esta proposta e identificar, junto às setoriais, quais os instrumentos internos que vinham sendo utilizados para o monitoramento e avaliação de suas ações, realizou-se, entre outubro e dezembro de 2007, visitas técnicas a nove Secretarias, procedimento que terá continuidade em 2008.

QUADRO 1

DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008-2011
BAHIA, 2007

DIMENSÃO	INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
Pessoas	Conselho de Acompanhamento do PPA	Instância de discussão pública que debate os temas indicados nas plenárias territoriais e contribui para o acompanhamento do PPA, aconselhando e sugerindo prioridades e ajustes nas ações governamentais.
	Rede de Agentes de Planejamento das Setoriais e Seccionais	Fórum composto por servidores públicos estaduais voltado para a interlocução dos assuntos associados à gestão do planejamento governamental.
	Comitês de Gerenciamento de Programa	Instrumento de gestão para a implementação, monitoramento, avaliação e retroalimentação de programas, tomando como referência a transversalidade, o agrupamento de programas e a efetividade das ações governamentais.
Sociológica	Indicadores	Medida quantitativa que funciona como um "termômetro" do progresso de uma política, programa ou ação. Serão trabalhados indicadores de recursos, processos, produtos, resultados e impactos.
	Pesquisas de Opinião e Grupo Focal	Instrumentos para a coleta e tratamento de informações associadas ao grau de satisfação de usuários de bens e serviços públicos. Será aplicada com beneficiários de programas e projetos específicos.
Tecnológica	SIPLAN e SICOF	O Siplan é o sistema informatizado que possibilita a construção, os ajustes e o acompanhamento do PPA e da LOA O Sicof é o sistema informatizado que automatiza o processo da execução orçamentária da receita e da despesa pública.
	Portal de Gestão	Tem como objetivo vincular o planejamento operativo ao estratégico, promovendo a gestão (monitoramento e avaliação) do PPA de forma articulada às atividades das setoriais.
Processos	Monitoramento <i>in loco</i>	Decorrente de reuniões técnicas com as Secretarias e seccionais para a disseminação e execução do modelo de gestão do planejamento. A equipe da SEPLAN/SGA visitará as setoriais quinzenalmente.
	Relatórios de Gestão	Documentos de natureza qualitativa e quantitativa que contribuem para o monitoramento e avaliação dos programas constantes do PPA.

Continua

Continuação

QUADRO 1 DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008-2011 BAHIA, 2007		
DIMENSÃO	INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
	Revisão do PPA	Processo de adequação do plano às mudanças internas e externas da conjuntura política, social e econômica, por meio da alteração, exclusão ou inclusão de Programas via Projeto de Lei e resultante dos processos de monitoramento e avaliação do PPA.
	Encontro Baiano de Gestão Pública	Evento anual voltado para a discussão dos desafios e oportunidades da Gestão Estratégica do PPA 2008-2011.

Fonte: SEPLAN/SGA

Vale salientar que as dimensões citadas são complementares e somente trarão frutos com a articulação permanente dos procedimentos nelas contidos.

2.5.1 Conselho de Acompanhamento do PPA

Para a concretização da Diretriz: Promover a Gestão Pública com Democracia, Participação e Transparência, explicitada pelo Governo em seu Mapa Estratégico, um passo fundamental foi a criação do Conselho de Acompanhamento do PPA – CAPPA, composto pela SEPLAN, SERIN e pelo Fórum de Acompanhamento do PPA, integrado por representantes dos Territórios de Identidade, que contribuirá no acompanhamento do PPA.

Além disso, foi promovido o I Seminário Estadual do Fórum de Acompanhamento do PPA, em novembro, quando os representantes da sociedade participaram de uma oficina sobre planejamento e orçamento público. E ainda, deu-se início à elaboração do Regimento Interno do Conselho de Acompanhamento do PPA.

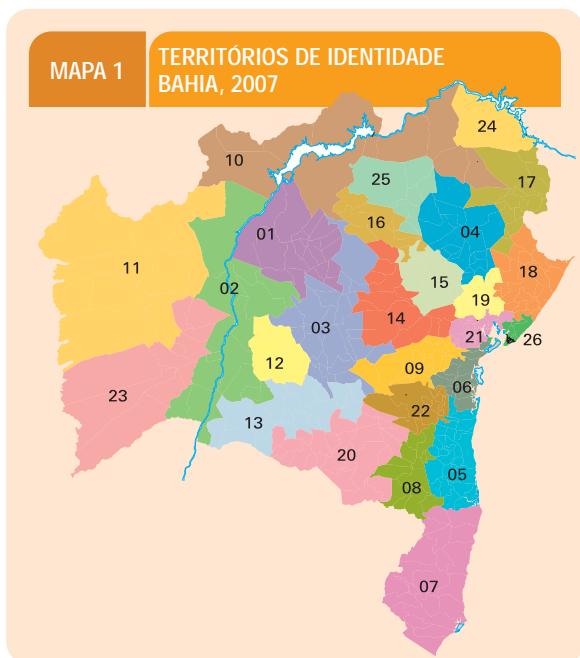
2.6 TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

O Governo Wagner adotou, em 2007, os Territórios de Identidade como unidades de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia, reconhecendo a legitimidade da divisão territorial que foi conformada a partir de um processo de construção social.

Os Territórios de Identidade partiram do conceito de um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais (meio-ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições), que estabelecem uma população constituída por grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial, consolidado num sentimento de pertencimento.

Trata-se de um processo iniciado em 2003, quando foram realizadas várias atividades nos municípios baianos por um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, constituído de diversos representantes do poder público e sociedade civil, englobando o levantamento das delimitações geográficas existentes, reuniões entre organizações e as bases locais para opinarem quanto à inserção dos municípios nos territórios. No Mapa 1 estão apresentados os 26 Territórios de Identidade que foram considerados como unidades de regionalização para a construção do Plano Plurianual 2008-2011.

Cabe ainda registrar que a SEPLAN está construindo uma nova cultura de planejamento para o processo de implementação de políticas públicas no Estado, assimilando, além da dimensão territorial, a necessidade de que o planejamento aconteça orientado por princípios de gestão participativa a qual privilégio, entre outros elementos, a integração dos sujeitos envolvidos, estabelecendo redes e articulações.



TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	CÓD. SIPLAN
01 IRECÉ	53
02 VELHO CHICO	54
03 CHAPADA DIAMANTINA	55
04 SISAL	56
05 LITORAL SUL	57
06 BAIXO SUL	58
07 EXTREMO SUL	59
08 ITAPETINGA	60
09 VALE DO JIQUIRIÇÁ	61
10 SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	62
11 OESTE BAIANO	63
12 BACIA DO PARAMIRIM	64
13 SERTÃO PRODUTIVO	65
14 PIEMONTE DO PARAGUAUÁ	66
15 BACIA DO JACUÍPE	67
16 PIEMONTE DA DIAMANTINA	68
17 SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	69
18 AGreste de ALAGOINHAS - LITORAL NORTE	70
19 PORTAL DO SERTÃO	71
20 VITÓRIA DA CONQUISTA	72
21 RECÔNCAVO	73
22 MÉDIO RIO DE CONTAS	74
23 BACIA DO RIO CORRENTE	75
24 ITAPARICA (BA/PE)	76
25 PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	77
26 METROPOLITANA DE SALVADOR	78

Fonte: SEI e SEPLAN/Siplan

Desta forma, a estratégia de desenvolvimento reflete a busca de uma metodologia capaz de se adequar a cada situação específica, de modo a responder com efetividade aos desafios

encontrados em meio à diversidade do território baiano, consubstanciando o planejamento territorial num instrumento de correção das distorções e desigualdades históricas entre as regiões do Estado.

Ao longo de 2007, a SEPLAN realizou reuniões semanais com a participação de diversas Secretarias, representantes dos Territórios, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e outras instituições, com o intuito de definir a organização, gestão e ordenamento dos territórios, além da metodologia para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Territorial. Estes Planos servirão de base para o novo modelo de desenvolvimento territorializado. Construídos dentro dos princípios participativos e de visão estratégica, os Planos irão nortear as políticas públicas nos territórios, visando dinamizar e resgatar as suas potencialidades e a complementaridade entre eles. A elaboração dos Planos de Desenvolvimento Territorial dos 26 Territórios de Identidade terá início em 2008 com previsão de conclusão em 2009.

A convicção de que o desenvolvimento sustentável requer a inclusão da dimensão territorial no planejamento, orientou a elaboração do PPA 2008-2011, no qual os investimentos, em sua maioria, se realizam por Território de Identidade. O processo de participação sob o qual foi elaborado o PPA nos 26 Territórios garantiu o levantamento das demandas da sociedade e formulação de políticas públicas compatíveis com as necessidades observadas.

A SEPLAN realizou também diversos eventos com a temática dos territórios. Com vistas a debater a legislação e as possibilidades de aplicação dos consórcios públicos nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, de forma a otimizar o desenvolvimento de projetos, esta Secretaria promoveu um seminário sobre consórcios públicos, ocorrido em setembro. Neste evento teve destaque a exposição sobre a proposta que está sendo elaborada, com vistas à implantação de consórcios públicos na área de saneamento básico.

Outro importante evento realizado, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA e com o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável – Fórum DRS, foi a X Jornada Temática de Debates, que contou com o tema “Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais”. Em seguida, ocorreu o II Fórum

Internacional de Desenvolvimento Territorial, realizado em Salvador. A Bahia foi escolhida para sediar estes dois debates porque o Estado passou a ser referência nacional na utilização dos Territórios de Identidade como estratégia de planejamento.

Outra importante ação diz respeito à elaboração, em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, do CD denominado “Atlas dos Territórios de Identidade”, lançado durante o II Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial. Este CD agrupa um conjunto de informações geográficas, sociais e econômicas, relativas aos Territórios de Identidade, compreendendo o primeiro produto que contém dados agregados segundo a nova regionalização da Bahia, e poderá atender aos diversos públicos: escolas, bibliotecas, instituições públicas, dentre outros.

2.6.1 Programa de Fortalecimento Institucional das Municipalidades

Os modelos de descentralização político-administrativa têm servido de orientação às mais variadas experiências de gestão municipal, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. A “redescoberta” da esfera local, enquanto instância de representação do poder, tem-se apresentado como uma tendência recente, seja no campo da legitimação do Estado, seja no campo da luta pela conquista dos direitos sociais e da cidadania.

A descentralização cria condições favoráveis para promover modelos de desenvolvimento econômico mais equilibrados e mais adaptados às necessidades sociais, à evolução e ao esclarecimento social, a partir da cidadania e do engajamento participativo. As propostas de descentralização prevêem a transferência de competências e de funções para as esferas regionais e locais, implicando maior divisão do poder decisório.

Consciente da necessidade de realizar processos de capacitação, que desloquem a velha estrutura corporativa e criem uma nova cultura, que lastreie o novo modelo de desenvolvimento e de gestão pública, a SEDIR formatou o Programa de Fortalecimento Institucional das Municipalidades, com o propósito de disponibilizar instrumentos e estimular a aquisição de competências para uma gestão criativa que integre as dimensões técnica, política e social,

e amplie a consciência dos servidores municipais, tornando-os mais eficientes na prestação dos serviços públicos.

O Programa tem os seguintes objetivos:

- Fortalecer a capacidade técnica e gerencial dos agentes institucionais envolvidos no processo de planejamento e gestão do desenvolvimento municipal e territorial;
- fomentar a instituição de mecanismos que favoreçam a participação e o controle social, através da criação de fóruns e de espaços institucionalizados para a manifestação de interesses, discussão e formulação de políticas que incorporem modelos de gestão mais participativos e descentralizados;
- estimular a articulação entre os órgãos públicos das diversas esferas de governo e a formação de parcerias e consórcios intermunicipais, como forma de alcançar maior efetividade das ações e a maximização dos resultados na alocação dos recursos públicos;
- contribuir para a racionalização da execução do trabalho, mediante a formatação e a implantação de estruturas organizacionais adequadas às necessidades dos municípios.

O desenvolvimento institucional, viabilizado pela capacitação deverá, portanto, estimular soluções inovadoras à gestão, considerando a participação social e a nova institucionalidade que se apresenta, assim como contribuir para o surgimento de posturas empreendedoras nesses municípios.

A implementação das ações previstas no Programa deverá acontecer a partir de 2008, priorizando-se os municípios dos Territórios que integram a região Nordeste do Estado, os quais estão sendo objeto da atenção preferencial do Governo, por apresentarem os piores indicadores sociais e econômicos do Estado.

2.6.2 Conselhos de Desenvolvimento Regional

Os Conselhos de Desenvolvimento Regional fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e de integração, focada em um modelo de governança territorial, que abriga a administração estadual, o Governo Federal, as prefeituras municipais, a sociedade civil e o terceiro setor. Trata-se de um projeto que tem por base a valorização da participação local na discussão dos temas de interesse dos

territórios, e na elaboração de uma proposta de intervenção planejada, com vistas ao desenvolvimento regional, sob os aspectos econômico, social, político e ambiental.

Os três Territórios da Região Nordeste do Estado foram priorizados pelo Governo do Estado por abrangerem os municípios que detêm os piores índices de desenvolvimento social e econômico da Bahia. Já o Baixo Sul, dentre os territórios onde havia sido realizado, pela SEPLAN, um trabalho piloto de implantação de conselhos, foi o que se encontrava em estágio mais avançado, com um Plano de Desenvolvimento Regional Participativo já iniciado.

Os resultados parciais alcançados no período para estas intervenções foram:

- elaboração do Termo de Referência para orientar a discussão sobre a formação dos Conselhos;
- reuniões com as Coordenações dos Territórios do Semiárido Nordeste II e Baixo Sul, para nivelamento de informações e discussão preliminar sobre a estrutura e composição dos Conselhos;
- contatos com a Associação das Prefeituras do Sertão Baiano – APSB e com a Associação dos Municípios do Baixo Sul – Amubs, para discutir os encaminhamentos futuros para a implantação dos Conselhos;
- reuniões internas com o grupo técnico da SEPLAN, para a definição das competências, papéis e formas de cooperação entre a SEDIR, SEDUR, SEPLAN e SERIN, todas envolvidas no processo de implantação dos Conselhos.

2.6.3 Ação Regional – CAR

Compreendendo-se que a missão da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR não se limita exclusivamente à realização de ações voltadas para a construção de infra-estruturas sociais e produtivas, mas, também, à promoção do desenvolvimento local e regional sustentável, possibilitando o fortalecimento das organizações e o protagonismo dos pequenos produtores, coerentemente com as diretrizes do Governo, a direção da Empresa, sob a coordenação da SEDIR, desencadeou um processo de mudança de suas práticas, contribuindo para a definição, difusão e institucionalização de uma nova abordagem técnico-metodológica, buscando o aperfeiçoamento contínuo de suas práticas de trabalho.

Essa nova abordagem metodológica definida como “Concertação” procura sanar alguns problemas que evidenciam o afastamento das ações da CAR do seu objetivo primeiro de empoderamento da sociedade civil, através do fortalecimento da gestão democrática participativa das associações comunitárias e consequentemente dos Conselhos de Desenvolvimento Municipais. Esse processo de trabalho contou com a participação das organizações da sociedade civil localizadas nos municípios, bem como de representantes das prefeituras, Conselhos municipais e órgãos do governo estadual sediados nas regiões que participaram da elaboração das agendas de trabalho (planos para os municípios).

O processo da “Concertação”, estruturada em ações políticas regionais, formuladas para médio e longo prazo; dependentes dos planos de desenvolvimento sustentado dos territórios e dos planos de desenvolvimento municipais; integração com outros órgãos do Estado; inter-relação entre os programas executados pela Empresa e a reavaliação do modo de concepção dos seus projetos, está baseada em três eixos fundamentais:

- Fortalecimento da capacidade de leitura das demandas e potencialidades de acompanhamento e avaliação de sub-projetos;
- fortalecimento da territorialidade da ação, a ser encadeada da comunidade ao município e do município à região; e
- fortalecimento da capacidade de articulação intersetorial e interinstitucional da ação pública.

Em 2007, a proposta de “Concertação” foi iniciada em uma região-piloto envolvendo quatro municípios: Tucano, Heliópolis, Itapicuru e Ribeira do Amparo. Estes municípios foram escolhidos em função de disporem de vários Programas em execução pela CAR: Terra de Valor; Programa de Combate à Pobreza Rural – Produzir; Crédito Fundiário e o Projeto de Irrigação da Bacia de Tucano, que vem sendo realizado em parceria com a CAR.

De agosto até o mês de dezembro, a estratégia de trabalho da “Concertação” realizou, em 37 municípios da área de abrangência dos Escritórios Regionais da CAR de Euclides da Cunha, Serrinha, Feira de Santana e Juazeiro, 217 reuniões nas comunidades, envolvendo um total de 6.619 pessoas.

A primeira etapa desse trabalho é iniciada com uma ampla reunião no município, sede dos Escritórios Regionais, com a

participação de representantes do movimento social, instituições governamentais, não-governamentais e gestores municipais, quando é apresentada e discutida a proposta de trabalho.

Dando continuidade às atividades, são realizadas reuniões em comunidades que tenham subprojetos executados através do Programa de Combate à Pobreza Rural – Produzir, para construção dos diagnósticos situacionais, tendo em vista identificar o quadro atual dos subprojetos, as potencialidades e os problemas existentes. Esses diagnósticos são elaborados em conjunto com a comunidade, de acordo com as estratégias de gestão definidas pelo atual governo, baseadas na ética, descentralização, participação e diálogo social.

Nas reuniões comunitárias são eleitos três representantes, por comunidade, para participar das Oficinas de “Concertação”, que se constituem em trabalhos/discussões em grupos temáticos (Geração de Trabalho e Renda e Infra-estrutura Social), tendo como base os diagnósticos municipais – resultado da compatibilização dos diagnósticos situacionais. O resultado dessa etapa é a elaboração final das Matrizes de Demandas Municipais – Agendas de Trabalho.

Com a finalidade de dar encaminhamento às questões definidas nas Agendas Trabalho, junto às instituições parceiras, são criados Comitês Executivos que são compostos por membros participantes do grupo das oficinas, eleitos durante o evento. Esse Comitê tem sob sua responsabilidade articular e negociar as demandas surgidas a partir do quadro diagnosticado nos diversos municípios.

2.6.4 Perfis Regionais de Desenvolvimento Sustentável

Definidos como estudos que têm como base de referência o modelo de desenvolvimento regional sustentável, estes perfis apresentam diagnósticos sobre os diversos temas da região-objeto, abrangendo os aspectos geoambientais, configuração socioespacial, demografia, saúde, educação, energia, estradas e comunicações, saneamento básico, economia, organização social e investimentos públicos. Com base nos diagnósticos são indicados as potencialidades e condicionantes para o desenvolvimento da região-objeto.

A partir do Perfil Regional é elaborado o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, para uma determinada região. Um PDRS tem como objetivo principal propor diretrizes, estratégias e projetos baseados nos princípios do desenvolvimento regional sustentável e que estabeleçam a promoção da equidade socioespacial, a conservação dos recursos ambientais, o desenvolvimento científico-tecnológico, a preservação dos elementos histórico-culturais, a democratização político-institucional, a garantia de acesso aos serviços sociais e a expansão das atividades econômicas que resultem na diminuição da pobreza, da exclusão e da desigualdade social, de forma permanente.

No exercício de 2007, foram elaborados os Perfis Regionais do Piemonte da Diamantina e Piemonte do Paraguaçu, que em conjunto aos perfis anteriormente já concluídos para as regiões do Sul da Bahia, Oeste, Chapada Diamantina, Sudoeste, Recôncavo Baiano, Irecê, Baixo-Médio São Francisco e Serra Geral, perfazem um total de dez Perfis.

2.6.5 Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região Nordeste da Bahia

Em consonância com a diretriz estratégica territorial de promover o desenvolvimento do Semi-árido baiano e assegurar a redução da pobreza e desigualdades inter e intra-regionais que, historicamente, persistem na Bahia, o Governo do Estado incumbiu a Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR de coordenar a elaboração de programas de desenvolvimento integrados e sustentáveis, capazes de dar respostas, no curto e médio prazos, às graves carências presentes nessas regiões e, especialmente, nos territórios e municípios do semi-árido baiano.

A decisão de trabalhar com recortes territoriais como unidades referenciais de planejamento, e de eleger para atendimento preferencial aqueles subespaços onde se concentram as maiores carências sociais e econômicas, orientou a escolha da Região Nordeste da Bahia como a primeira a ser trabalhada sob o enfoque do novo modelo de desenvolvimento instituído pelo atual Governo, que se alicerça na participação social e na governança solidária.

A Região Nordeste da Bahia é integrada por 44 municípios, que conformam três Territórios de Identidade: Semi-Árido

Nordeste II, Sisal e Itaparica. A região, em seu conjunto, apresenta as piores condições socioeconômicas do Estado, refletidas no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH dos municípios e em outros indicadores que traduzem a qualidade de vida da população. Pesquisas recentes indicam que 38 desses municípios estão situados na faixa de IDH compreendida entre 0,526 e 0,650, sendo que destes, 26 têm IDH inferior a 0,600, enquanto a média do Estado é 0,688 e do Brasil, 0,766 (Atlas IDH no Brasil, 2.000).

A região amarga, ainda, as maiores taxas de analfabetismo do Estado, com mais de 40% de analfabetos em dez municípios e índices que superam os 30%, em outros 30. Os índices de mortalidade infantil no ano 2000 chegaram a 79,20/1000 nascidos vivos no município de Fátima; 79,03/1000 em Santa Brígida; e 78,58/1000 nos municípios de Adustina, Cícero Dantas e Ribeira do Pombal, contra um índice de 46,49/1000 no Estado (SEI, Censo 2000-resultados da amostra). A renda per capita das famílias é muito baixa na quase totalidade dos municípios dos três territórios. Especialmente no território do Sisal, 39% das famílias sobrevivem com menos de R\$ 90,00 mensais.

Adicionalmente, a região apresenta grandes carências de infraestrutura e de oferta de serviços públicos à população, além de condições climáticas que comprometem a atividade produtiva e a geração sustentável da renda para a sobrevivência digna das famílias.

A construção do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS Nordeste, está assentada nos pressupostos básicos da racionalidade dos investimentos, alcançada pela integração e complementariedade das políticas, programas e projetos das três esferas de governo; da legitimidade das propostas, que se originam nas consultas à sociedade civil; e, também, na exequibilidade das ações, assegurada pelo envolvimento e compromisso dos diversos órgãos governamentais e entidades que participam do Programa, os quais permanecerão articulados em um modelo de gestão que consolide o sistema participativo e confira continuidade e consistência às decisões que visam ao desenvolvimento sustentável.

A elaboração do PDRS nas bases propostas constitui-se em um grande desafio para os agentes que participam desse

processo, pela complexidade das questões tratadas; por envolver, em graus variados, todas as áreas de atuação do Governo; e, principalmente, por depender, para a sua eficácia plena, da estreita articulação e coordenação territorial das políticas e programas das três esferas de governo.

O modelo adotado para o trabalho visa o alcance do entendimento do papel de cada agente e o estabelecimento das suas contribuições para a promoção do desenvolvimento da região, a partir da construção de uma matriz de planejamento regional, que estabeleça as integrações e complementariedades programáticas, bem como fixe os prazos para o alcance dos objetivos específicos estabelecidos pelo Programa, considerando-se os horizontes de curto e médio prazos.

Em abril de 2007, foram definidas as premissas básicas e as diretrizes metodológicas para a elaboração do Programa, que, efetivamente, só teve início em setembro de 2007, quando já haviam sido formuladas as consultas à sociedade civil, através das conferências setoriais e fóruns temáticos realizados em todos os Territórios do Estado, bem como as reuniões plenárias do Plano Plurianual Participativo – PPAp. O conhecimento dessas demandas legítimas da sociedade foi, sem dúvida, o ponto de partida para as etapas subsequentes da construção do PDRS Nordeste.

No período considerado, foram realizadas reuniões para elaboração do Programa, com a participação efetiva de dez Secretarias de Estado. Estas já receberam da SEDIR os “CADERNOS DE DEMANDAS SETORIAIS”, que consistem na sistematização dos pleitos apresentados pelos representantes da sociedade civil, durante as plenárias do PPAp e nos Planos de Desenvolvimento elaborados pelas Coordenações dos Territórios de Identidade do Semi-Árido Nordeste II e Sisal.

O cruzamento dessas demandas com as ações propostas no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011, já sinalizou para a capacidade de atendimento desses pleitos no curto e médio prazos, respectivamente, através de investimentos diretos do Estado. Adicionalmente, permitirá a identificação de eventuais demandas, cujo atendimento não esteja contemplado na programação do Estado, mas que poderão ser financiadas através de outras fontes a serem levantadas pelo Programa.

Com o objetivo de diagnosticar, em profundidade, as causas e condicionantes da persistência de indicadores socioeconômicos tão críticos na Região Nordeste, foram elaborados os Termos de Referência para a contratação de consultoria especializada, nas áreas de Educação, Saúde, Trabalho e Renda e Infra-estrutura.

Foram realizadas reuniões individuais com a SEINFRA, SECTI, SESAB, SEC, SEMARH e SETRE, para levantamento dos investimentos previstos para a região, e o repasse de orientação técnica para a formação dos Grupos de Trabalho internos, encarregados da formatação dos anteprojetos, que darão suporte à operacionalização das ações planejadas.

A metodologia concebida para a construção do PDRS Nordeste, além do objetivo imediato de assegurar maior eficiência e efetividade aos investimentos públicos, visa, também, contribuir para o surgimento de uma nova cultura no funcionamento da estrutura do Estado, a partir de formas de atuação orientadas pela articulação, cooperação e integração, visando alcançar o objetivo comum de promover o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado.

Concomitante com o trabalho desenvolvido nos 44 municípios de três Territórios de Identidade localizados no Semi-Árido baiano: Semi-Árido Nordeste II, Itaparica/BA e Sisal e mais os municípios de Canudos e Uauá, do Território do Sertão do São Francisco e Sátiro Dias e Crisópolis, do Território do Agreste de Alagoainhas Litoral Norte, e entendendo a urgência que a intervenção requer, o Governo do Estado, por meio da SEDIR, optou por desenvolver um projeto-piloto, envolvendo os municípios de Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Fátima, Heliópolis, Novo Triunfo e Ribeira do Pombal, localizados no Território de Identidade Semi-Árido Nordeste II, todos com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e, por serem contíguos, passíveis de externalidades positivas, com menores custos de implementação. Este modelo de desenvolvimento, depois de testado, poderá ser implementado nos demais municípios de abrangência do Programa. Para tanto, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 270 milhões, ao longo de quatro anos.

Após cuidadoso estudo, compilando diversas informações socioeconômicas, demográficas, de infra-estrutura, no mês

de outubro de 2007 foram realizadas visitas técnicas aos sete municípios, no intuito de conhecer de perto as reais necessidades locais. Desta forma, foram visitadas as prefeituras municipais, órgãos e entidades regionais, cooperativas, associações e a Escola Família Agrícola.

São amplas as possibilidades para que este projeto-piloto venha atrair investimentos privados, colaborando também para a geração de empregos nas comunidades locais, que, juntamente com as associações e cooperativas, somarão resultados positivos para a reversão dos desequilíbrios regionais.

2.6.6 Capacitação e Assistência Técnica na Área de Planejamento, Gestão Urbana e Regularização Fundiária no Estado da Bahia

O projeto se insere no programa de fortalecimento da gestão municipal, com prioridade para a elaboração e implementação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana, e será realizado através de convênio com o Ministério das Cidades, que aportará 70% dos recursos. Com sua implantação, pretende-se pautar a agenda da reforma urbana no Estado da Bahia, atuando de forma integrada para a construção das políticas e planos, envolvendo as instâncias de participação e controle social.

No Estado da Bahia, a maioria dos seus 417 municípios apresenta fragilidade na estrutura de gestão, sobretudo quanto às instâncias de participação e controle social. Desse modo, o Governo Estadual, ao assumir o seu papel de articulador e fornecedor de suporte técnico nas ações de fortalecimento institucional, busca enfrentar este quadro, optando por uma atuação integrada nos 26 Territórios de Identidade.

Na primeira etapa de implementação do projeto, pretende-se estruturar procedimentos de trabalho e implementar ações de capacitação e assistência técnica nos três Territórios de Identidade discriminados no Quadro 2, que possam ser replicadas, com as devidas adequações, para os demais territórios. A escolha desses Territórios decorreu das precárias condições socioeconômicas e ambientais que os mesmos apresentam, em consonância com as diretrizes Estratégicas Socioeconômicas e Territoriais Prioritárias.

QUADRO 2

**TERRITÓRIOS DEFINIDOS PARA O PROJETO DE CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO URBANA E REGIONALIZAÇÃO FUNDIÁRIA
BAHIA, 2007**

TERRITÓRIO	SEDE DO NÚCLEO REGIONAL	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
Litoral Sul	Itabuna	27	848.311
Semi-Árido Nordeste II	Euclides da Cunha	18	397.193
Itaparica	Abaré	06	161.149
TOTAL		51	1.406.653

Fonte: Relatório Perfil Municipal 2007 (SEPLAN)

* População total estimada 2005

Serão contemplados os seguintes eixos de ação:

- capacitação de trinta lideranças comunitárias nas áreas de gestão, planejamento urbano e regularização fundiária, por cada Território: Semi-Árido Nordeste II, Itaparica e Litoral Sul;
- assistência técnica para elaboração de Planos Diretores, nos municípios de Abaré, Fátima e Buerarema, os quais, juntos, reúnem 52.064 habitantes, localizados respectivamente no Território de Itaparica, Semi-Árido Nordeste II e Litoral Sul;
- assistência técnica para elaboração de outros instrumentos de política urbana, para municípios que já dispõem de Plano Diretor, nos municípios de Paulo Afonso, Cícero Dantas e Ilhéus, os quais, juntos, reúnem 353.440 habitantes, localizados respectivamente no Território de Itaparica, Semi-Árido Nordeste II e Litoral Sul.

2.7 GARANTIA DA TRANSVERSALIDADE

Com base no princípio de que a efetividade dos programas e ações do Governo do Estado somente será alcançada a partir do trabalho conjunto e integrado entre todas as instâncias da administração estadual, a SEPLAN realizou uma série de atividades, dentre as quais merecem destaque:

- realização do curso de Competências Conversacionais, com o objetivo de se iniciar mudanças nos modelos mentais dos servidores rumo ao novo modelo de gestão;
- identificação dos primeiros representantes das setoriais que integrarão a Rede de Agentes de Planejamento;
- criação do Núcleo de Moderadores do Estado, integrado pelo mesmo grupo de facilitadores do PPA Participativo, que faz parte da organização e construção metodológica das conferências territoriais e estaduais;

- realização de Oficina de Monitoramento conjunta entre SEPLAN e Casa Civil, visando à construção de métodos para se atingir a transversalidade entre as duas setoriais;
- realização do I Encontro Baiano de Gestão Pública, que se configurou como um fórum de discussão dos servidores públicos com o objetivo de avaliar o desenvolvimento dos instrumentos de monitoramento das ações de Governo.

2.8 CONSELHOS E CONFERÊNCIAS

O esforço que o Governo do Estado vem exercendo na operacionalização de seu objetivo de atingir a Governança Solidária já se constitui em um contraponto ao modelo de gestão adotado pelos governos anteriores, com a verticalidade das ações políticas dando lugar ao diálogo social e à participação.

A idéia de uma sociedade civil organizada e participativa se constitui em uma ação republicana que se contrapõe ao favoritismo e ao clientelismo, históricos nas práticas políticas da Bahia.

Buscando esse objetivo, o Governo Estadual, através das diversas Secretarias, tem respondido a vontade política e histórica dos movimentos sociais, assim como, de outros interlocutores na construção de uma democracia participativa. Esta condição, que teve seu maior emblema na realização do PPA Participativo, concretiza-se também em outras situações como o fortalecimento dos Conselhos e a realização de Conferências, instrumentos que representam o *locus* de aproximação dos movimentos sociais com o Governo e têm possibilitado a materialização da participação popular na construção conjunta da sociedade.

Diante disso, a formação, reestruturação e efetivação de diversos Conselhos Estaduais, inclusive com a garantia de integração de representantes dos povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, marisqueiros, pescadores e comunidades de fundo de pasto, tem sido alvo de uma ação intensiva por parte da atual gestão.

Além disso, a realização de Conferências tem reconhecido a importância dessas instâncias como mecanismos fomentadores da organização social e do fortalecimento dos direitos da cidadania, com destaque para a interiorização desses processos, buscando-se a garantia de realização de conferências nas três esferas: municipal, territorial e estadual.

Dentre as principais intervenções junto aos Conselhos, estão:

- reestruturação e elaboração de novo regimento interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh;
- reestruturação do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – Cepram;
- fortalecimento do Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas;
- reestruturação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea/BA;
- criação do Conselho Estadual das Cidades da Bahia – Con-Cidades/BA;
- fortalecimento do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – Ceca;
- criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, em fase de implantação.

Já em relação às Conferências e encontros, em 2007, foram realizadas as seguintes atividades:

- I Conferência Estadual de Educação, precedida por 30 Conferências Regionais;
- 7^a Conferência Estadual de Saúde, tendo como fase preparatória a realização de 393 Conferências Municipais;
- 3^a Conferência Estadual das Cidades, com 10 Conferências Regionais e 114 Conferências Municipais anteriores;
- oito Conferências Regionais de Meio Ambiente, com eleição de 51 delegados para participação na Conferência Estadual;
- nove Encontros Pelas Águas, envolvendo populações do entorno de nove bacias hidrográficas do Estado;
- VI Conferência Estadual de Assistência Social, precedida por 361 conferências municipais;

- III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, precedida por 12 encontros regionais preparatórios;
- II Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres;
- VI Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, com 11 Conferências Regionais e 79 Conferências Municipais;
- II Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- II Conferência Estadual de Cultura; precedida por 26 Encontros Territoriais e Encontros Municipais com participação de 390 municípios.

Além disso, estão previstas a I Conferência Estadual de Comunicação e a Conferência da Juventude da Bahia, que está em fase de organização das Conferências Municipais que a precederão.

Para maiores informações sobre as atividades dos Conselhos e das Conferências, deve-se remeter aos capítulos deste relatório referentes a cada uma das Diretrizes Estratégicas a que os mesmos se enquadram.

2.9 ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão vinculado à SEPLAN, tem por finalidade elaborar estudos, projetos e pesquisas, visando subsidiar o planejamento, a formulação de políticas públicas e os programas de desenvolvimento do Estado.

Para tanto, produz, analisa e dissemina informações estatísticas, demográficas, cartográficas e geográficas; executa atividades relativas à construção de indicadores econômicos e sociais; coordena o sistema de contas regionais; organiza a divisão territorial do Estado, bem como analisa os recursos naturais e ambientais do território baiano.

A SEI oferece um panorama da realidade do Estado e de seus 417 municípios, constituindo-se, portanto, como um provedor de dados para o Estado. Atende demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil, cumprindo sua missão de colocar a informação a serviço da sociedade.

O conteúdo dos estudos, pesquisas e análises desenvolvidas pela SEI está disponível no site www.sei.ba.gov.br e nas diversas publicações editadas anualmente pelo órgão, entre as

quais se destacam o Anuário Estatístico da Bahia; a revista Conjuntura & Planejamento; Estatística dos Municípios Baianos; a revista Bahia: Análise e Dados; a Série Estudos e Pesquisas.

Objetivando difundir os conhecimentos produzidos no âmbito da instituição, a SEI realizou, em 2007, importantes eventos, merecendo destaque:

- Seminário de apresentação dos trabalhos: Identificação e análise da evolução temporal das manchas de pobreza na Bahia 1991-2000 e Identificação e caracterização das manchas de pobreza intra-urbanas na Bahia em 2000. Realizado em fevereiro de 2007.
- Realização de seminários trimestrais sobre a economia baiana, em parceria com o Núcleo de Estudos Conjunturais – NEC, da Universidade Federal da Bahia. Realizados em março, junho, agosto e dezembro de 2007.
- Seminário de lançamento da Revista Bahia Análise & Dados – 10 anos da Pesquisa de Emprego e Desemprego, ocorrido em maio de 2007. Realizado em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e com a Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia.
- Seminário O Novo PIB e o Panorama da Economia Baiana 2007, direcionado a jornalistas e agentes econômicos, realizado no dia 16 de agosto de 2007. No evento, foi apresentada a nova metodologia para o cálculo do Produto Interno Bruto – PIB e seus possíveis rebatimentos na economia baiana.
- Rodadas de Discussão de Temas Estratégicos – Contribuições ao PPA 2008-2011. A SEI/SEPLAN realizou dez rodadas de temas estratégicos, no período entre 23 de março a 26 de abril de 2007, com o objetivo de subsidiar a reflexão e intervenção dos agentes governamentais e a sociedade civil no processo de desenvolvimento da Bahia.
- Seminário de lançamento da Revista Conjuntura e Planejamento (C&P) nº 155, com a palestra do especialista em Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente pela Universidade de Washington, João Damásio de Oliveira Filho. O professor da UFBA e doutor em Economia pela Uni-

versidade de Boston foi capa da edição, em entrevista sobre o impacto ambiental das atividades econômicas. Realizado em 26 de julho.

- III Encontro de Economia Baiana, realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 2007, em parceria com a Desenbahia e o Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Este ano o evento contou com o apoio da Petrobras e do Banco do Nordeste.
- 12º Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – Anipes. O Encontro, realizado entre os dias 21 e 23 de novembro, no Rio de Janeiro, reuniu Instituições de Pesquisa de todo o País para discutir, entre outras questões, uma agenda comum de estudos e pesquisas.
- Seminário de Estatísticas de População e Trabalho e o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares: Avanços, Desafios e Novas Demandas. Realizado em parceria com a Associação Brasileira de Estudos Popacionais – ABEP, teve co-patrocínio do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA e aporte financeiro e organizacional da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Secretaria do Trabalho, Renda e Esporte do Estado – SETRE e da Associação Nacional das Instituições de Planejamento Pesquisa e Estatística – Anipes. Realizado nos dias 27 e 28 de setembro.
- Coletiva de imprensa realizada em 26 de novembro para o lançamento da nova série do Produto Interno Bruto – PIB da Bahia para os anos de 2002 a 2005 e apresentação de balanço das principais modificações metodológicas e os resultados do PIB para o período 2002-2005.
- Lançamento do PIB 2006 e perspectivas 2007, com evento realizado em 14 de dezembro.

Algumas pesquisas, análises e estudos são sistematicamente elaborados pela instituição, a exemplo da Pesquisa de Emprego e Desemprego, do Índice de Preços ao Consumidor, entre outros. No Quadro 3, estão elencados os trabalhos desenvolvidos pela SEI durante o ano de 2007, incluindo os temas rotineiros e os novos assuntos abordados nas publicações e estudos realizados.

QUADRO 3

SEI – PESQUISAS, ANÁLISES E ESTUDOS
BAHIA, 2007

PESQUISAS, ANÁLISES E ESTUDOS	CONTEÚDO
Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED	Pesquisa mensal que acompanha o comportamento do Mercado de Trabalho da RMS. Divulga a taxa de desemprego, o nível de ocupação e o rendimento do trabalho.
Índice de Preços ao Consumidor – IPC	Pesquisa mensal que acompanha o comportamento dos preços para cálculo da inflação da cidade de Salvador.
Pesquisa Mensal do Comércio – PMC	Analisa mensalmente, com os dados do IBGE, o comportamento do comércio varejista do Estado da Bahia.
Contas Regionais da Bahia (2002-2005) e estimativas (2006-2007)	Projeto em parceria com o IBGE e demais instituições de pesquisa do país, cujo objetivo principal é mensurar, discutir e analisar o resultado econômico do Estado da Bahia, através do Produto Interno Bruto – PIB, com base na Nova Metodologia de Cálculo do IBGE.
PIB Municipal (2002-2005)	Cálculo do Produto Interno Bruto dos municípios baianos, com base na nova metodologia de cálculo. Esse projeto tem também a coordenação do IBGE nacional e apresentou os resultados para o período entre 2002 e 2005.
Acompanhamento da conjuntura da economia brasileira e da economia baiana	Convênio de cooperação técnica com o Núcleo de Estudos Conjunturais da UFBA. Foram realizados seminários para análise da conjuntura brasileira e baiana. Produção de artigos para publicação na revista Conjuntura & Planejamento e outras.
Índice de Movimentação Econômica – Imec	Produzido pela SEI, mostra a dinâmica econômica da cidade do Salvador.
Acompanhamento dos investimentos industriais previstos e realizados na Bahia e análise do desempenho mensal da atividade industrial no Estado	Produção de relatórios sobre os investimentos industriais financiados pelos programas de incentivo do Governo da Bahia e elaboração de release sobre o desempenho mensal da indústria no Estado por meio da análise da Pesquisa Industrial Mensal – PIM, do IBGE.
Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos municípios baianos – IDE e IDS (2004)	O IDE é resultante dos níveis de infra-estrutura e qualificação da mão-de-obra existente e da renda gerada localmente. Já o conceito de Desenvolvimento Social está fundamentado no pressuposto de que a população dos municípios está sendo atendida por serviços de educação e saúde, ao tempo em que tem acesso aos serviços de água tratada e energia elétrica.
Mapeamento do uso do solo das Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha.	Levantamento das informações agro-silvo-pastoris nas Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha.
Produção de indicadores da economia do carnaval.	Convênio de cooperação com a Secretaria de Cultura para produção do Infocultura – informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia Ano I Nº 1 Setembro de 2007, sob o título Carnaval 2007: uma festa de meio bilhão de reais.

Continua

Continuação

QUADRO 3 SEI – PESQUISAS, ANÁLISES E ESTUDOS BAHIA, 2007	
PESQUISAS, ANÁLISES E ESTUDOS	CONTEÚDO
Relatório analítico das principais características socioeconômicas da Bahia com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE para o ano de 2006	Descrever algumas informações da recém-divulgada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponibilizar à sociedade baiana uma fotografia bastante recente de alguns dos seus aspectos socioeconômicos.
Atualização da dinâmica demográfica dos municípios baianos, com base na contagem da população de 2007, do IBGE	Atualização da dinâmica de crescimento demográfico (população total e taxa de crescimento) nos municípios baianos com população até 170 mil habitantes (2000-2007), e análise do rebatimento dessa dinâmica na repartição da verba do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
Revisão de Limites Municipais	Atendimento às Prefeituras com viagens de campo e elaboração de mapas dos municípios.
Conversão de arquivos CAD para formato Shape de 227 – cartas na escala de 1:100.000	Os arquivos da Base Cartográfica são do tipo CAD, gerados pelo software <i>Microstation</i> (dgn). O Shapefile é o formato de arquivos de feições geográficas, são exibidos de forma mais rápida do que outras fontes de dados e são editáveis. São arquivos provenientes do software <i>ArcView</i> , compreendendo arquivos com feições vetoriais (formatos .shp, .shx, .sbx e sbn) e suas tabelas associadas em formato Dbase (.dbf). A conversão pela SEI das 227 cartas topográficas do formato dgn para o formato shape é uma demanda dos diversos órgãos que necessitam de informações cartográficas.

Fonte: SEPLAN/SEI

O Quadro 4 apresenta trabalhos que se encontram em andamento ou estão em fase de licitação/formalização.

QUADRO 4 SEI – PESQUISAS, ANÁLISES E ESTUDOS EM ANDAMENTO OU LICITAÇÃO/FORMALIZAÇÃO BAHIA, 2007	
PESQUISAS, ANÁLISES E ESTUDOS	CONTEÚDO
Logística como fator de desenvolvimento regional	Início do processo de elaboração técnica e ajustes para composição do edital de licitação junto ao Derba (Coordenação UCP – Premar).
Análise da Oferta de Serviços Públicos de Saúde e Educação	Aguardando aprovação pelo Banco Mundial para implementação dos trabalhos.
Grupo de Trabalho sobre a RMS	Elaboração de relatórios técnicos sobre a redelimitação da RMS junto ao Grupo de Trabalho da RMS, definida segundo Portaria 174/2007. Previsto para concluir em 20 de dezembro de 2007.
	Realizada apresentação sobre a RMS em sessão Especial na Assembléia Legislativa no dia 25 de outubro de 2007.

Continua

Continuação

QUADRO 4**SEI – PESQUISAS, ANÁLISES E ESTUDOS EM ANDAMENTO OU LICITAÇÃO/FORMALIZAÇÃO
BAHIA, 2007**

PESQUISAS, ANÁLISES E ESTUDOS	CONTEÚDO
Cooperação Técnica – Formulação de políticas para o Brasil do Futuro	Proposta de Cooperação técnica entre Ipea/Anipes para a construção de subsídios destinados à formulação de políticas públicas.
Migração e perfil do migrante	Divulgar uma síntese dos trabalhos de migração (intra e interestaduais) desenvolvidos anteriormente, com ênfase na espacialização das informações por Regiões Econômicas e municípios.
Turismo e Desenvolvimento no Litoral Norte da Bahia	Identificar os desdobramentos da atividade turística nas localidades que compõem a APA-Litoral Norte, verificando as principais alterações sociodemográficas, ambientais, econômicas e culturais. Fornecer elementos teóricos e práticos capazes de subsidiar uma posterior avaliação acerca do direcionamento e da eficiência das políticas públicas estaduais de turismo, para o desenvolvimento local.
Pesquisa de Mão-de-Obra Agrícola (MOA)	A Pesquisa Mão-de-Obra Agrícola define a ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia, por região e produto. Analisa o comportamento da ocupação da mão-de-obra em relação ao nível tecnológico de produção, ao ciclo produtivo, à conjuntura econômica e política do setor e à natureza. Realizada em parceria com a EBDA, encontra-se em fase de assinatura de convênio de cooperação técnica.
Elaboração de Anuário Estatístico de Pessoal	Em fase de formalização do convênio de cooperação técnica entre a SEI e a Secretaria de Administração do Estado, por meio da Superintendência de Recursos Humanos SRH/SAEB.
Projeto Painel de Indicadores de Direitos Humanos na Bahia	Montagem de Sistema de Informação em parceria com a ENCE/IBGE e Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Construção de painel de Indicadores na Bahia, que será disponibilizado para publicação, também em parceria com a SJCDH.
Projeto Condições de Vida na Bahia	Trabalho que versa sobre a política habitacional e as condições de moradia na Bahia, o acesso a bens duráveis e famílias conviventes.
Conversão de mapas analógicos para digitais na escala de 1:25.000	Conversão de 56 mapas para compor mapeamento do vazio cartográfico do Estado da Bahia.
Construção de Indicadores ambientais de Floresta e Energia	Visa construir indicadores ambientais para monitorar os recursos energéticos e florestais do Estado da Bahia.
Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais – Siproj	Em parceria com o IBGE para elaboração de projeções populacionais para o Estado da Bahia e seus municípios. Em fase final de elaboração do projeto.
Convênio de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas dos Municípios	Objetiva estabelecer o perfil financeiro dos municípios baianos. Em fase de elaboração.

Fonte: SEPLAN/SEI

Visando ampliar a capacidade de disseminar as informações que produz, a SEI publica boletins, revistas, relatórios, CD e *folders*, destinados a divulgação dos estudos e pesquisas,

conforme listado no Quadro 5. Durante o ano de 2007 foram impressas 37 publicações, incluindo algumas edições que se encontravam em atraso.

QUADRO 5

**SEI – DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
BAHIA, 2007**

ITEM	CONTEÚDO
Boletim mensal do IPC	Análise mensal da Inflação de Salvador.
Boletim anual da PED	Análise anual do Mercado de Trabalho da RMS.
Boletim anual da PMC	Análise anual do comércio varejista da Bahia.
Boletim anual IPC	Análise anual do comportamento dos índices de preços na capital baiana.
Release mensal PED	Análise mensal do mercado de trabalho da RMS (no site da SEI).
Release mensal PMC	Análise do comércio varejista da Bahia (no site da SEI).
Boletim CAGED de Emprego Formal	Divulgação mensal sobre o mercado de trabalho formal a partir dos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, com destaque para os resultados da Bahia, Região Metropolitana de Salvador e Interior.
Perfil Financeiro dos Municípios Baianos – 2001 e 2002	Publicação anual que disponibiliza as informações de receitas e despesas dos 417 municípios do Estado da Bahia. É realizada em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios. Nesse caso a publicação fornece informações agregadas para o período 1994-2002, desagregando os dados de 2001 e 2002.
Boletim de Finanças Públicas	Publicação trimestral sobre o desempenho dos principais indicadores de finanças públicas da União, do Estado da Bahia (ênfase maior) e de município baianos. Na edição anual (março) é apresentado um estudo sobre o desempenho das finanças estaduais ao longo do ano de 2004.
Anuário Estatístico 2004	Publicação contendo conjunto de indicadores econômicos e sociais agregados para o Estado. Disponível no site.
CD Desenvolvimento Territorial na Bahia	Publicação contendo Caderno Informativo, CD-Rom e DVD com apresentações teóricas e práticas sobre o tema.
Revista Bahia Análise e Dados (A&D) – 10 anos da PED. Publicada em 09 de maio de 2007.	Publicação temática com periodicidade trimestral. A A&D 10 Anos da PED traz uma série de artigos abordando o mercado de trabalho das áreas metropolitanas enfocadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Região Metropolitana de Salvador (RMS).
Revista Bahia Análise e Dados (A&D) – Energias Alternativas. Publicada em 19 de junho de 2007.	Revista traz artigos que focam suas discussões sobre as políticas públicas para a produção de combustíveis via fontes alternativas, principalmente no biodiesel e na produção do combustível gás natural.

Continua

Continuação

QUADRO 5**SEI – DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
BAHIA, 2007**

ITEM	CONTEÚDO
Revista Bahia Análise e Dados (A&D) – Economia Brasileira e Baiana: Uma Análise do Pós-Real. Publicada em 13 de setembro de 2007	A Revista faz um balanço analítico do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, no período entre 1994 e 2006, aproximadamente, englobando não somente os aspectos técnicos e econômicos das políticas implementadas, como também as suas consequências sociais, tanto para o Brasil como para a Bahia. Revista temática com periodicidade trimestral.
Revista Bahia Análise e Dados (A&D) – População, Pobreza e Desigualdade. Publicada em 01 de novembro de 2007	Esta publicação traz uma análise sobre População, Pobreza e Desigualdade, fornecendo subsídios para uma reflexão crítica sobre as diferentes e complexas dimensões que envolvem o assunto. Revista temática com periodicidade trimestral.
Revista Bahia Análise e Dados (A&D) – Retrospectiva 2006. Publicada em 03 de dezembro de 2007	Apesar de estar concluída a A&D Retrospectiva 2006 não foi publicada em 2006, sendo lançada em dezembro de 2007. A Revista traz artigos sobre as diversas áreas das ciências econômicas e sociais, sob seus aspectos científico, teórico e aplicado, fornecendo subsídios para uma reflexão crítica sobre o desempenho socioeconômico do Brasil e mais especificamente da Bahia.
Revista Bahia Análise e Dados (A&D) – Petroquímica na Bahia. Publicada em 03 de dezembro de 2007	Em virtude da relevância do setor petroquímico para a economia baiana e por ocasião do aniversário de 30 anos do Pólo Petroquímico de Camaçari, a SEI publicou uma edição da revista Bahia Análise & Dados dedicada à análise da petroquímica na Bahia, através de um panorama histórico, seu cenário atual e as perspectivas futuras.
BAHIA EM NÚMEROS 2005 – publicada em 30 de agosto de 2007	Apresenta uma visão panorâmica da realidade baiana. Traz mapas de caracterização do território e indicadores econômicos e sociais. A publicação utiliza gráficos, tabelas e textos analíticos, em uma linguagem simples e direta. As ilustrações tornam a leitura mais atraente. Também disponível, desde 1999, em mídia digital (CD-ROM).
Revista Conjuntura e Planejamento (C&P) números 133, 134, 135, 136, 137, 138 e 139. Referentes aos meses de junho a dezembro de 2005	Publicação trimestral editada desde 1994. Cada edição contém dados e artigos sobre a conjuntura econômica da Bahia, analisada por especialistas. Além dos textos, a publicação utiliza gráficos, tabelas, estatísticas, indicadores e matérias jornalísticas que traduzem o comportamento da economia. Desde 2001 inclui a seção Desempenho Econômico da Bahia, com gráficos que refletem a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), as estimativas da produção agrícola, a taxa de variação da produção industrial, entre outras informações.
Revista Conjuntura e Planejamento (C&P) números 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150 e 151. Referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2006	As revistas Conjuntura e Planejamento dos anos de 2005 e 2006, apesar de terem seus textos produzidos, não foram editoradas e publicadas. Em 2007, todas as séries atrasadas da C&P foram publicadas.

Continua

Continuação

QUADRO 5**SEI – DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
BAHIA, 2007**

ITEM	CONTEÚDO
Revista Conjuntura e Planejamento (C&P) números 152, 153, 154, 155 e 156. Referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, junho e setembro de 2007	Em 2007, com novo projeto editorial e gráfico, mais moderno e com artigos mais consistentes, a publicação, antes mensal, passa a ser trimestral, com tempo maior para análise da conjuntura. Foram mantidas, no novo projeto, as seções de avaliação do desempenho da conjuntura no trimestre e as de indicadores conjunturais, que compila dados econômicos, sociais e de finanças públicas do período.
Publicação das Séries Estudos e Pesquisas (SEP). SEP 74 – Uso Atual das Terras; SEP 75 – Indicadores e Sustentabilidade e SEP 76 – Migração e Migrantes na Bahia	Lançada em 1987, divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação e agricultura. Sem periodicidade definida. Em 2007 foram 03 publicações.
Relatório das Rodadas de Discussão de Temas Estratégicos. Publicado em 20 de junho de 2006	Publicação que apresenta a transcrição das discussões temáticas promovidas pela SEI/SEPLAN com o objetivo de subsidiar a reflexão e intervenção dos agentes governamentais e a sociedade civil no processo de desenvolvimento da Bahia. Acompanha este relatório CD audiovisual com conteúdo das apresentações em Powerpoint.
Caderno Especial Bahia em Números. Publicado em 20 de dezembro de 2007, no Jornal A Tarde	Informativo da SEI, divulgado pelo Jornal A Tarde, que apresenta as mais recentes estatísticas socioeconômicas da Bahia, retrospectiva e perspectivas. Projeto especial de marketing – Jornal A Tarde (tiragem cheia).

Fonte: SEPLAN/SEI

Vale destacar, também, que alguns sistemas informatizados foram desenvolvidos e estão sendo implantados, proporcio-

nando melhor suporte tecnológico às atividades da SEI, conforme especificado no Quadro 6.

QUADRO 6**SEI – DESENVOLVIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS
BAHIA, 2007**

ITEM	CONTEÚDO
Sistema de Metadados	Sistema de busca que fornece informações detalhadas sobre os dados disponibilizados no banco de dados corporativo da SEI, que possuem alto grau de distribuição e heterogeneidade. Com o sistema, serão identificadas informações em nível detalhado sobre esses dados: origem externa e interna, conteúdo, descrição, unidades, objetivos, responsáveis, periodicidade, dentre outros.
Sistema SIDE-GEO	Promover a integração de mapas georreferenciados com informações alfa-numéricas armazenadas no banco de dados estatístico da SEI (Sistema SIDE);

Continua

Continuação

QUADRO 6**SEI – DESENVOLVIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS
BAHIA, 2007**

Sistema de Suporte Computacional	Instalação e configuração do sistema Configurador Automático de Informações Computacionais – CACIC – Primeiro Software Público do Governo Federal – resultado do Consórcio de Cooperação entre a Secretaria de Logística Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e a Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, desenvolvido pelo Escritório Regional da Dataprev no Espírito Santo.
Rede SEI	Migração da rede da SEI (sob o Sistema Operacional Windows) para um novo servidor com Sistema Operacional Linux (<i>software livre</i>). Unificação do ambiente operacional dos servidores para <i>software livre</i> – Linux.
Integração de Intranet: SEI/Seplan	Permitir acesso aos sites internos da SEPLAN e SEI: Portal Corporativo da SEI e Intranet SEPLAN.
Participação do Grupo de <i>Software Livre</i>	Elaboração de Projeto para implementação de <i>software livre</i> nas diversas Secretarias e órgãos do Estado.

Fonte: SEPLAN/SEI

3. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

3.1 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – PNAGE

Visando promover a modernização da gestão pública, o Governo do Estado da Bahia está executando o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – Pnage, o qual irá contribuir para uma visão transparente, transversal e integrada do ciclo da gestão pública: planejamento, orçamento, acompanhamento e controle.

O programa é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e é composto por duas etapas. Na primeira etapa, a União – por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –, na condição de mutuário, transferirá recursos aos Estados, através da celebração de convênios. Na Bahia o programa será executado pelas Secretarias do Planejamento e da Administração, e contará nesta primeira etapa com recursos na ordem de R\$ 27,5 milhões – com contrapartida estadual

na ordem de 34% –, a serem executados no período de cinco anos.

Em 2007, através da SEPLAN, foram realizadas oficinas para formulação, avaliação crítica e validação de indicadores do PPA 2008/2011, cujo público-alvo foi composto por técnicos da área de planejamento e orçamento das diversas Secretarias.

Outra importante ação realizada refere-se à contratação de consultoria com vistas à capacitação dos técnicos da área de planejamento e orçamento das diversas Secretarias, em Planejamento Estratégico Situacional. O objetivo desta capacitação é proporcionar, aos servidores participantes, conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento do planejamento estratégico das políticas públicas em suas organizações e no âmbito corporativo do Estado, através da disseminação do conhecimento dos principais conceitos, das técnicas e ferramentas, pautados no Planejamento Estratégico Situacional – PES. Os servidores capacitados atuarão como multiplicadores e disseminadores da metodologia do PES para os demais servidores dos diversos órgãos estaduais.

3.2 PLANO DIRETOR DE GESTÃO DO ESTADO DA BAHIA

O Plano Diretor de Gestão do Estado da Bahia – PDG é uma ação desenvolvida pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, alicerçada no Modelo de Excelência em Gestão Pública, a partir de disseminação nas organizações públicas de tecnologias de gestão, adaptadas à realidade de cada instituição, voltadas à eficienização de recursos, à eficácia das ações e à efetividade das políticas públicas, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos serviços públicos oferecidos pelo Executivo.

Em 2007, o PDG foi implementado em quatro instituições/órgãos: Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, Secretaria da Educação – SEC, Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – Sudesb e Departamento Estadual de Trânsito – Detran, com a realização da Auto-Avaliação da Gestão e do Plano de Melhoria da Gestão – PMG, culminando, de acordo com o nível de maturidade da gestão da organização, com a Pactuação de Resultados.

O Plano é operacionalizado através da parceria estabelecida entre a SAEB e o núcleo regional Gespública Bahia, que disponibiliza capacitações e consultores no processo de disseminação da cultura da excelência gerencial. A previsão é que o PDG esteja implementado em 12 unidades do Executivo Estadual até dezembro de 2008.

Produtos Oferecidos:

- Auto-Avaliação da Gestão, instrumento de avaliação contínua do sistema de gestão;
- plano de Melhoria da Gestão, plano de ação definido a partir da prioridade das oportunidades de melhoria surgidas durante a elaboração da auto-avaliação;
- pactuação de Resultados, contratualização de metas entre os níveis organizacionais da Administração Pública Estadual.

Resultados Esperados:

- Fortalecimento da capacidade gerencial das organizações públicas;
- aumento da eficiência na operacionalização dos processos;
- cultura de gestão voltada para resultados, disseminada no Estado;

- alinhamento dos resultados da organização com as metas estratégicas de governo;
- maior transparéncia da ação pública.

3.3 COMPROMISSO BAHIA – PROGRAMA DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

O Programa Compromisso Bahia, instituído pelo Decreto nº 10.655 de 11 de dezembro de 2007, é voltado para o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, tendo sido criado para romper a cultura de cortes lineares no custeio e pessoal, de forma pontual e pouco planejada. Nesse sentido, objetiva o bom desempenho da Administração Pública Estadual com economia de recursos e satisfação dos usuários do serviço público.

O novo Governo assumiu o compromisso de agregar na sua gestão conceitos que potencializem a aplicação dos recursos públicos. A qualidade do gasto passa por um aspecto político que evita os desvios de finalidade e oferece condição de vontade coletiva através da legalidade e legitimidade. Nessa direção, ganham destaque as funções de controle que respeitem os processos e procedimentos legais e, sobretudo, a transparéncia.

Outro aspecto da qualidade é a técnica, em cujo âmbito surgem preocupações com a eficiência e a economicidade por meio das articulações entre o dispêndio e os seus resultados.

Na sua primeira etapa o programa abordará a racionalização do gasto público nas dimensões de custeio (energia elétrica, água, manutenção e abastecimento de veículos, despesas com viagens, correios e telegrafos e serviços com impressão), processos licitatórios e folhas de pagamento e benefícios. Ou seja, através do estímulo à redução do desperdício como chave para ampliar a eficiência das ações, programas e projetos, visando inserir um processo de aprendizagem institucional para o alcance dos objetivos do programa, tanto no aspecto político quanto técnico.

O desenvolvimento de uma consciência da qualidade do gasto exige, como primeiros passos, o diagnóstico da situação. Assim é que, no mesmo Decreto 10.655 que instituiu o Pro-

TABELA 1

ECONOMIA GERADA PELA SAEB
BAHIA, 2007

DISCRIMINAÇÃO	ECONOMIA (R\$ 1.000,00)	
	2007	PREVISTA ATÉ 2010
Folha de Pagamentos e Benefícios	22.409	122.460
Processos Licitatórios	4.623	220.000
Custeio*	4.000	150.000
TOTAL	31.032	492.460

Fonte: SAEB

* Os valores da economia obtida em 2007 são referentes apenas aos gastos com despesas de viagem e manutenção de frota.

grama, foi sinalizada a necessidade da criação, mediante portaria específica, de um grupo de trabalho denominado Escritório da Qualidade do Gasto Público, cujo enfoque principal é realizar a gestão do Programa Compromisso Bahia, através de planos de monitoramento e avaliação das ações voltadas para a qualidade do gasto.

O referido programa, através de ações tomadas pela SAEB, já proporcionou economias substanciais da ordem de R\$ 31 milhões, conforme demonstrado na Tabela 1, que mostra também a expectativa de redução com custeio e pessoal, até 2010, em torno de R\$ 492 milhões, com a expansão do programa para os demais órgãos e entidades públicas.

3.4 GESTÃO DA PREVIDÊNCIA

Com a Reforma da Previdência, empreendida em dezembro de 2003, foram instituídas exigências a serem atendidas pelos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Municípios, no tocante ao equilíbrio atuarial, à escrituração de acordo com o plano de contas previdenciário e à existência de apenas uma unidade gestora, fixando tais exigências como critério para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Buscando atender às exigências, o Governo do Estado reavaliou, de forma democrática e participativa, os estudos sobre o tema, mediante a constituição de uma Comissão Multissetorial composta por representantes dos três Poderes e do Ministério Público, atribuindo-lhes a responsabilidade de elaborar

proposta de criação e implantação do órgão que irá gerir a Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.

Com o objetivo de colher experiências e verificar a forma de gestão previdenciária, foram realizadas visitas técnicas aos Institutos de Previdência dos Estados da Paraíba, Amazonas e Paraná, concluindo que a previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia passará a ser gerida por uma unidade vinculada à SAEB.

Como produto desse estudo, foi criada a Superintendência de Previdência – Suprev, a partir da Lei n.º 10.995 de 21 de dezembro de 2007, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, centralizando na SAEB a gestão plena da Previdência Estadual, com a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – RPPS, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos.

Assim caberá à Suprev assegurar a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários dos quais são destinatários os servidores públicos estatutários e seus dependentes.

A partir da vigência da lei, os recursos para pagamento dos benefícios previdenciários serão segregados em dois fundos distintos, com existência independente do órgão único criado: o Funprev, de duração temporária, utilizado para pagamento de benefícios aos atuais servidores do Estado, e o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores

Públicos do Estado da Bahia – Baprev, de duração permanente, utilizado para o pagamento de benefícios aos servidores do Estado que ingressarão no serviço público após a vigência das novas regras.

A gestão previdenciária inclui, ainda, o trabalho de Compensação Financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio da Previdência Social, que consiste na possibilidade do regime próprio receber recursos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, já que o novo segurado pode ter efetuado contribuições no regime que estava anteriormente vinculado. Assim, um servidor que teve vinculação inicial com o INSS, por ter trabalhado na iniciativa privada, e veio a se aposentar pelo Funprev, terá seu benefício custeado, proporcionalmente, por ambos os regimes, mediante o resarcimento de valores feito, mês a mês, em favor do Estado.

No Estado da Bahia, os primeiros processos de aposentadorias foram enviados ao INSS em dezembro de 1999, dando-se sequência nos meses posteriores. Até dezembro de 2007, foram enviados 21.268 processos, dos quais 7.803 foram pagos. A Tabela 2 mostra que, em 2007, foi repassado para o Estado cerca de R\$ 25,5 milhões, o que significa um aumento de 23,54% na compensação previdenciária em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo valor foi de R\$ 20,6 milhões. Desde o início dos trabalhos, o Estado da Bahia recebeu, a título de repasse, pouco mais de R\$ 130 milhões.

TABELA 2 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA BAHIA, 2007 (EM R\$ 1.000,00)	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Repassado (janeiro a dezembro 2006)	20.679
Repassado (janeiro a dezembro 2007)	25.547
Acréscimo	4.868

Fonte: SAEB

Com o fito de ampliar o atendimento aos pensionistas do interior do Estado, foram implantados em 2007 mais dois postos do Centro de Atendimento Previdenciário do Estado – Ceprev. O primeiro no Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC de Teixeira de Freitas, estendendo o serviço prestado pela

Previdência Estadual a 295 titulares de pensão, e o outro no SAC Camaçari, com o objetivo de reduzir o fluxo de atendimento nos postos da Capital.

Atualmente, os 16 postos Ceprev abrangem grande parte do território do Estado, situados nos municípios de Alagoinhas, Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Santo Antônio de Jesus, Jacobina, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista, Camaçari, Teixeira de Freitas e Salvador, atendendo a 90,6% do total de pensionistas, o que corresponde a 16.297 titulares de pensão residentes no Estado da Bahia.

O usuário também passou a contar com o serviço de consulta da Certidão Negativa de Benefícios da Previdência via internet, que prevê uma redução de 150 atendimentos diários somente nos postos da capital, facilitando também o acesso aos usuários residentes no interior do Estado.

O trabalho de levantamento da composição das pensões, iniciado em 2005, com a parceria das unidades de gestão de pessoas dos órgãos de origem dos ex-servidores já possui 6.220 processos concluídos, correspondentes a 41,5% do total. Esse trabalho tem a finalidade de revisar os valores das pensões pagas aos dependentes de ex-segurados dos três poderes, atualizando também seus dados cadastrais, com vistas a atender às inúmeras demandas judiciais e administrativas que tramitam nesse sentido. Ao fim dos trabalhos, identificar-se-á o montante real da defasagem, assim como o impacto na folha de pagamento de pensões e, consequentemente, no orçamento do Funprev.

Em 2007, a gestão previdenciária analisou 1.402 requerimentos de pensão, resultando em 1.223 deferimentos e 155 indeferimentos, tendo sido excluídos do cadastro do Funprev um total de 24 beneficiários, uma vez constatada a perda da qualidade de dependentes, conforme demonstra a Tabela 3.

3.5 CENTRO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E INTERCÂMBIO

O propósito do Governo do Estado com o Centro Internacional de Inovação e Intercâmbio em Administração Pública – CIIAP, é instituir um pólo de difusão de inovações em políticas públicas a partir da parceria entre a Secretaria da Administração – SAEB, com a Organização das Nações Unidas.

TABELA 3

REQUERIMENTO DE PENSÃO
BAHIA, 2007

MÊS	DEFERIDO	INDEFERIDO	EXCLUÍDO	TOTAL
Janeiro	182	19	2	203
Fevereiro	74	9	1	84
Março	89	17	-	106
Abril	108	11	1	120
Maio	94	8	1	103
Junho	97	6	3	106
Julho	85	12	-	97
Agosto	116	25	2	143
Setembro	86	14	3	103
Outubro	101	15	5	121
Novembro	113	15	3	131
Dezembro	78	4	3	85
TOTAL	1.223	155	24	1.402

Fonte: SAEB

O Centro, inaugurado em 2007 na sede da SAEB, vai atuar, sobretudo, no âmbito da América Latina, e seu propósito será promover, junto aos governos da região, o intercâmbio de soluções para o setor público. Para isso, o CIIAP terá como tarefas o compartilhamento de informações, a organização de missões e visitas técnicas, a prospecção de soluções e a identificação de governos interessados em adotá-las, por intermédio de acordos de cooperação técnica.

A proposta do centro baiano começou a ser delineada em março de 1998, quando foi assinado um memorando de intenções entre o Governo do Estado da Bahia e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas – Undesa. Em julho de 2001, foi firmado o primeiro memorando entre o Governo do Brasil e a ONU, para implantação do CIIAP no âmbito da Fundação Luís Eduardo Magalhães, onde foram promovidas, até 2006, missões internacionais e ações de capacitação e treinamento.

Na SAEB, o Centro terá, como frentes de trabalho, o levantamento e diagnóstico de políticas públicas e inovações em gestão; a atuação em rede, a intermediação de informações sobre gestão governamental, como estratégia para construção

de um Observatório de Políticas Públicas; a prospecção de inovações, a construção de rede de parcerias, em especial no âmbito ibero-americano; a difusão de experiências, e o intercâmbio, através da promoção de acordos de cooperação técnica.

Com essas diretrizes, o objetivo do CIIAP para o exercício de 2008 é promover o intercâmbio de inovações em práticas bem-sucedidas voltadas para a melhoria da gestão pública, com foco na qualidade do gasto, na excelência em gestão e em mecanismos para financiar a adoção de ferramentas de modernização no âmbito latino-americano. Como também, a promoção da boa governança, através de atividades coletivas para realçar o profissionalismo, os valores éticos e os padrões de qualidade do serviço público, de acordo com o que preconiza a Carta Ibero-Americana da Função Pública, documento firmado em 2003 por representantes dos governos dos países ibero-americanos.

Para atingir o objetivo geral são necessárias cinco linhas de atuação, que serão desdobradas em atividades e produtos:

- Desenvolvimento de ações de identificação de programas relacionados às atribuições do CIIAP;

- condução ou disponibilização de estudos voltados à criação de um banco de dados indicativos dos impactos provenientes das tecnologias de gestão aplicadas, bem como de todo o sistema de informações direcionadas ao intercâmbio e à inovação em administração pública;
- promoção de intercâmbio de inovações em práticas bem-sucedidas voltadas para a melhoria da gestão pública, com focos na qualidade do gasto, na boa governança e em mecanismos para financiar a adoção de ferramentas de modernização no âmbito latino-americano;
- promoção da Governança Participativa em torno dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM em áreas ambientalmente sensíveis;
- desenvolvimento de estudos voltados à prospecção de políticas bem-sucedidas de prevenção e combate à corrupção na administração pública.

3.6 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O modelo de gestão por Organizações Sociais nasceu nos anos 90, resultante da Reforma do Estado que preconizou a

possibilidade da gestão de atividades não exclusivas do Estado ser exercida pelo setor público não estatal, partindo do pressuposto de que esses serviços seriam mais eficientemente realizados por esse segmento, mantendo-se, entretanto, o custeio dessas atividades pelo Estado.

As Organizações Sociais são entidades de direito privado sem fins lucrativos que, por iniciativa do Poder Executivo Estadual, obtém autorização legal para celebrar Contrato de Gestão com o referido Poder. Atualmente, o Programa conta com nove Contratos de Gestão firmados nas áreas de educação, saúde e agricultura, conforme detalhamento apresentado no Quadro 7.

Face ao contexto de mudança na gestão governamental do Estado no ano de 2007, o Governo efetuou a avaliação do Programa Estadual de Organizações Sociais, como também repactuou os contratos de gestão com a Maternidade Referência Professor José Maria de Magalhães Netto, o Instituto Biofábrica de Cacau e com os hospitais do Oeste, Dantas Bião e Luis Eduardo Magalhães.

QUADRO 7

UNIDADES PUBLICIZADAS
BAHIA, 2007

ÁREA	UNIDADE PUBLICIZADA	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	LOCALIZAÇÃO
Educação Profissionalizante	Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – CETEB	Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia ASCETEB	Feira de Santana
Educação Profissionalizante	Centro de Educação Tecnológica	Associação Tecnológica e Educacional de Camaçari – ATEC	Camaçari
Agricultura	Biofábrica de Cacau	Instituto Biofábrica de Cacau	Ilhéus
Saúde	Hospital Santa Tereza	Fundação José Silveira – FJS	Ribeira do Pombal
Saúde	Maternidade de Referência Prof. José Maria de Magalhães Netto	Santa Casa de Misericórdia da Bahia	Salvador
Saúde	Hospital Dantas Bião	Monte Tabor	Alagoinhas
Saúde	Hospital do Oeste	Associação Obras Sociais Irmã Dulce – OSID	Barreiras
Saúde	Hospital Deputado Luís Eduardo Magalhães	Monte Tabor	Porto Seguro
Saúde	Hospital Antenor Alves da Silva	Fundação de Saúde Paramirim	Macaúbas

Fonte: SAEB / Superintendência de Gestão Pública - SGP

Está em andamento a Avaliação da Capacidade de Gestão, definida como sendo a faculdade de decidir com autonomia, flexibilidade e transparência, mobilizando recursos e construindo a sustentabilidade dos resultados de gestão. A metodologia de Avaliação da Capacidade de Gestão das Organizações Sociais tem como focos principais: identificar problemas, selecionar alternativas de solução, corrigir rumos, melhorar as atividades em curso, otimizar recursos disponíveis e aumentar a racionalidade na tomada de decisões.

A metodologia foi construída em parceria com a Universidade Federal da Bahia – UFBA, com o objetivo de acompanhar e avaliar a capacidade de gestão das Organizações Sociais que possuem Contrato de Gestão firmado com o Estado da Bahia há mais de um ano.

3.7 INFOVIA

A nova rede multiserviços Infovia Cab, inaugurada em junho de 2007, permite a ampliação da velocidade de acessos de 155 Mbps para 1 Gbps e adota como modelo o conceito de Redes Metropolitanas (*Metro Ethernet Network*).

O projeto é resultado do investimento de R\$ 2,8 milhões e a tecnologia utilizada – *Gigabit Ethernet* – garante velocidade seis vezes maior que a rede anterior e maior segurança através de firewalls e Sistemas de Prevenção a Intrusão (IPS), constituindo um importante passo para o projeto de Governo Eletrônico, que tem como princípio a interação do Governo com o cidadão.

3.8 REDE GOVERNO II

A Rede Governo é uma rede de comunicação de dados, imagens e voz integrando todos os municípios do Estado, levando a revolução da informática e das telecomunicações a todos os baianos. As unidades dos órgãos públicos estaduais em todos os 417 municípios baianos serão interligadas através de uma única rede de comunicação de dados de alta velocidade.

A Rede Governo II, seqüência da Rede Governo I, visa reduzir em 43% os custos atuais do Governo do Estado, ou seja, uma economia aproximada de R\$ 44 milhões ao ano, com os links de comunicação entre os órgãos da Administração Pública Estadual. Essa redução será possível devido à forma de contratação dos serviços, que possibilitará uma economia de escala.

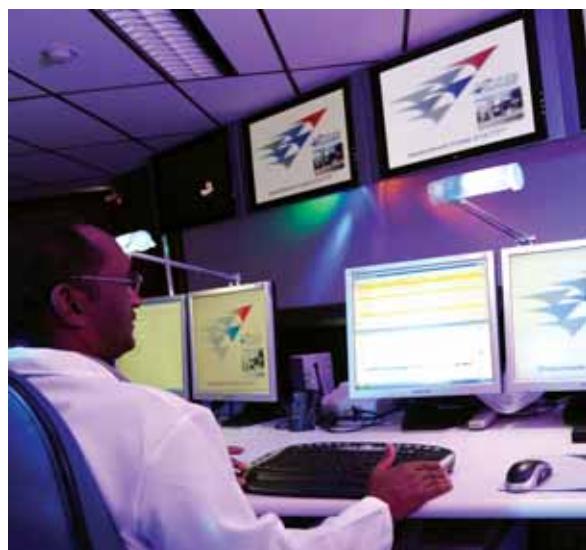
Em 2007, foi realizada Audiência Pública com os fornecedores interessados no projeto e evento para alinhamento com os Órgãos e Secretarias, demonstrando as especificações e iniciada mais uma etapa de colheita de contribuições, visando o atendimento amplo das necessidades e especificidades de cada parceiro-cliente.

Trata-se de um projeto estruturante à estratégia de e-gov do Estado da Bahia – com foco nos projetos de inclusão digital, aproximando o cidadão e o poder público. A Rede atende hoje a 251 municípios, com 1.700 Pontos-Clientes – PCs ativos.

3.9 EXPRESSO.BA

É uma ferramenta criada para oferecer aos usuários um ambiente colaborativo integrado de soluções web, desenvolvido em software livre. Customizado pela Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, o Expresso.Ba agrega comunicação, gestão e agilidade em processos, tramitação de informação e documentos contando com os serviços de correio eletrônico, boletins institucionais, comunicação instantânea, agenda e catálogo de endereços corporativos do Governo do Estado da Bahia.

O objetivo é proporcionar um ambiente corporativo único na Administração Pública do Estado, viabilizando a inclusão digital dos servidores públicos, unificar e padronizar os diversos sistemas existentes no Estado e contribuir com o uso do software livre como uma alternativa viável para o Estado.



A adoção da ferramenta, além de otimizar a utilização dos recursos do Data Center da Prodeb e centralizar o combate a *spam* e vírus, proporciona a eliminação dos gastos com aquisição de licenças de softwares proprietários, bem como reduz os custos de gestão e manutenção do ambiente.

O primeiro órgão a implantar o ambiente foi a Prodeb, com 690 contas, seguida pela Secretaria de Saúde – SESAB, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Procuradoria Geral do Estado – PGE e a Empresa Gráfica da Bahia – Egba, totalizando 3.655 contas implantadas em 2007.

Para o primeiro semestre de 2008 já estão previstas mais 33.000 contas a serem implantadas nos diversos órgãos do Estado, como: Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI, no Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia – Hemoba, na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, assim como na Superintendência de Recursos Hídricos – SRH e no Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – Irdeb, Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB e outros.

A previsão é que o Expresso.Ba seja disponibilizado para cerca de 60 mil servidores, o que resultará numa economia anual para o Executivo Estadual de cerca de R\$ 2,3 milhões se comparados com os atuais custos da ferramenta utilizada atualmente, além de evitar gastos em torno de R\$ 12 milhões com aquisição de licença para uso em todo o Estado.

3.10 REVISÃO DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PRODEB

Foram elaborados estudos para apuração da sistemática de custos utilizada pela Prodeb, concluindo pela inadequação de uso da Metodologia de Apuração de Resultados – MAR, e a implantação de uma nova metodologia no segundo semestre – a Metodologia ABC (*Activity Based Costing*) que prevê a apropriação dos custos por atividade.

Em um esforço de alinhamento de preços aos praticados pelo mercado, antes da implantação da nova metodologia de apuração de custos e determinação de preços, prevista para o primeiro semestre de 2008, foram apresentados aos 14 maiores clientes da Prodeb propostas de descontos para

os serviços já contratados, a exemplo de Provimento Internet, Aluguel de Equipamentos e Hospedagem Compartilhada.

Com a implementação dessas ações, em 2007, houve uma redução de custeio para o Estado na ordem de R\$ 902 mil, a despeito da ampliação dos serviços prestados.

3.11 SISTEMA DE GESTÃO DE TIC

Objetivando implantar um novo sistema de governança de TIC no âmbito do Estado da Bahia, encontra-se em processo de formalização o Sistema de Gestão de TIC que será formado por:

- Órgão Colegiado;
- Órgão de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação – Ogetic, integrando a estrutura da Casa Civil;
- Órgãos setoriais de TIC;
- Fórum de Gestores de TIC do Estado da Bahia – Fortic;
- Provedor Corporativo de TIC.

Instalado em abril de 2007, o Ogetic tem como objetivo geral definir e articular a execução da Política Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação, em seus quatro eixos: administração pública estadual, política industrial, governo eletrônico, inclusão digital.

O Fortic, também criado em abril de 2007, é composto por 77 participantes ligados aos órgãos e entidades do Governo e tem como objetivo discutir e implementar ações de TIC no âmbito da Administração Pública Estadual.

Dentro do Fortic foram criados Grupos Técnicos – GT para encaminhar temas específicos, envolvendo os distintos órgãos estaduais, já tendo sido instalados os seguintes GTs:

- GT Bahia na *Internet* (coordenação da Agecom) – informações, comunicação e serviços públicos na *Internet*;
- GT Software Livre (coordenação da SECTI);
- GT Política de Segurança da Informação (coordenação da SSP);
- GT Qualificação do Gestor Público de TIC (coordenação da SAEB) – definição de currículo mínimo para o gestor público de TIC;

- GT Cartografia e Georreferência (coordenação da SEPLAN)
 - unificação de metadados e uso comum de produtos resultantes de projetos na área;
- GT Unificação do Protocolo do Estado (coordenação da SAEB) – interoperação entre sistemas e oferta de sistema único;
- GT Contratação e Terceirização em TIC (coordenação da SEFAZ) – recomendações sobre a contratação em TIC.

3.11.1 Catálogo de TI

Visa disponibilizar um catálogo que retrate o acervo de softwares aplicativos do Governo do Estado da Bahia a ser acessado através da *intranet* da SAEB. Em 2007 foi definido um novo modelo para aplicação e, já no início de 2008, os gestores conseguirão obter a seleção e classificação dos sistemas filtrados por aspectos que o caracterizam. O principal benefício é favorecer a reutilização e/ou compartilhamento dos sistemas existentes em outras unidades, reduzindo a possibilidade de sistemas redundantes.

3.12 CERTIFICAÇÃO DIGITAL

A Empresa Gráfica da Bahia – Egba, deu início, em 2007, ao processo de implementação do serviço de Certificação Digital, no âmbito da Administração Pública Estadual, o qual resultará na geração de documentos ou transações eletrônicas com alta eficácia probante.

A publicação do Decreto nº 10.473, de setembro de 2007 – que versa sobre a contratação de prestação de serviços de Certificação Digital – determinou que a instituição e operacionalização do Certificado Digital, no âmbito da Administração direta e indireta, inclusive autarquias, fundações e empresas públicas do Estado, sejam efetuadas sob a coordenação e acompanhamento da Casa Civil, através da Egba.

A certificação digital é a forma mais moderna, segura e confiável que se tem atualmente para a troca de informações pela *internet*, cabendo à Egba, desempenhar os papéis de Autoridade Certificadora – AC e de Registro – AR; credenciar outros órgãos da Administração Pública Estadual como Autoridade Certificadora e fornecer serviços relacionados à certificação digital, nos termos da normatização que rege a matéria.

A Egba, através de um acordo de cooperação técnica com uma entidade certificadora de primeiro nível, implantará o serviço de certificação digital, evitando-se, desta forma, altos investimentos de infra-estrutura, opção esta de menor custo para o Governo do Estado.

3.13 BASE DE DADOS CORPORATIVOS DO ESTADO

A construção e disponibilização de uma base integrada com os dados corporativos das diversas Unidades Governamentais irá propiciar diversos benefícios, tais como: confiabilidade e disponibilidade das informações, reutilização, racionalização e padronização de acessos dos dados corporativos, custo de armazenagem reduzido, consolidação dos padrões de nomenclatura e a geração de informações para tomada de decisões. Em 2007, foi iniciado o desenvolvimento do Modelo de Gestão e foram disponibilizadas as interfaces para entrada de dados e, em 2008, serão concluídos e implantados o modelo e sistema de gestão, como também disponibilizada a base de dados e integração dos sistemas.

3.14 METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Para criar habilidades e facilitar a condução dos projetos no âmbito da Administração Pública Estadual, foi elaborada nova metodologia de gerenciamento de projetos, onde se objetiva uniformizar os processos, nivelando o conhecimento e padronizando a linguagem em gerenciamento de projetos. Teve seu lançamento na primeira quinzena de novembro de 2007 com a entrega dos manuais conceituais e operacionais e iniciará a capacitação de 46 servidores em 2008.

Em 2008, a metodologia será disseminada através do PDG, iniciando o processo de monitoramento e suporte aos líderes treinados, e será concluído o estudo de ferramentas de gerenciamento de projetos. A utilização da metodologia propicia um maior comprometimento das equipes dos projetos com objetivos e resultados, favorece a disponibilidade de informação para a tomada de decisão, aumenta a qualidade e produtividade dos projetos, além de permitir uma redução nos prazos e custos.

3.15 SOLUÇÃO DE PROTOCOLO

Objetiva implantar um sistema de protocolo e tramitação de documentos oficial para todo o Estado, substituindo o sistema atual, Sistema Estadual de Protocolo – SEP, e permitir a integração de todos os sistemas de protocolo e tramitação de documentos que venham coexistir com a solução oficial, para que seja possível ter uma visão única dos protocolos no Estado.

A estratégia adotada para recomendação da solução mais aderente aos requisitos técnicos e funcionais levantados utilizou uma Metodologia de Análise de Aderência de Sistemas e avaliou algumas soluções, gerando uma matriz comparativa que indicou as melhores alternativas para atender ao objetivo do projeto.

Assim, em 2008, será disponibilizada uma nova solução totalmente aderente às necessidades de Protocolo do Estado, baseada no acervo de conhecimento já pertencente ao Estado.

3.16 IMPRESSÃO CORPORATIVA

Objetivando uma melhora na gestão dos recursos de impressão no Estado foi implementada a Impressão Corporativa, através da terceirização do serviço, que visa a redução de custos com suprimento e manutenção das impressoras de propriedade do Estado.

Dentre os diversos ganhos, destaca-se a eficácia no processo de gestão dos recursos de impressão, a busca pela uniformização do modo de contratação deste serviço para todo o Estado e o fornecimento de um serviço de impressão e reprografia de boa qualidade aos diversos órgãos.

3.17 COMBATE AO NEPOTISMO

Com o intuito de coibir a prática do nepotismo na Administração Pública Estadual, foi publicada Lei Estadual que proíbe a contratação ou nomeação de parentes de membros do Poder Executivo, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, Conselheiro de Tribunal de Contas e Presidente, ou equivalente, de Fundação, Autarquia ou Empresa, para cargos em comissão e funções de confiança na Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado.

No que tange ao Poder Executivo Estadual, a lei mencionada veda a nomeação para cargos em comissão, designação para exercício de funções de confiança ou contratação sob qualquer regime, de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de: Governador de Estado e Vice-Governador, Secretário de Estado, Presidente ou equivalente de empresa pública ou sociedade de economia mista sob controle do Estado, Presidente ou equivalente de autarquia ou fundação.

Foram criadas Comissões Descentralizadas em cada Secretaria ou equivalente e Entidades, com o escopo de analisar previamente as declarações enviadas por todos os servidores no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como se estabeleceu a criação de uma Comissão Centralizadora e Revisora, que atuou em conjunto com o Ministério Público Estadual e a Procuradoria do Estado, vinculada à Secretaria da Administração, com vistas a apurar a prática de nepotismo, emitindo, ao final, parecer conclusivo.

Após análise dos relatórios finais encaminhados pelas Comissões Descentralizadas dos órgãos e entidades, à Comissão Centralizadora e Revisora constatou-se, nos termos da legislação vigente, dez situações que se enquadram, de fato, como nepotismo, resultando na exoneração dos servidores.

3.18 VALIDAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

O Governo do Estado, buscando valorizar o servidor público comprometido com sua profissão e não permitir pagamento de vencimentos indevidos a possíveis servidores descomprometidos com o seu vínculo contratual com o Estado, desenvolveu um projeto denominado Validação de Quadro de Pessoal, que visa confirmar a presença dos servidores públicos no efetivo exercício de suas atividades.

Inicialmente foi realizado um projeto-piloto na SAEB, onde se detectou 13 servidores sem identificação de local de trabalho. Diante do ocorrido, foi instaurado processo administrativo e disciplinar para apuração dos fatos, como também foram realocados nos seus devidos locais de trabalho.

Em setembro de 2007, o projeto foi apresentado para todos os Órgãos e Entidades, mantendo com as Coordenações de Recursos Humanos a supervisão, acompanhamento e orientação, com o objetivo de disciplinar e uniformizar os procedimentos.

3.19 ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Outra iniciativa do Governo de cunho estratégico diz respeito à Atualização Cadastral, que tem como objetivo atualizar os dados cadastrais de todos os servidores ativos e inativos, empregados públicos e pensionistas do Executivo estadual. Neste sentido, foram definidos locais e prazos para serem realizados os recadastramentos, sendo que até dezembro, cerca de 172 mil servidores foram recadastrados, representando 80% do quadro. A legislação que disciplina a atualização cadastral estabelece que, caso o servidor ou pensionista não se cadastre, os pagamentos dos seus vencimentos poderão ser suspensos até a regularização.

3.20 AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTOS DO FUNCIONALISMO

O Governo do Estado constituiu um grupo de trabalho formado por especialistas da SAEB, com o apoio da Auditoria Geral do Estado – AGE, objetivando a análise e

monitoramento criterioso da folha de pagamento do Executivo estadual.

Esta iniciativa resultou, inicialmente, na exclusão de 210 servidores que constavam nos arquivos da folha de pagamento como ativos ou aposentados e que já eram falecidos, gerando uma economia mensal para os cofres públicos de, aproximadamente, R\$ 255 mil.

Merece destaque, também, a identificação de 30 servidores da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – Seagri como não localizados, que tiveram seus pagamentos suspensos, e depois de concluída a averiguação, apenas cinco servidores permanecem com o pagamento suspenso. O Quadro 8 apresenta a síntese das irregularidades identificadas até outubro e as providências adotadas.

Outras ações já estão sendo desenvolvidas pelo Grupo de Auditoria, ainda sem o registro da quantificação de irregularidades, a exemplo da auditoria a servidores acumulando cargos ilegalmente ou excedendo o limite de carga horária previsto em lei, bem como servidores percebendo, simultaneamente, proventos de aposentadoria e remuneração de cargos, emprego ou funções públicas não acumuláveis.

Já com vistas à manutenção dos dados cadastrais e ao estabelecimento de um controle mais efetivo em relação ao

QUADRO 8

AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO - AÇÕES DESENVOLVIDAS
BAHIA, 2007

EVENTO	AÇÃO
Servidores recebendo vantagens e/ou remunerações básicas incompatíveis.	Restituição ao Erário do valor recebido a maior, na forma do art. 58 da Lei 6.677/1994.
Servidores com opção de remuneração pela diferença, recebendo o valor a maior.	Elaboração de Orientação de Serviço DRH/SRH nº 25/2007, visando evitar esta ocorrência.
Servidores já falecidos, que por motivos diversos não foram retirados de folha.	Suspensão dos créditos na folha no período de maio a julho/2007.
Servidores com crédito do abono de permanência sem previsão legal.	Regularização na folha de agosto/2007.
Servidores que retornaram ao órgão de origem sem a devida quitação do débito contraído junto à Secretaria/Entidade onde estavam lotados.	DRH/SRH encaminhou ofícios aos órgãos/entidades solicitando regularização. Restituição ao Erário do valor recebido a maior, na forma do art. 58 da Lei 6.677/1994.

Fonte: SAEB

pagamento de benefícios indevidos, foi estabelecida nova sistemática para a realização do recadastramento, através de novos procedimentos, regulados por uma legislação específica.

Com a ampla divulgação do procedimento de recadastramento de pensionistas, inclusive com a publicação do edital de convocação na mídia oficial, rádio, internet e jornais de grande circulação, o quantitativo de benefícios suspensos por recadastramento vem diminuindo a cada dia.

Os pensionistas, atendendo à convocação feita pelo Estado, estão comparecendo em grande número aos postos do Centro Previdenciário do Estado – Ceprev para regularizar seus dados, tendo sido suspensos, até o final de dezembro, 255 pagamentos de benefícios.

Com base em suspeitas de óbito apontadas pela AGE, ao efetuar o cruzamento de dados do Sistema de Óbitos – Sisob com os constantes no Sistema Integrado de Recursos Humanos – SIRH, o Governo vem procedendo a apuração caso a caso, já tendo sido comprovados, em 2007, 135 óbitos, como pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4 AUDITORIA AGE
BAHIA, 2007

SITUAÇÃO	QUANTITATIVO
Casos suspeitos	165
Visitas realizadas	153
Óbitos apurados	135
Encontrados vivos	18
Visitas pendentes	12

Fonte: SAEB

A partir dessa apuração, foi procedida a exclusão dos pensionistas falecidos, gerando ao Funprev a economia de R\$ 109 mil por mês, através da suspensão dos pagamentos dos benefícios. Em decorrência da apuração de benefícios recebidos indevidamente, foram assinados 13 termos de compromisso por familiares de pensionistas falecidos, que sacaram valores creditados após o óbito, resultando numa perspectiva de recuperação aos cofres públicos de R\$ 175 mil até o ano de 2011.

3.21 SISTEMA DE PADRÃO DE RELACIONAMENTO

Acreditando na necessidade de reorganização administrativa e gerencial, a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, propôs e encontra-se em processo de implantação o Sistema de Padrão de Relacionamento – SPR. Este instrumento visa estabelecer um padrão de relacionamento entre o Governo e os diversos setores: parlamentares, prefeitos e sociedade civil. Este procedimento, objetiva, qualificar a relação que o Estado estabelece com os diversos segmentos sociais, no atendimento às demandas ao serviço público.

Com a implantação deste Sistema, que fará o registro e acompanhamento das demandas do Poder Legislativo Estadual, dos Executivos e Legislativos municipais e de organizações da sociedade civil, será possível acompanhar de forma mais precisa as solicitações feitas pelos diversos segmentos sociais ao Estado, propiciando um retorno mais eficiente e célere aos demandantes. Além disso, a consolidação do SPR fixará uma abordagem promissora à melhoria da qualidade dos serviços prestados pela administração pública estadual, otimizando sua capacidade gerencial.

3.22 PACTO FEDERATIVO

Compreendendo a importância da integração entre União, Estados e Municípios, o Governo da Bahia tem procurado fortalecer o pacto federativo desenvolvendo atividades como: a elaboração do Perfil Político e Institucional dos municípios baianos, por Região de Planejamento e Território de Identidade; identificação das Associações Municipais e Regionais do Estado; acompanhamento das demandas do Poder Legislativo, do Executivo Municipal e de Organizações não-Governamentais nos municípios baianos.

3.23 RELAÇÃO COM O PODER LEGISLATIVO

Ressalta-se o estabelecimento de uma relação democrática e respeitosa com o Poder Legislativo, garantindo a independência e autonomia deste Poder e, ainda, contribuindo com as informações necessárias para o aprofundamento dos debates públicos de interesse do povo baiano.

As ações desenvolvidas na área de Assuntos Legislativos foram concretizadas a partir de acompanhamento das proposições do

Executivo em trâmite na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, no Tribunal de Justiça ou no Ministério Público Estadual.

Entre as atividades da SERIN, no que se refere à relação com o Poder Legislativo Estadual, destacam-se:

- Acompanhamento presencial das sessões ordinárias e extraordinárias da Assembléia Legislativa e das sessões mais importantes das comissões permanentes, temporárias e especiais;
- assessoramento e informe previamente aos parlamentares quanto a ações, programas e definições do governo; quanto à agenda externa do Governador e quanto às viagens oficiais dos Secretários de Estado e dos Dirigentes de Órgãos ao interior do Estado;
- encaminhamento e acompanhamento dos pleitos e audiências dos Parlamentares, considerando-se os pleitos relativos à realização de obras, serviços e informações em todas as secretarias e órgãos do Estado; acompanhamento dos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo Estadual à Assembléia e sua tramitação;
- organização e participação de reuniões periódicas com as bancadas, blocos e/ou representações partidárias.

4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 AJUSTES NA LOA 2007

Em janeiro de 2007, o Governo eleito dispunha de uma Lei Orçamentária Anual – LOA 2007 (Lei 10.548 de 28.12.06), cuja programação orçamentária fora concebida pela gestão anterior, pautando-se na estratégia de governo, definida no PPA 2004/2007. Diante disso e para uma adaptação às novas proposições de governo e à nova estrutura administrativa, foram negociados ajustes na programação da LOA 2007 através de emendas.

A SEPLAN definiu estratégias no sentido de viabilizar o início da implantação das ações do orçamento de 2007 através da nova estrutura criada pela reforma administrativa, inclusive com a participação dessas novas unidades. Nesse sentido, a equipe de orçamento desenvolveu e coordenou estudos para alcançar a programação orçamentária ajustada para o exercício 2007. Em termos metodológicos, foram realizados:

- Identificação e realização de estudos sobre as modificações apresentadas na lei da reforma, adequando-as, em termos operacionais e legais;
- compatibilização das funções de cada estrutura com a programação orçamentária da LOA;
- configuração do perfil ajustado da LOA com as novas estruturas, programações e dotações alteradas nos termos das duas leis;
- quantificação das modificações orçamentárias para chegar à nova estrutura que implantaria os programas;
- quantificação dos novos cargos gerados e extintos com seus respectivos orçamentos;
- desenho de uma proposta de orçamento-programa para cada uma das entidades.

Em termos de financiamento das modificações orçamentárias, predominou o remanejamento de dotações entre as Secretarias – objeto das alterações de programação – e o Estado complementou o orçamento com crédito no valor de R\$ 5,7 milhões, financiados pela Reserva de Contingência.

4.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A LDO é um dos instrumentos de planejamento governamental instituído pela Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1989, cuja iniciativa é do Poder Executivo. Além de estar prevista nas Constituições Federal e Estadual, a LDO deve contemplar as diretrizes orientadoras da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000), considerando, também, os Anexos de Metas e Riscos Fiscais.

Para o exercício de 2008, a LDO, aprovada pela Lei nº 10.548/07, traz importantes inovações, a exemplo da inclusão de dispositivo que dispensa a publicação do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, após a aprovação da Lei Orçamentária Anual. Consequentemente, não haverá mais a necessidade de publicação das alterações efetuadas entre elementos de despesa pertencentes aos mesmos projetos/atividades, tão comuns na dinâmica orçamentária, promovendo a redução de custos de publicação e a racionalização dos procedimentos ao longo do exercício financeiro.

Outro aspecto inovador a ser destacado é que os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública poderão, no âmbito da mesma unidade orçamentária e mantido o mesmo grupo de despesa: transpor, remanejar ou transferir recursos entre

Projetos, Atividades e Operações Especiais integrantes do mesmo Programa, desde que observadas as normas de acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Houve, ainda, alteração da metodologia de cálculo de renúncia fiscal, com a inclusão dos benefícios concedidos anteriormente à edição da LRF, dando publicidade e transparência ao valor real da renúncia da Receita.

4.3 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

Ainda sob forma de Projeto de Lei (nº 16.719), foi encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado a Proposta Orçamentária para 2008, que atingiu um montante de R\$ 19,4 bilhões, com um incremento de 10,3% em relação aos orçamentos aprovados para 2007. Desse total, o Orçamento Fiscal tem uma participação de 72,1%, o da Seguridade Social 25,9% e o Orçamento de Investimento das Empresas de 2,0%.

As metas estabelecidas para indicadores fiscais do Estado evidenciam o compromisso do Governo com a sustentabilidade da dívida e com os princípios da responsabilidade fiscal no gasto dos recursos públicos. A mensagem enviada pelo Governador Jaques Wagner salienta que a economia baiana continua apresentando um crescimento ascendente, com o PIB atingindo, em 2007, 4,5% em relação a 2006, revelando uma expectativa positiva de crescimento para 2008.

Tal proposta destaca os programas e ações a serem realizados no próximo exercício financeiro, em consonância com as diretrizes do PPA, da LDO e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que tal proposta contempla os orçamentos dos três Poderes e de órgãos com autonomia financeira, a exemplo do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.

Através da Proposta Orçamentária para o exercício de 2008, o Governo do Estado submeteu à apreciação, emendas e aprovação da Assembléia Legislativa, a programação orçamentária para o primeiro ano de implantação das políticas públicas componentes do modelo de intervenção contido no Plano Plurianual 2008-2011.

A Proposta Orçamentária Anual – POA/2008, seguindo a LDO, constituiu-se no primeiro instrumento orçamentário do

processo de implantação do Plano Plurianual 2008-2011: Construindo uma Bahia para Todos, onde estão priorizadas as ações das políticas públicas governamentais a serem implantadas durante o exercício de 2008, primeiro exercício de vigência do novo PPA, neste novo modelo.

Baseada na legislação orçamentária e na LDO/2008, a Lei Orçamentária Anual – LOA/2008 foi aprovada pela Lei nº 10.956, de 28.12.2007, devendo nortear a implantação das ações de todos os poderes, materializando as políticas públicas componentes do modelo estratégico, definidas e priorizadas no PPA. Nela estão contidas as diretrizes, programas e ações prioritárias, que deverão ser implantadas, iniciando o processo de viabilização dos objetivos de governo.

Sob a responsabilidade gerencial da nova estrutura administrativa estadual foram alocados R\$ 19,4 bilhões para atender às despesas de manutenção e operação da estrutura administrativa, transferências, operações especiais, além das despesas que irão promover o processo de implantação das políticas públicas selecionadas para superar problemas ou criar condições de desenvolvimento de oportunidades priorizadas no PPA e na LDO.

Coerente com a matriz estratégica, as políticas públicas foram priorizadas para área social – criando possibilidades para incrementar o desenvolvimento humano –, que absorveu 61% do total de mais de R\$ 4,5 bilhões, devendo gerar produtos e serviços essenciais à melhoria das condições de vida da população.

Na área econômica, foram alocados 21% dos recursos programados, para viabilizar as infra-estruturas econômica e ambiental, o suporte científico e tecnológico, além do fomento à produção. Já para a área de Gestão Pública foram destinados 18% dos recursos, objetivando a modernização e ampliação da capacidade gerencial do Estado, agilizando a sua estrutura, a qualidade no processo de planejamento e sistema de informação para dar suporte aos setores produtivos e sociais, públicos e privados.

4.4 CRONOGRAMA FINANCEIRO 2008

O Cronograma Financeiro estabelece a programação financeira do Estado e o cronograma mensal de desembolso. Seu amparo legal encontra-se no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00 – LRF

e, embora a Lei se refira ao aspecto financeiro, a programação constitui uma função do planejamento orçamentário, na medida em que expressa a parcela da dotação, consignada na Lei Orçamentária, necessária para a efetivação de empenho em um determinado mês. Por outro lado, o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso é essencialmente um instrumento de caixa, onde são previstos as receitas e os pagamentos que vão sendo assumidos, na medida em que a despesa vai sendo liquidada.

Portanto, este instrumento está diretamente relacionado à execução orçamentária e financeira do Estado, tendo em vista que qualquer despesa somente poderá ser empenhada após a sua publicação. Dessa forma, o estabelecimento e a divulgação do Cronograma Financeiro já nos primeiros dias de janeiro, além de dar transparência aos gastos públicos, evita a ocorrência de atrasos para início da execução orçamentária de 2008, evitando, assim, consequentes problemas nas finanças públicas do Estado.

Visando permitir o início da execução orçamentária de 2008, já no primeiro mês do ano, a Seplan viabilizou a publicação do cronograma financeiro através do Diário Oficial do Estado, em 11 de janeiro de 2008, aprovado pelo Decreto Financeiro nº 04, evitando a incidência de juros e multas nos pagamentos referentes às despesas de manutenção. Historicamente, o cronograma vinha sendo publicado no limite dos 30 dias após a publicação da LOA, o que implicava no retardado da execução orçamentária. A antecipação evita, ainda, a necessidade de regularizações contábeis posteriores à realização de pagamentos fora do Sistema Financeiro do Estado – Sicof.

5. GESTÃO FINANCEIRA

5.1 GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE

Durante o exercício de 2007 o Estado da Bahia realizou esforços para buscar e manter o equilíbrio nas contas públicas, o que resultou no cumprimento de todos os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Foram igualmente alcançadas as metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

Nesse sentido, a gestão das finanças públicas estaduais procurou pautar-se nos princípios da transparência, da seriedade no trato com a coisa pública, e na busca constante pela eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos, visando o atendimento da enorme gama de demandas sociais, que se colocam como um desafio permanente para o Estado.

A Secretaria da Fazenda – SEFAZ, realizou durante o ano diversas ações para promover a melhoria da qualidade do gasto e para buscar o crescimento da arrecadação tributária. Nas próximas seções do presente relatório estas ações serão abordadas em detalhes.

Cumprindo também a exigência cada vez maior, nos tempos atuais, de publicidade das contas públicas, conforme prescreve a própria LRF, o Governo do Estado, através da SEFAZ, disponibilizou, em 2007, um importante instrumento de consulta e de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos: o portal Transparência Bahia.

No portal Transparência Bahia, que pode ser acessado mediante o *website* da própria SEFAZ na *internet* (www.sefaz.ba.gov.br), estão disponíveis para consulta, para toda a população, os números relativos às receitas e despesas públicas, aos gastos com educação e saúde, além de informações sobre os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dentro do portal, o Módulo, Senha Aberta <http://www.senhaaberta.ba.gov.br> permite que o cidadão tenha acesso livre a um amplo conjunto de informações detalhadas sobre os valores que cada um dos órgãos do Governo do Estado gastou durante o exercício como, por exemplo, pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços, etc.

O portal Transparência Bahia foi lançado em agosto pelo Governo do Estado, e desde então, mais de dez mil acessos via *internet* foram registrados. Essa ação tem relação direta com as Diretrizes Estratégicas de Gestão, nas quais figuram como elementos centrais a Transparência e o Controle Social das ações do Governo. Sem dúvida, o portal Transparência Bahia se constitui num novo canal de comunicação entre Governo e Sociedade, através do qual o cidadão passa a contar com uma ferramenta moderna e ágil para acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

5.1.1 Evolução das Receitas Públicas

As receitas auferidas pelo Estado da Bahia, durante o exercício de 2007, totalizaram R\$ 17,3 bilhões, abrangendo tanto as Receitas Correntes quanto as Receitas de Capital. Com relação à previsão anual, as receitas totais alcançaram um índice de realização de 93,5% do valor previsto para o exercício, o qual, por sua vez, representa um crescimento nominal de 8,4% em relação ao total do exercício de 2006, como se observa na Tabela 5.

5.1.2 Receitas Correntes

Correspondem a ingressos de recursos financeiros promovidos pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e em-

presas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Foram auferidas nesta categoria receitas da ordem de R\$ 17 bilhões, representando uma realização de 96,5% do valor previsto para o ano de 2007.

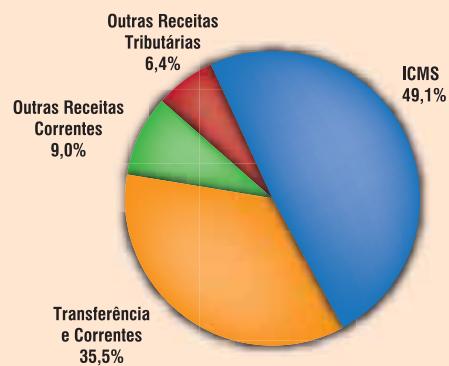
As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representaram 55,5% destas e totalizaram R\$ 9,4 bilhões, sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS, representou 49,1% do total das receitas correntes no exercício, conforme Gráfico 1.

TABELA 5 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA
BAHIA, 2004-2007

Receitas	Previsão Atualizada		Realizado (EM R\$ 1.000,00)			Real. % 2007	Var% 2007-2006
	2007	2007	2006	2005	2004		
Receitas Correntes	17.626.658	17.014.744	15.469.206	13.918.446	12.522.783	93,5	10,0
Receita Tributária	9.141.839	9.458.074	8.618.823	7.649.955	7.259.580	103,5	9,7
Receita de Contribuições	947.720	900.815	1.821.759	1.499.138	1.080.803	95,1	-50,6
Receita Patrimonial	699.611	617.935	183.149	176.929	146.441	88,3	237,4
Receita Agropecuária	1.520	36	24	21	7	2,4	51,8
Receita Industrial	100	0	0	0	0	0,0	0,0
Receita de Serviços	80.914	57.601	67.244	57.336	725.890	71,2	-14,3
Transferências Correntes	6.037.044	6.032.274	5.310.940	4.796.591	3.351.412	99,9	13,6
Outras Receitas Correntes	1.092.409	479.068	843.297	955.881	1.061.422	43,9	-43,2
Conta Retificadora	-1.605.063	-1.653.222	-1.376.031	-1.217.405	-1.102.772	103,0	20,1
Receitas Intra-Orçamentárias							
Correntes	1.230.564	1.122.162	0	0	0	91,2	0,0
Receitas de Capital	852.208	264.581	477.243	528.547	525.864	31,0	-44,6
Operações de Crédito	433.130	160.416	385.865	253.844	314.140	37,0	-58,4
Alienação de Bens	176.187	2.643	15.021	245.447	40.149	1,5	-82,4
Amortização de Empréstimos	13.793	2.850	2.466	2.712	2.490	20,7	15,6
Transferências de Capital	229.088	98.672	73.850	26.536	169.081	43,1	33,6
Outras Receitas de Capital	10	0	43	8	4	0,0	-100,0
TOTAL	18.478.866	17.279.325	15.946.449	14.446.993	13.048.647	93,5	8,4

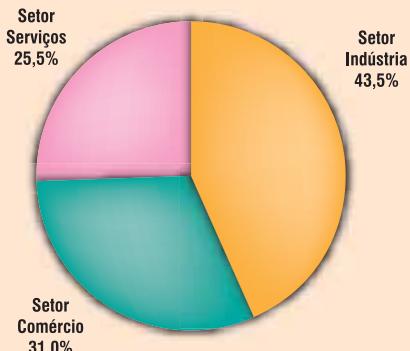
Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

GRÁFICO 1 COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES
BAHIA, 2007



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

GRÁFICO 3 ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SETOR ECONÔMICO
BAHIA, 2007

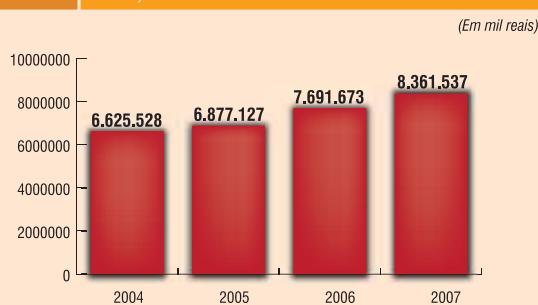


Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

5.1.3 Arrecadação do ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 88,4% da Receita Tributária realizada, apresentaram uma arrecadação da ordem de R\$ 8,4 bilhões no período. Isto representa um crescimento nominal de 8,7% em relação ao ano de 2006, como demonstra o Gráfico 2.

GRÁFICO 2 EVOLUÇÃO DO ICMS
BAHIA, 2004-2007



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

É importante observar que o ICMS incide sobre uma ampla gama de transações econômicas, correspondendo a operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado. A participação percentual dos três grandes setores econômicos (Comércio, Indústria e Serviços) na arrecadação total deste imposto pode ser observada no Gráfico 3.

O Setor Indústria, com participação de 43,5% na arrecadação do ICMS, apresentou uma redução nominal de 5,5% na arrecadação em relação ao ano anterior.

Algumas particularidades do setor industrial baiano devem ser levadas em conta na avaliação desta queda neste setor (embora tenha havido aumento na arrecadação no total dos três setores), principalmente o fato de que, por motivos estruturais, a industrialização na Bahia ainda se concentra em produtos voltados para o mercado externo ou, quando destinados ao mercado nacional são, na sua maioria, produtos intermediários, cujo valor agregado se consolida no produto final em outra Unidade da Federação, em especial no Sudeste e Sul do país. Este fato, aliado à acumulação de créditos fiscais por parte de muitas empresas, explica porque a arrecadação do ICMS, em determinados segmentos industriais, não tenha apresentado desempenho mais expressivo.

O Setor Comércio, por sua vez, apresentou crescimento nominal de 14,2% no período analisado. Para alcançar este resultado, foi fundamental o percentual registrado pelo Segmento Varejista, da ordem de 14,8%. Este segmento tem um peso percentual de 51% no Setor Comércio.

No Setor Serviços, o crescimento da arrecadação do ICMS no mesmo período atingiu 10,6%. O Segmento Utilidade Pública, que concentra as empresas fornecedoras de energia elétrica e telecomunicações (responsáveis por 90% da arrecadação do setor), cresceu nada menos que 8,7% no período em questão.

5.1.4 Arrecadação do IPVA

Foi arrecadado, em 2007, um total de IPVA da ordem de R\$ 366,3 milhões, o que representa um crescimento nominal de 21,7% em relação ao ano anterior.

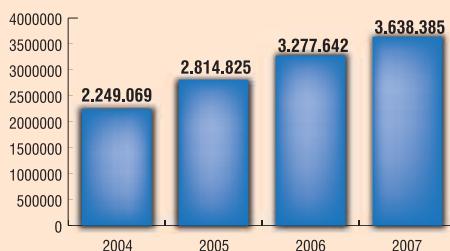
Ressalte-se que os resultados positivos da arrecadação foram possíveis graças a um maior controle no sistema interno com o uso intensivo da tecnologia da informação, bem como ao incremento anual na frota, além de ações de recuperação de receita de IPVA de exercícios anteriores, com a intensa fiscalização e realização de *blitz* em conjunto com o Esquadrão Águia, Polícia Militar, Detran e SET.

5.1.5 Receitas do Fundo de Participação dos Estados – FPE

As Transferências Correntes representaram 35,4% das Receitas Correntes do Estado em 2007. Compõem-se de transferências constitucionais e legais, recebidas do Governo Federal, destacando-se as receitas advindas do FPE, que participa com 60,3% do total realizado. Em relação ao ano de 2006, houve crescimento nominal de 11% nas receitas do FPE. O Gráfico 4 mostra a evolução destas receitas ao longo do tempo.

**GRÁFICO 4 | EVOLUÇÃO DO FPE
BAHIA, 2004-2007**

(Em mil reais)



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

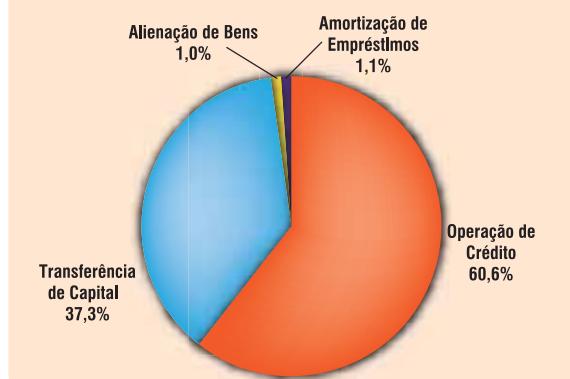
5.1.6 Receitas de Capital

As receitas de capital, que totalizaram R\$ 264,5 milhões em 2007, referem-se às operações de crédito (emprestimos e financiamentos obtidos) para aplicação em programas de investimentos governamentais. Enquadram-se ainda no

conceito de Receita de Capital as alienações de bens e as transferências de capital.

No total das Receitas de Capital, as operações de crédito tiveram uma participação de 60,6% tendo sido R\$ 94,2 milhões oriundos de recursos internos e R\$ 66,1 milhões de recursos externos, conforme demonstrado no Gráfico 5.

**GRÁFICO 5 | COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL
BAHIA, 2007**



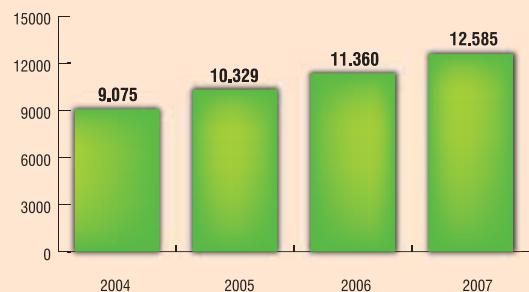
Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

5.1.7 Receita Corrente Líquida – RCL

Conforme definida pela LRF, a Receita Corrente Líquida é a base para a apuração do limite para as despesas de pessoal e para a dívida pública. Esta receita continua a apresentar crescimento a cada ano, tendo sido confirmada esta tendência também em 2007, com um crescimento nominal de 10,8% em relação ao exercício de 2006. O Gráfico 6, ilustra a evolução anual da RCL.

**GRÁFICO 6 | EVOLUÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA
BAHIA, 2004-2007**

(Em milhões de reais)



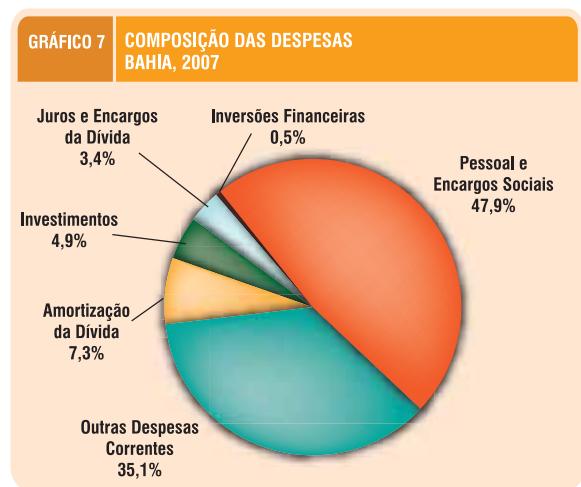
Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

5.1.8 Comportamento das Despesas Públicas

A Despesa Total do Estado, para o exercício de 2007, foi orçada em R\$ 18,5 bilhões, tendo apresentado um valor total realizado da ordem de R\$ 16,9 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 6,8%, portanto inferior ao crescimento da receita total anteriormente indicado, da ordem de 8,4%. As Despesas Correntes totalizaram R\$ 14,8 bilhões e as Despesas de Capital somaram R\$ 2,2 bilhões, conforme a Tabela 6.

As Despesas Correntes registram os gastos de caráter permanente e continuado da atividade governamental. Além das despesas de Manutenção, estão englobadas como despesas correntes, as despesas com Pessoal, Juros e Encargos da Dívida, bem como as Transferências Constitucionais aos Municípios. Representaram 87,3% do total gasto pelo Estado em 2007. As Despesas de Capital, que representaram 12,7% do total das despesas, são aquelas que contribuem diretamente

para formação ou aquisição de bens de capital, englobando Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. O Gráfico 7 destaca a composição da Despesa Total, detalhando as Despesas Correntes e de Capital:



Fonte: SEFAZ/Saf/Copaf

TABELA 6 | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA BAHIA, 2004-2007

Despesas	Dotação Atualizada 2007	Realizado (Em R\$ 1.000,00) 2006	Realizado (Em R\$ 1.000,00) 2005	Real. % 2007	Var% 2007- 2006	
Despesas Correntes	15.657.446	14.779.485	13.658.719	12.385.059	94,4	8,2
Pessoal e Encargos Sociais	8.419.931	8.102.808	7.321.067	6.300.491	96,2	10,7
Juros e Encargos da Dívida	579.500	572.758	594.463	598.150	568.712	98,8
Outras Despesas Correntes	6.658.015	6.103.919	5.743.189	5.486.418	4.903.823	91,7
Transf. Const. aos Municípios	2.421.085	2.407.160	2.287.269	2.090.197	1.894.368	99,4
Outras Despesas Correntes	4.236.930	3.696.759	3.455.920	3.396.221	3.009.455	87,3
Despesas de Capital	2.821.330	2.150.893	2.194.869	1.963.084	1.840.283	76,2
Investimentos	1.444.522	825.136	1.046.320	1.009.579	861.057	57,1
Inversões Financeiras	93.338	93.098	82.785	94.084	174.852	99,7
Amortização da Dívida	1.283.469	1.232.659	1.065.764	859.421	804.374	96,0
Reservas de Contingência	90	0	0	-	-	0,0
TOTAL	18.478.866	16.930.378	15.853.588	14.348.143	12.961.887	91,6
						6,8

Fonte: SEFAZ/Sicof/Saf/Copaf

5.1.9 Despesas com Pessoal e Encargos

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 8,1 bilhões, correspondendo a 96,2% da previsão anual. Essas despesas corresponderam a 52,4% da Receita Corrente Líquida, atendendo aos limites legais estabelecidos na LRF, de acordo com o demonstrativo da Tabela 7.

5.1.10 Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou 28% nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, superando o limite constitucional mínimo de 25%, conforme a Tabela 8.

5.1.11 Aplicação de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Estes gastos atingiram, em 2007, o montante de R\$ 1,4 bilhão, o que corresponde a 12,7% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, ultrapassando o limite mínimo de 12% estabelecido pela Constituição Federal, conforme Tabela 9.

**TABELA 7 DESPESAS DE PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
BAHIA, 2004-2007**

Poder	% Limite Prudencial	% Limite Máximo	% Despesa de Pessoal Realizada/RCL			
			2007	2006	2005	2004
Executivo	46,17	48,60	42,74	42,33	40,28	41,29
Legislativo	3,23	3,40	2,48	2,28	2,02	1,89
Judiciário	5,70	6,00	5,47	5,60	4,85	3,80
Ministério Público	1,90	2,00	1,77	1,78	1,52	1,12
TOTAL	57,00	60,00	52,45	51,99	48,67	48,10

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf
RCL 2007 = R\$ 12.584.607 mil

**TABELA 8 APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
BAHIA, 2004-2007**

Descrição	Realizado (em R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional 2007
	2007	2006	2005	2004	
Receita Líquida de Impostos	10.642.092	9.694.826	8.531.091	7.679.842	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	2.984.047	2.807.672	2.597.242	2.245.139	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	28,0%	29,0%	30,4%	29,2%	25,0%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

TABELA 9

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
BAHIA, 2004-2007

Descrição	2007	Realizado (em R\$ 1.000,00)			2004	Limite Constitucional 2007
		2006	2005	2004		
Receita Líquida de Impostos	10.642.092	9.694.826	8.531.091	7.679.842		
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.352.936	1.179.483	1.036.372	930.678		
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	12,7%	12,2%	12,1%	12,1%		12,0%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

5.1.12 Dívida Pública

O Governo da Bahia manteve, em 2007 o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, conforme determinado pela LRF, sempre no intuito de buscar e manter o equilíbrio das contas públicas.

A relação “Dívida Consolidada Líquida” sobre “Receita Corrente Líquida – RCL” correspondeu a 0,82 ao final do exercício de 2007. Esse quociente é muito inferior ao limite fixado pelo Senado Federal, da ordem de duas vezes a RCL.

Através da Tabela 10, pode-se notar a expressiva redução relativa do saldo da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL, notadamente quando comparada ao exercício de 2006.

TABELA 10

RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA/RCL
BAHIA, 2007

ANO	DÍVIDA/RCL
2004	1,42
2005	1,17
2006	1,02
2007	0,82

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepub

Ao final do exercício de 2007, verifica-se redução do prazo médio da dívida pública para 13,7 anos, bem como da taxa média de juros, para o percentual de 5,6% a.a., conforme demonstrado na Tabela 11.

TABELA 11

EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS
BAHIA, 2004-2007

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DÍVIDA EXTERNA								
Prazo Médio	13,4	13,2	12,6	11,8	11,1	11,7	11,2	10,2
Juros Médios	5,86%	5,82%	5,04%	4,66%	4,21%	4,42%	4,74%	3,49%
DÍVIDA INTERNA								
Prazo Médio	17,5	17,2	16,8	16,6	16,3	15,6	14,8	14,2
Juros Médios	5,99%	5,98%	5,82%	5,72%	6,02%	6,16%	6,20%	5,96%
DÍVIDA TOTAL								
Prazo Médio	17,0	16,6	16,0	15,8	15,4	15,0	14,2	13,7
Juros Médios	5,97%	5,96%	5,66%	5,52%	5,71%	5,89%	5,96%	5,62%

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepub

5.1.13 Resultado Primário

A apuração do Resultado Primário, confrontando Receitas Fiscais e Despesas Fiscais, visa demonstrar a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida, contribuindo com a estabilidade da economia. Em 2007 o Estado da Bahia apresentou um Resultado Primário da ordem de R\$ 1,9 bilhão, valor este superior em mais de 100% à meta estabelecida no orçamento, da ordem de R\$ 913 milhões. Tais números podem ser observados na Tabela 12.

5.1.14 Contrato com o Banco do Brasil S/A, para prestação de serviços bancários

Desde o início de 2007 o Governo da Bahia vinha procedendo a análise técnica dos contratos firmados na gestão anterior, mas ainda vigentes. Nesse contexto foi incluído o contrato de prestação de serviços bancários com o Banco Bradesco S/A, firmado em 2004.

A análise preliminar da SEFAZ constatou que as condições contratuais para o Estado da Bahia, no caso em questão, eram muito desvantajosas, quando comparadas com outros estados da federação. Foram então abertas negociações, inicialmente com o próprio Bradesco, visando obtenção de um maior equilíbrio nas condições contratadas. O Banco do Brasil e a Caixa

Econômica Federal também manifestaram interesse na prestação dos serviços e as três instituições apresentaram propostas.

A Procuradoria Geral do Estado – PGE analisou os aspectos jurídicos da questão, e emitiu Parecer indicando que o contrato com o Bradesco estava em desacordo com o previsto no art. 164, § 3º da Constituição Federal e no artigo 157 da Constituição do Estado da Bahia.

Além disso, segundo a PGE, a rescisão do contrato com o Banco Bradesco S/A, e o novo contrato firmado com o Banco do Brasil S/A, visava atender dispositivos legais, que estabelecem que as disponibilidades de caixa dos Estados devem ser depositadas em instituições financeiras oficiais.

O Banco do Brasil foi quem apresentou a melhor proposta financeira dentre as três instituições contatadas – R\$ 485 milhões, contra R\$ 350 milhões do Bradesco e R\$ 332 milhões da CEF.

O Banco do Brasil S/A comprometeu-se ainda com um montante de investimentos no Estado da Bahia, durante período de vigência do contrato, superior a R\$ 8 bilhões, na área social, ampliação de sua rede de atendimento para atendimento a todos os municípios do Estado, operações de crédito para agricultura familiar, empresarial, pequenas, médias e grandes empresas.

TABELA 12		RESULTADO PRIMÁRIO BAHIA, 2004-2007				(EM R\$ 1.000,00)
RECEITAS FISCAIS		RECEITAS REALIZADAS				
		2007	2006	2005	2004	
Receitas Fiscais Correntes	16.906.148	15.312.326	13.760.196	12.395.661		
Receitas Fiscais de Capital	98.672	73.892	26.544	169.085		
Receitas Fiscais	17.004.820	15.386.218	13.786.740	12.564.746		
DESPESAS FISCAIS		DESPESAS LIQUIDADAS				
Despesas Fiscais Correntes		2007	2006	2005	2004	
		14.206.728	13.064.256	11.786.909	10.549.779	
Despesas Fiscais de Capital	918.234	1.129.105	1.103.663	1.033.734		
Reserva de Contingência	–	–	–	–	–	
Despesas Fiscais	15.124.962	14.193.361	12.890.572	11.583.513		
RESULTADO PRIMÁRIO	1.879.858	1.192.857	896.168	981.233		

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf
Meta do Resultado Primário para o ano de 2007 = R\$ 912.803 mil

A decisão tomada pelo Governo do Estado da Bahia visou defender o interesse público e o atendimento das disposições legais vigentes.

Todos os números e fatos apresentados anteriormente demonstram o compromisso do Governo do Estado, e da SEFAZ, com uma gestão fiscal responsável e transparente. A responsabilidade fiscal nos tempos atuais é um requisito essencial para que o Estado tenha, de fato, capacidade de implementar políticas públicas capazes de atender às crescentes demandas sociais. A transparência é um desafio para os gestores públicos que, a cada momento, devem exercitá-la e buscar formas participativas de relacionamento com a população – destinatária da ação pública, e à qual devem ser direcionadas as prestações de contas sobre o uso dos recursos públicos.

A SEFAZ buscou, portanto, perseguir o equilíbrio fiscal como forma de contribuir para os objetivos estratégicos do Governo do Estado da Bahia, calcado nos dois grandes eixos de desenvolvimento já citados.

5.2 INTELIGÊNCIA FISCAL E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Mesmo sendo uma atividade contínua, algumas medidas foram implementadas visando aumentar a eficiência na Recuperação do Crédito Tributário. O próprio modelo de Inteligência Fiscal foi repensado e reestruturado para atender aos objetivos da organização. Em 2007 foi firmado um Convênio de Cooperação Técnica entre SEFAZ, Secretaria de Segurança Pública, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça, com o objetivo de fortalecer as ações integradas e com o propósito de simplificar e agilizar os processos administrativo-fiscais e penal-tributários, além do combate sistemático às fraudes praticadas por grupos organizados.

O Estado da Bahia possui um montante de R\$ 7,4 bilhões em créditos ajuizados e inscritos em dívida ativa. Esse valor foi um dos fatores a motivar a criação dessa força tarefa estadual de combate à sonegação, como forma de fazer uma eficiente cobrança administrativa e execução judicial dos devedores do Estado e monitoramento de contribuintes inadimplentes e irregulares.

Com apenas três meses de firmado o convênio entre os órgãos signatários, essa ação integrada possibilitou a realização de operação de Busca e Apreensão, batizada de “Operação Tesouro”, em 29 estabelecimentos, a maioria empresas do ramo alimentício e algumas de informática, e a prisão de sete integrantes do esquema fraudulento.

Não menos importante foi a “Operação Na Trilha do Álcool” realizada para fiscalização ostensiva da comercialização de combustíveis, objetivando combater a sonegação e provocar o incremento da arrecadação espontânea do referido segmento. Participaram diretamente dessa ação as Secretarias da Fazenda dos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A operação foi avaliada como positiva, principalmente pelo incremento provocado na arrecadação de álcool no Estado da Bahia, pois no mês de realização os recolhimentos do ICMS duplicaram, batendo uma marca nunca registrada, alcançando o patamar de R\$ 4,0 milhões. Este segmento apresentou no ano de 2005 uma média mensal de R\$ 1,3 milhão de arrecadação; em 2006 uma média de R\$ 1,5 milhão e até junho de 2007 registrava uma média mensal de R\$ 2,1 milhões. Em julho, mês da operação, com reflexo também em agosto/07, registrou uma média de R\$ 4,1 milhões.

Dentro da atividade de Recuperação de Crédito e visando desafogar o fluxo junto às carteiras de cobrança das diversas unidades da SEFAZ, foram disponibilizados, ainda em 2007, via *Internet*, a Denúncia Espontânea e o Parcelamento de Débitos para os contribuintes inscritos no Simples Nacional, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Esse serviço já resultou em mais de 400 parcelamentos, num valor total superior a R\$ 4,0 milhões.

5.3 MELHORIA DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

Diversas ações foram empreendidas no sentido de melhorar a gestão no âmbito da administração tributária, dentre as quais citam-se:

- Ampliação do Sistema de Pagamento do ICMS através do Cartão de Débito, que proporciona redução de custos e aumenta a segurança das operações tanto para o contribuinte quanto para os postos fiscais, já que há uma diminuição das transações com o dinheiro em espécie;

- implantação de nova versão do Sistema de Cadastro de Contribuintes, com os ajustes referentes ao Simples Nacional, à migração dos contribuintes para o novo regime e a extinção do regime anterior, o Simbahia;
- início do desenvolvimento, em conjunto com o Detran e a Prodeb, do Projeto de Licenciamento Integrado, com o objetivo de ampliar a rede bancária autorizada a realizar a arrecadação dos valores relativos ao licenciamento dos veículos cadastrados no Estado da Bahia;
- conclusão da implantação do Sistema de Arrecadação – Sigat, bem como melhorias no módulo de crédito tributário (Sigat-Crédito), que passou a oferecer novas funcionalidades e relatórios gerenciais.

Nesse contexto, merece destaque também a conquista pela SEFAZ, em 2007, pelo terceiro ano consecutivo, do Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, oferecido pela Revista Consumidor Moderno, sendo este um importante reconhecimento da qualidade dos serviços colocados à disposição do cidadão.

5.4 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA – PET BAHIA

O Programa de Educação Tributária – PET/Ba foi criado em 1999, com base nas diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, e busca oferecer à sociedade contribuições permanentes para a formação da cidadania, conscientizando o indivíduo sobre os direitos e deveres relativos ao valor social dos recursos públicos advindos dos impostos e ao controle social do Estado.

O PET/Ba tem como objetivos fundamentais:

- Sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica dos tributos;
- levar à população conhecimento sobre administração pública;
- incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos;
- criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

Quatro grandes projetos integram o Programa:

Projeto Educação Fiscal nas Escolas – PEFE – Em parceria entre SEFAZ, SEC e a Receita Federal do Brasil, tendo como objetivo promover e institucionalizar a educação fiscal na formação dos jovens, para que possam atuar como cidadãos participantes. Entre os resultados obtidos estão a publicação da “Coleção Educação Fiscal”, com livros sobre temas relacionados ao patrimônio coletivo, tributos e a relação Estado e sociedade, e a capacitação de mais 385 novos disseminadores em Educação Fiscal, entre professores da rede pública estadual, servidores públicos das Secretarias da Educação e da Fazenda, da Receita Federal do Brasil, além de educadores municipais espalhados em 11 cidades do Baixo Sul e Cruz das Almas;

Projeto Sua Nota é Um Show – SNS – Parceria entre as SEFAZ, SECULT e SETRE, utiliza elementos da cultura baiana, como música, teatro, dança e futebol, e tem como objetivo estimular no cidadão o hábito de exigir a nota ou cupom fiscal no momento em que realiza suas compras, para posterior troca por ingressos para shows e eventos esportivos. Em 2007, na área artística, foram disponibilizados 125 mil ingressos para 25 espetáculos, representando um investimento total de R\$2,9 milhões. Além disso, mais de um milhão de espectadores assistiram a 192 jogos de futebol através da troca de notas e cupons fiscais por ingressos. O investimento total foi nada menos que R\$ 3,7 milhões, possibilitando uma arrecadação de quase 10 milhões de notas e cupons fiscais.

Uma grande inovação do Projeto SNS em 2007 foi a alteração no sistema de trocas de documentos fiscais por ingressos, buscando dar maior conforto para o cidadão e, ao mesmo tempo, combater a ação de cambistas. Para os jogos dos times do Bahia e do Vitória, o torcedor passou a fazer a reserva de ingressos pelo telefone 3533-5050, num prazo de pelo menos 48 horas antes do dia da partida. A reserva é de, no máximo, dois ingressos por torcedor, que necessita apenas informar seu número de CPF para depois obter seu ingresso na véspera do jogo, com a devida troca por dez notas ou cupons fiscais. Esse novo sistema visa coibir abusos e torna o processo mais ágil e mais seguro.

Projeto Sua Nota é Um Show de Solidariedade – SNSS – Parceria entre a SEFAZ, SEDES e SESAB, tem como objetivo

apoiar as atividades das instituições benfeitoras da área social e de saúde, sob a forma de premiação, a partir dos resultados da captação de notas e cupons fiscais doadas pelos cidadãos. A premiação reverte-se em melhorias na infra-estrutura da instituição participante (conforme estabelecido em Plano de Aplicação apresentado pela mesma), com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, realização de obras, reformas e ampliações de instalações, e compras de bens duráveis e de consumo, compatíveis com as suas atividades finalísticas.

Nas 23 etapas de apuração, desde o início do Projeto, foram arrecadados mais de 1,2 bilhão de notas e cupons fiscais e distribuídos quase R\$ 64 milhões em prêmios. Em 2007 foram beneficiadas, a cada uma das três etapas de apuração, cerca de 570 instituições, em 172 municípios, somando R\$ 8,0 milhões em investimentos sociais.

Faz Universitário – Este Projeto visa subsidiar alunos oriundos da rede pública de ensino, auxiliando-os na realização de cursos de formação superior, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais em faculdades particulares da Bahia, contribuindo para promover a inserção social desses jovens num contexto de trabalho cada vez mais competitivo e globalizado.

Executado através de parcerias entre a SEFAZ, SEC e entidades do setor privado, o Projeto já beneficiou 4.334 alunos desde sua criação em 2002. No ano de 2007 foram mantidos os pagamentos relativos às bolsas concedidas no passado.

Para outras informações sobre os programas integrantes do PET/Ba, ver os capítulos deste relatório referentes a cada uma das Diretrizes Estratégicas onde os mesmos se enquadram.

6. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1 COMPRAS PÚBLICAS

O Governo do Estado procedeu, através da SAEB, uma série de alterações na forma de licitar e contratar os serviços de conservação e limpeza, copa e cozinha, vigilância e segurança patrimonial, além de suporte administrativo e operacional, manutenção de prédios públicos e apoio às atividades de

informática. Uma nova legislação foi editada para dar sustentação às mudanças impostas, que trouxeram como consequências mais transparência aos processos licitatórios, ampliação da competitividade e redução nos custos da ordem de 30% em relação aos contratos anteriormente firmados.

Dentre as ações, destacam-se a utilização exclusiva do Pregão Eletrônico para esse tipo de licitação – método que confere maior amplitude, celeridade e transparência ao processo – e o emprego do registro de preços nas contratações de serviços, o que garante a continuidade no fornecimento e evita o apelo a contratos emergenciais, um conhecido mecanismo de perpetuação dos mesmos fornecedores nos órgãos públicos.

Nos serviços de limpeza, merece registro a nova metodologia de contratação por metro quadrado limpo, ficando sob responsabilidade total da Contratada a definição do quantitativo de postos de trabalho que serão alocados nos órgãos e entidades, objetivando maior qualidade na prestação dos serviços. Com a adoção dessa medida a expectativa é maximizar a relação custo-benefício e restringir a pessoalidade entre os gestores públicos e os prestadores de serviço.

O constante avanço tecnológico possibilita inovações na gestão pública, representando para o Estado agilidade no processo de compra, redução de preços e de custos operacionais; para a sociedade, mais transparência e para os fornecedores, ampliação da competitividade. Foi por meio da utilização desses recursos tecnológicos que o Executivo promoveu em 2007 uma maior utilização do pregão eletrônico em suas licitações.

No ano de 2007, cursos a exemplo de: “Licitação e Noções de Contratos”, “Serviços Terceirizados e Registro de Preços” e “Formação de Pregoeiros”, capacitaram 2.780 servidores, aproximadamente quatro vezes mais que em 2006. As capacitações vêm sendo realizadas por meio de cursos presenciais e à distância, utilizando a videoconferência, que permite alcançar um maior número de servidores, pois amplia a área de alcance para os municípios do interior do Estado.

Foi realizado, em Salvador, o evento “Como licitar e contratar com a Administração Pública Estadual”, disponibilizando 1.150 vagas, que foi transmitido através de videoconferência para mais de 30 municípios do interior, como também acom-

panhado através do portal Comprasnet.Ba, tendo como objetivo preparar os fornecedores para atuarem nas licitações públicas, contribuindo para tornar as compras governamentais mais céleres e transparentes, e acessíveis a um número maior de interessados.

6.1.1 Compras.Ba – Sistema Corporativo de Aquisições Públicas

As compras públicas no Executivo são realizadas através do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – Simpas, uma ferramenta de acompanhamento de todas as fases relativas à aquisição de materiais e a contratação de serviços, concebido em plataforma tecnológica cliente/servidor, que se tornou obsoleta e vem dificultando o atendimento às crescentes demandas dos usuários.

Dante desse quadro, o Governo decidiu desenvolver um novo Sistema de Aquisições Públicas, na interface *web*, legalmente certificado, onde serão investidos cerca de R\$ 3,8 milhões a partir de 2008, em parceria inédita com a Assembléia e o Judiciário. O Compras.Ba terá, como campo de atuação, os órgãos e entidades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo como destaque a permissão de acesso a órgãos externos da Administração Pública Estadual.

O Compras.Ba estará integrado com outros sistemas estratégicos para as compras e contratações públicas do Estado e após a implantação completa, proporcionará maior transparência nas compras, aprimoramento do controle de estoque e, principalmente, funcionará como suporte ao planejamento e a gestão dos gastos públicos. Em 2007, foi homologada e acompanhada a construção dos protótipos e módulos, assim como foram identificadas e sistematizadas as regras de integração com os demais sistemas.

6.2 GESTÃO DAS CONTAS DE CONSUMO

A inexistência de um controle efetivo sobre as contas das unidades consumidoras, bem como de uma ferramenta de gestão de consumo, e o mau dimensionamento da estrutura tarifária, onerando as contas, especificamente as da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, gerando um desembolso anual em torno de R\$ 1,2 milhão em multas, levaram o Governo a implementar um modelo de gestão de

contas de consumo (luz, água e telefonia), que tem como objetivo adotar uma sistemática de controle centralizado, associada à utilização dos sistemas corporativos de cada concessionária para monitorá-las.

Como medidas iniciais, foram validados e atestados todos os dados das contas de consumo pelos gestores públicos, inclusive a confirmação ou correção do endereço da unidade consumidora. Além do que, sistemas corporativos com bases de dados atualizadas pelas concessionárias serão implantados com vistas à automatização do gerenciamento.

Tais ações terão como benefício o planejamento e a gestão, para evitar pagamentos de contas indevidas, minimizar os pagamentos em atrasos e buscar efetividade na gestão das despesas, com a proposta de redução em energia, telefonia, água e esgoto de 20%, para 2008, em relação à despesa anual de 2006, que foi na ordem de R\$ 175,5 milhões.

Em relação à energia elétrica, 292 contratos de alta tensão passaram por revisão das demandas contratadas e da estrutura tarifária; essa revisão dos contratos objetiva uma economia da ordem de R\$ 13 milhões. Também foram identificadas 4.400 contas de baixa tensão para serem analisadas e verificadas. De igual forma, 3.400 contas de água e esgoto também serão apuradas.

6.2.1 Gastos com telefonia

No que se refere à telefonia fixa e móvel serão estabelecidos os procedimentos para a redução, racionalização e controle do consumo de tráfego telefônico para todos os órgãos e entidades do Executivo.

Neste exercício, a Superintendência de Energia e Comunicações da Secretaria de Infra-Estrutura desenvolveu gestões, visando à melhoria no controle dos gastos com telefonia, no âmbito da administração estadual. Cabe destacar a atenção especial dos técnicos na elaboração dos editais de licitação, para contratar diversos serviços de telefonia e de prestação de serviços de operação e manutenção da rede interna do CAB, em condições vantajosas para o Estado, substituindo os contratos emergenciais, buscando, sobretudo, contemplar o que há de moderno no setor de telecomunicação e viabilizar a concorrência entre fornecedores.

Com esta mesma finalidade, a atual Administração solicitou à Auditoria Geral do Estado – AGE, realização de auditoria nos procedimentos de contratos de telefonia vigentes e convênios com emissora de sinal de TV, para definir ações que deverão ser tomadas, objetivando regularizar a utilização de materiais, equipamentos e infra-estrutura do Estado.

6.3 GESTÃO DE VIAGENS

Ao iniciar o exercício de 2007, foi identificado que o Estado possuía 44 contratos com as agências de viagens para aquisição de passagens aéreas, falta de integração das informações relativas às aquisições de passagens, diárias e adiantamentos para deslocamento, inexistência de procedimentos padronizados e de um sistema corporativo de gestão, entre outras ocorrências.

Esse conjunto de fatores, aliado ao volume dos gastos envolvidos, em 2006, consumiu cerca de R\$ 39,0 milhões, levando o Governo a optar pelo desenvolvimento e implantação de um novo modelo de gestão de viagens. O objetivo é padronizar e implantar procedimentos, tendo como benefícios a consolidação e detalhamento das informações de viagem, racionalização no processo, efetividade na gestão das despesas e uma redução de 20% em relação à despesa do ano anterior.

Na busca da melhor solução para o desenvolvimento de um novo modelo de gestão de viagens foi analisado, mediante intercâmbio das práticas públicas com o Estado do Paraná, o sistema de informação corporativo utilizado por esse Governo para acompanhamento e controle dos gastos com viagem, bem como toda a sistemática de gestão do negócio adotada por aquele Estado, firmando, em 2007, Termo de Cooperação Técnica. A partir de então, medidas importantes já vêm sendo executadas como, por exemplo, a análise para Credenciamento de Companhias Aéreas, visando desde a compra direta de passagens até a utilização de cartão corporativo como meio de pagamento das despesas autorizadas.

6.4 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

No início da nova gestão, verificou-se que o Estado não dispunha de mecanismos de verificação e acompanhamento sistematizado da execução dos seus 4.400 con-

tratos de serviços terceirizados, em geral de natureza continuada, causando desperdícios, desvirtuamento dos objetos contratados e pagamento de multas por atrasos. Foi verificada, também, a ausência de gestão dos gastos na execução dos contratos, isto é, sem nenhuma avaliação de eficiência, economicidade e da qualidade da prestação dos serviços.

Diante desse cenário, o Governo resolveu instituir o Sistema de Gestão e Fiscalização de Contratos, e para tanto, está em vias de contratar um serviço especializado, visando à elaboração do modelo de fiscalização para todo o Estado, além de capacitar 900 fiscais em todas as unidades administrativas.

Com a implantação do Sistema espera-se dentre outros, a eliminação de desperdícios e desvios, melhoria na forma de contratação e elaboração dos contratos, serviços e produtos adquiridos com maior qualidade e conduta mais apropriada dos fornecedores e dos prestadores de serviços.

6.5 ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS

Com o objetivo de ampliar para o interior do Estado a cobertura do Sistema de Abastecimento da Frota, já consolidado na Região Metropolitana de Salvador e nos municípios de Alagoinhas, Feira de Santana e Santo Amaro, o Governo iniciou o processo para uma nova licitação que permitirá a ampliação da concorrência, a partir da inclusão, também, das empresas de gestão de frota, pois anteriormente, só era admitida a participação de distribuidores de combustíveis.

Atualmente cerca de 3.700 veículos atendem municípios fora da abrangência do Sistema e a expectativa, com a implantação do Sistema em todo o Estado, é que haja uma redução dos gastos com combustíveis na ordem de R\$ 4,0 milhões.

A sistemática tem como ferramenta de gestão a tecnologia Controle Total de Frota – CTF, que através de um dispositivo eletrônico instalado atualmente em 2.975 carros, identifica o veículo no momento do abastecimento e disponibiliza para o gestor de frota as informações para o acompanhamento do rendimento dos veículos. Sobre o preço de bomba à vista dos combustíveis é aplicado o desconto de 0,2% para gasolina e 0,5% para o diesel.

6.6 PADRONIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Em levantamento efetuado sobre as condições da frota utilizada pelo Estado, constatou-se que 90% dos veículos são de uma mesma montadora e não atendem completamente às necessidades das principais atividades desenvolvidas pelo Governo. Aliado a isso foi constatado que 1.800 veículos possuem mais de oito anos de uso, o que demanda altos custos de manutenção e maior consumo de combustível. Verificou-se, também, a ausência de controle e acompanhamento da qualidade e dos gastos com as oficinas responsáveis pela manutenção da frota.

Diante desse cenário, e considerando, ainda, que o gasto anual com manutenção da frota gira em torno de R\$ 16,0 milhões, resolveu-se revisar o processo de aquisição, locação, utilização e padronização da frota, o que resultou na aplicação de uma metodologia de classificação de veículos através do sistema de pontos.

Neste sentido, as aquisições ficaram condicionadas a uma especificação mínima de característica dos veículos conforme o setor a que se destinam, ou seja: atividades administrativas, segurança, saúde, fiscalização, transporte de cargas e representação funcional, sem definição de marcas, permitindo, desta forma, estender o número de montadoras participantes dos processos de licitação. Além de ampliar a competitividade, as propostas de preços de veículos contemplam um plano de manutenção preventiva e garantia por três anos ou 150.000 km.

Em 2007, foram adquiridos 331 veículos, entre carros administrativos, viaturas, ambulâncias, transporte de cargas e fiscalização, possibilitando a otimização dos serviços prestados à população, além de permitir a renovação dos veículos com mais de dez anos de uso, evitando gastos excessivos com manutenção corretiva e o alto consumo de combustível.

6.7. RECOLHIMENTO E LEILÃO DE BENS

O recolhimento de bens móveis desativados é uma atividade de caráter continuado de gestão do patrimônio, que visa proporcionar melhores condições para a prestação dos serviços à sociedade, pois, em muitos casos, as edificações públicas têm a sua capacidade de atendimento reduzida, em função de parte dos imóveis estar sendo utilizada como depósito de bens em desuso.

Para garantir a agilidade e desonerar as unidades dos altos custos com encaminhamento dos bens móveis inservíveis para o almoxarifado central localizado na Capital, foram criadas cinco bases de recolhimento em Batalhões da Polícia Militar do interior do Estado. Quando se dispõe de uma quantidade de bens suficiente, capaz de despertar o interesse comercial, são realizados leilões públicos. As unidades da Administração Indireta possuem autonomia para realização dos seus respectivos leilões, enquanto na Direta a SAEB tem essa competência.

Na Tabela 13, constam os valores arrecadados dos leilões realizados pela SAEB em 2007. Atualmente encontra-se em fase de regularização os procedimentos para a alienação do *ferry boat* Gal Costa.

TABELA 13 | LEILÃO DE BENS - VALORES ARRECADADOS BAÍA, 2007 (EM R\$ 1.000,00)

DESCRIPÇÃO	VALOR ARRECADADO
Leilão 01	690
Leilão 02	281
Total	971

Fonte: SAEB/Superintendência de Serviços Administrativos - SSA

6.8 REORDENAMENTO DE IMÓVEIS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAÍA

Em função da reestruturação administrativa do Estado, o que, além de instituir novas Secretarias, impactou em atividades, competências e vinculações de órgãos e entidades, e com vistas a acomodar adequadamente essa nova estrutura, o Governo optou pela reorganização espacial dos órgãos da Administração Pública, através da criação, em 2007, de um Grupo de Trabalho – GT, onde foram realizados estudos no sentido de otimizar as áreas das edificações, bem como reduzir o gasto com aluguéis de imóveis.

Neste primeiro momento, a intenção é reunir no Centro Administrativo da Bahia – CAB, os órgãos da Administração Direta, e nesta direção um recurso importante é a Plataforma II, que possui 20 mil m² de área, e estará pronto para o uso no primeiro semestre de 2008. Os endereços definitivos serão

fixados levando em conta os perfis de cada Secretaria, sendo que será dada prioridade àquelas que demandam gastos com aluguéis, que representam uma despesa em torno de R\$ 1,3 milhão por ano, bem como as novas Secretarias.

Nos espaços ocupados pelas unidades do Estado, deve-se considerar um melhor aproveitamento de imóveis com simbologia, peculiaridade e beleza arquitetônica, bem como que seja dada continuidade às ações para subsidiar a elaboração e aprovação de um Plano Diretor para o CAB, onde deverá ser estabelecida uma política de uso e ocupação do solo que garanta a integridade, arquitetônica, urbanística e funcional do mesmo.

7. TRANSPARÊNCIA E OUVIDORIA

7.1 TRANSPARÊNCIA BAHIA

Em 2007, o Governo do Estado lançou o programa Transparência Bahia. O programa Transparência Bahia, cuja gestão está sob a responsabilidade da Secretaria da Fazenda, disponibiliza a todos os cidadãos e cidadãs o acesso a informações relativas a receitas e despesas do governo, incluindo os gastos com educação e saúde, em cumprimento aos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, permite o acesso a todos os pagamentos realizados a fornecedores e prestadores de serviço do Estado.

Ressalta-se, assim, que a sociedade deve ser estimulada a se organizar para controlar aqueles que exercem o poder, com a criação do sistema, não se constituindo em gesto de generosidade, mas um ato de respeito aos baianos e de obediência às normas constitucionais vigentes. O Programa Transparência Bahia representa uma nova relação do Executivo com os outros poderes e com a sociedade.

7.2 OUVIDORIA

A Ouvidoria Geral criada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, foi modificada através da Lei nº 10.549 de 28 de dezembro de 2006 e regulamentada através do Decreto nº 10.355, de 23 de maio de 2007, funciona de forma descentralizada, por meio de uma Rede de Ouvidores, integrada por Ouvidores Especializados que atuam nas Secretarias, órgãos e

entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual.

Muitas manifestações referentes às instituições vêm sendo discutidas, o que tem agilizado o trato das questões levantadas e o retorno dessas à parte interessada, permitindo maior grau de satisfação e de confiabilidade dos cidadãos na administração estadual. Além disso, a análise das manifestações vem possibilitando indicações para atendimento às demandas da sociedade, mudança em procedimentos administrativos, correção de algumas falhas e melhoria na qualidade dos serviços públicos, fortalecendo, assim, o princípio da eficiência e eficácia na ação governamental.

A Ouvidoria Geral atua, ainda, como parceira de outras esferas de Governo, através do desenvolvimento de ações especiais na implantação de ouvidorias, desenvolvendo novos suportes tecnológicos, capacitando ouvidores e disseminando o conceito de Ouvidoria.

Os dados apresentados neste Relatório demonstram que o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Estado contabiliza o recebimento de 79.220 manifestações desde a sua implantação, em 2003, até outubro 2007. Comparando o ano de 2006 (20.862 manifestações) com o ano de 2007 (33.863 manifestações) até outubro/07, houve um aumento considerável dos registros (13.001 manifestações) equivalente a 62,3%. Vale ressaltar que esta demanda tem crescido em consequência das parcerias firmadas, da disponibilização de diversos meios e formas de contato com a população, das relações com Órgãos e Instituições, da resolutibilidade das manifestações e das inovações tecnológicas que possibilitam atendimento ágil e personalizado ao cidadão, assim como, por haver por parte do novo Governo, credibilidade junto à população.

Entre as atividades realizadas no período, destacam-se as parcerias firmadas com municípios, estados e outras esferas do governo estadual e federal; a abertura do posto de atendimento da Ouvidoria Geral no SAC Móvel, no SAC Iguatemi e no SAC Pelourinho, e a parceira com a Secretaria de Tecnologia e Inovação – SECTI e com a Universidade Estadual da Bahia – Uneb. Este último acordo envolve a capacitação de aproximadamente 700 articuladores sociais que trabalham nos CDC, (antigos Infocentros) de todo o Es-

tado, do Programa de Inclusão Sociodigital, da SECTI, para atuarem junto à OGE como Agentes Multiplicadores dos Serviços de Ouvidoria.

Quanto ao resultado dos atendimentos, do total de manifestações, 90,2% foram concluídas. As demais estão em processo de análise, ou aguardando retorno dos órgãos ou apurações por comissão de sindicância ou, ainda, complementação da documentação. Constata-se que o maior número de manifestações, 69,3%, procedeu de pessoas físicas. A estas, seguiu-se 17,9% dos servidores públicos, 8,6% de pessoas anônimas, 1% de agentes políticos, 1% de pessoas jurídicas e 0,7% de abaixo-assinados. Do total, 50,7% foram manifestantes do sexo masculino, 45% foram manifestantes do sexo feminino e 4% não identificado.

Sobre os meios de contato com a Ouvidoria Geral e as Especializadas, houve predominância da utilização da *Internet*, com 69% (formulário eletrônico) e por *e-mail* 2,0%. O telefone/fax teve 17,6% considerado significativo. 14,6% das manifestações foram realizadas de forma presencial, 3,1%, através da caixa coletora, 1,0% via postal e 1,0% mediante carta do cidadão.

A Ouvidoria Geral tem sido um instrumento valioso de relação com a sociedade, através do qual a população avalia a atuação das mais diversas áreas do Estado, nos fornecendo indicadores importantes para correção e aperfeiçoamento na prestação dos Serviços Públicos.

8. POLÍTICA PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A democratização da informação, por meio da inclusão social e digital, da liberdade de expressão e do fomento à discussão e à capacitação é a meta da Política de Comunicação do Governo do Estado, buscando o resgate da credibilidade das informações e notícias oficiais disponibilizadas para toda a mídia nacional.

Para proporcionar os mecanismos necessários à construção dessa nova Política de Comunicação, o Governo desenvolveu uma série de ações em 2007, tendo como foco a concepção

da Comunicação Social como serviço público – informação é direito do cidadão e dever do Estado.

Através do Decreto nº 10.592 de 22 de novembro de 2007, foi criado um grupo de trabalho denominado GT Comunicação, com a participação da sociedade civil organizada, com o objetivo de possibilitar a discussão de proposta de políticas públicas de comunicação, inclusive com rodadas nas regiões mais distantes do Estado.

Tal iniciativa culminará com a realização da I Conferência Estadual de Comunicação, prevista para 2008, que consiste na priorização, definição e formatação de projetos e atividades a serem desenvolvidos em todo o Estado.

Na tarefa de construir essa nova política de comunicação da Bahia foram engajados, principalmente, os profissionais da área que militam na esfera governamental, que passam a merecer melhor formação e capacitação. De simples atores da construção e divulgação das notícias oficiais, estes profissionais tornaram-se agentes participativos do processo de discussão e construção das novas políticas de Governo.

Percebendo a importância deles para essa tarefa, o Governo do Estado, por meio da Assessoria Geral de Comunicação Social – Agecom, órgão responsável pela execução das políticas oficiais de comunicação, adotou uma política de valorização do profissional, melhorando sua auto-estima e investindo na constante capacitação do quadro de assessores da área, a fim de melhor qualificá-los para a atividade profissional, resultando na oferta de informação de credibilidade e qualidade.

Neste contexto, a Agecom promoveu ações para a capacitação dos servidores das Assessorias de Comunicação dos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado, destacando-se a participação no Maxi Mídia e no Fórum Internacional de Mídia, Poder e Democracia.

Maxi Mídia – Atualmente o maior evento do setor em toda a América Latina, foi realizado em outubro, com transmissão ao vivo de São Paulo via satélite, para mais de 20 cidades em todo o Brasil, incluindo Salvador, e com debates ao vivo.

Neste evento, foi promovido um painel especial para as Assessorias de Comunicação do Governo da Bahia, contendo

palestras e debates sobre *marketing*, comunicação e mídia governamental, com carga horária de quatro horas.

Fórum Internacional de Mídia, Poder e Democracia – O Governo da Bahia, através da Agecom e do Instituto de Radiodifusão da Bahia – Irdeb, apoiou a realização do Fórum Internacional de Mídia, Poder e Democracia, promovido pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – Fapex, pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, todos da Universidade Federal da Bahia – UFBA, entre os dias 12 e 14 de novembro, em Salvador.

O Fórum teve como principais objetivos:

- Refletir de maneira aprofundada sobre o papel essencial da comunicação para a construção da democracia na Bahia e no Brasil;
- discutir a responsabilidade dos veículos de comunicação brasileiros na consolidação de princípios éticos;
- colocar em interlocução profissional e pensadores da área da comunicação e da política, buscando a pluralidade e a diversidade de opiniões;
- mobilizar a sociedade civil em prol da democratização da comunicação na Bahia e no Brasil.

Adequação das Instalações da Agecom – Para melhor integração das equipes e modernização da comunicação oficial, a redação da Agecom foi reformada, tomando a aparência de uma redação multimídia, seguindo a tendência do jornalismo moderno. Com a reformulação do espaço físico da redação, foi posto em prática o projeto de profissionais multimídias que trabalham para os diversos meios (TV, rádio, impresso e site) disponíveis na Agecom, racionalizando assim, as atividades jornalísticas e proporcionando melhores condições aos profissionais, além de facilitar a comunicação e integração interna. Estúdios de rádio e TV, além de ilhas de edição, complementam a modernização da redação da Agecom.

8.1 PORTAL DE COMUNICAÇÕES NA INTERNET

Em setembro de 2007, com a presença de diversos veículos e profissionais de comunicação de massa e de agências de propaganda, foi lançado o novo Portal de Comunicação do Governo do Estado (www.comunicacao.ba.gov.br). Com a

produção média de 30 notícias por dia, vinculadas a conteúdos de imagem e som, o Portal foi modernizado, apresentando um formato de fácil navegação, possibilitando aos internautas acesso aos principais serviços do Governo. Na sua página inicial foi disponibilizado, para toda estrutura do Governo, espaços para veiculação de *banners* das principais ações governamentais em execução. Com a modernização do Portal, a média mensal de acessos ao site aumentou de 50 mil em 2006, para 100 mil neste exercício.

8.1.1 TV de Todos Nós

O novo Portal permitiu suporte para abrigar a veiculação das notícias eletrônicas a partir da criação de um programa diário de televisão via *internet*: TV de Todos Nós, que leva aos internautas as imagens obtidas nas coberturas das principais ações do Governo do Estado, antes disponibilizadas apenas às televisões comerciais em formato de *release* eletrônico. Além disso, a TV de Todos Nós informa serviços importantes, como cotação de produtos agropecuários e condições meteorológicas.

8.2 PROGRAMA CONVERSA COM O GOVERNADOR

Por entender o rádio como o veículo com maior abrangência e penetração em todos os territórios baianos, o Governo do Estado, através da Agecom, criou e vem produzindo o programa de rádio semanal “Conversa com o Governador”, que possui o formato de entrevista e possibilita a interação com os cidadãos, que podem participar fazendo perguntas ao Governador pelo telefone. Para isso, foi disponibilizada uma linha telefônica de acesso gratuito (0800).

Tendo sido concebido para ter distribuição gratuita, desde outubro, o programa tem suas edições disponibilizadas no Portal de Comunicação do Governo do Estado na *internet*, podendo ser veiculado por qualquer emissora de rádio.

De conteúdo informativo, a pauta do programa é escolhida de acordo com as realizações mais novas do Governo e vem alcançando grande sucesso, sendo transmitido por rádios em todo o Estado.

8.3 JORNAL DE TODOS NÓS

Com periodicidade bimestral, o Jornal de Todos Nós constitui-se em importante instrumento de prestação de contas das realizações governamentais.

Com projeto gráfico moderno e atraente, e tiragem de 150 mil exemplares, o jornal é distribuído gratuitamente à população dos 417 municípios baianos, desde abril, nos principais equipamentos públicos do Estado, a exemplo de postos SAC, lojas da Cesta do Povo, Detran, escolas, escritórios da EBDA e Adab, entre outros, além da entrega direta aos participantes das conferências, palestras e outros eventos realizados pelo Governo.



8.4 REFORMULAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL

Concebido como veículo de informação dos atos administrativos do Governo, o Diário Oficial do Estado agregou ao longo da sua história um caderno informativo que ganhou importância como ferramenta de consulta e acompanhamento das ações de governo e de utilidade pública. Apesar

disso, era pouco atrativo devido ao seu formato gráfico pesado e linha editorial oficial. Deste modo, foi detectada a necessidade de modernização, tornando-o mais leve e, consequentemente, mais atraente para o público ao qual se destina.

Para 2008, existe o projeto de duplicar a tiragem do noticiário para distribuição gratuita nos principais estabelecimentos governamentais, tais como: postos SAC, escolas, hospitais e delegacias, como forma de aumentar o acesso dos cidadãos às informações de governo e como utilidade pública.

8.5 DIÁRIO OFICIAL ON LINE E SISTEMA EGBA.NET

A Egba desenvolveu e implantou um novo sistema de encaiminamento de publicações oficiais, denominado Egbá.NET, introduzindo inovações no processo de confecção do Diário Oficial do Estado e promovendo melhorias substanciais para o usuário. Através desse sistema, tornou-se possível a cada unidade do Estado enviar matérias por meio digital para

publicação, conforme determina o Decreto nº 8.141/2002, permitindo, assim, que o conteúdo do jornal seja editorado eletronicamente em poucos minutos.

Dentre as vantagens apresentadas para o usuário autorizado, destaca-se a dispensa do ofício de validação, a eliminação da confirmação por telefone do recebimento da matéria e a conferência da chegada correta da publicação ao seu destino. Por outro lado, é possível um acompanhamento de todos os expedientes encaminhados, através de relatórios emitidos pelo sistema, obtendo-se, desta forma, maior controle e transparência para o usuário.

A partir de abril de 2007, a Egba promoveu treinamento para uso do sistema Egba.NET voltado aos órgãos e entidades públicas estaduais, objetivando preparar servidores no que diz respeito à utilização do programa de envio de atos do Governo para o Diário Oficial do Estado. Foram capacitados 864 servidores e facilitadores estaduais no sistema Egba.NET, que substituiu o protocolo de transferência de arquivos FTP, anteriormente usado, com a vantagem de não precisar ser instalado, pois toda a transmissão é efetuada via Web. O usuário agora só precisa digitar o seu *login* e senha e seguir as instruções para anexar a matéria a ser veiculada, podendo, inclusive, cancelar o pedido de publicação ou fazer alterações.

Com a conclusão da informatização total da produção do Diário Oficial, foi oferecida aos leitores, em setembro de 2007, uma versão do jornal impresso com novo *design*, diagramado com textos padronizados, apresentados com a mesma fonte e tamanho, e com um *layout* totalmente modificado que permite a localização rápida das matérias, acompanhando o projeto gráfico do caderno de notícias do Governo.

Na versão do Diário Oficial *On-line*, foram introduzidas novas concepções digitais e um sistema de busca através do recurso “Virtual Pager”, possibilitando aos usuários folhear no computador as páginas do jornal, simulando a versão impressa e agregar os meios de ampliação, busca e impressão das matérias ou páginas inteiras, facilitando acessar pela *internet* os cadernos: Noticiário, Executivo, Judiciário, Legislativo, Diversos, Licitações e Municípios, que integram o Diário Oficial do Estado.

O Diário Oficial do Estado implantado na *internet*, através da nova ferramenta, permite a pesquisa de conteúdo por assunto, tema, detalhe e marcação, por se tratar de uma solução técnica que poderá ser utilizada em computadores com qualquer tipo de *software*. A título de demonstração, o procedimento, por um determinado tempo, será gratuito, devendo, posteriormente, ser disponibilizado para pesquisa com prévio pagamento por tempo de uso e oferecer um *plus* para assinantes do jornal, resultando renda para a Empresa.

8.6 EGBA EDITORA

Foi criado o Conselho Editorial da Egba, que irá posicionar a Empresa como editora, integrando-a à política do livro do Estado, viabilizando, também, a publicação de revistas e suplementos.

Encontra-se em andamento os trabalhos dirigidos à reedição da Revista da Bahia, focada no desenvolvimento do Estado, o que irá possibilitar a discussão de aspectos econômicos, culturais, científicos, tecnológicos, dentre outros, além de oferecer um espaço público de debates e reflexões acerca dos rumos a serem tomados pelo Estado, tornando-se assim, um instrumento de desafio para atores sociais e econômicos envolvidos a apontarem caminhos, e ter como ponto fundamental a garantia do contraditório.

Em 20 de julho, foi assinado o protocolo de cooperação técnica, científica e cultural, entre a Empresa Gráfica da Bahia – Egba e a Fundação Pedro Calmon – FPC, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – Irdeb, a União dos Municípios da Bahia – UPB e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão – Fapex, objetivando o desenvolvimento de um conjunto de ações voltadas para o lançamento de produções culturais através de revistas, programas radiofônicos e televisivos.

Encontram-se, também, em andamento, os trabalhos dirigidos à elaboração da Revista da Bahia de Todos os Cantos, que irá mostrar os acontecimentos culturais, econômicos e sociais do interior da Bahia; do Almanaque da Bahia, que versará sobre informações variadas da cultura, ciência, literatura, recreação e humor, de municípios do Estado. A Revista da Bahia será um veículo destinado à discussão do desenvolvimento do Estado.

8.6.1 Digitalização de Documentos

A oferta de produtos diferenciados criados pela Egba, gerando microfilmes e/ou armazenamento em mídia eletrônica, resultou, no período de janeiro a dezembro de 2007, na digitalização de 9,6 milhões de documentos e 990,2 mil microfilmes, revelando um crescimento de receita de 122,9% em relação ao exercício anterior e uma participação de 6,6% da receita por produto da Empresa.

As atividades desenvolvidas na área de digitalização, serviço que se torna cada vez mais destacado no âmbito da Egba, registraram novos contratos com o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, a Junta Médica do Estado, além do aditivo com o Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judicial – Ipraj, indicando perspectivas de digitalização de 11 milhões de documentos.

Encontra-se em negociação com a Egba, para serviços de microfilmagem e digitalização, e arquivo de segurança, os seguintes órgãos, entidades e empresas: Secretaria de Segurança Pública – SSP, Polícia Civil do Estado da Bahia, Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Ministério Público, Companhia de Processamento de Dados de Salvador – Prodasal, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Superintendência de Desportos do Estado da Bahia – Sudesb, Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, Empresa Baiana de Alimentos S.A. – Ebal, Hospital Geral do Estado – HGE e a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH.

8.7 LICITAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE

Quatro agências de propaganda foram contratadas para prestar serviços de publicidade a todos os órgãos da administração direta e indireta, após uma licitação realizada de modo transparente, moderno, democrático e mais vantajoso para o Estado.

O edital foi elaborado por um grupo de trabalho, composto por representantes da Casa Civil, Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia –

Agecom, Secretaria da Administração e Procuradoria Geral do Estado, que estudou e analisou diversos editais de Estados brasileiros, de órgãos do Governo Federal, de empresas estatais e também o edital da última licitação do Governo da Bahia, em 2003.

Alguns princípios e regras desta contratação proporcionaram grande vantagem em relação à contratação anterior. A verba total de R\$ 65,3 milhões foi distribuída em quatro lotes, sendo que o menor deles equivaleu a 15,2% do total da verba publicitária do Estado (evitando assim a concentração de valor em um único lote), ou seja, R\$ 9,9 milhões, representando uma expressiva conta para o mercado publicitário baiano, garantindo, dessa forma, um atendimento diferenciado para o Governo da Bahia.

No que se refere ao desconto-padrão de 20% percebido pelas agências de publicidade sobre o valor de veiculação das campanhas governamentais, pela primeira vez o contrato estabeleceu um percentual de reembolso ao Estado (no lote 1, de 5% e nos lotes 2, 3 e 4, de 3%), conforme estabelecido nas Normas-Padrão da Atividade Publicitária, elaboradas pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão – Cenp.

Outro item que sofreu mudanças profundas foi o objeto do contrato, posto que os anteriores eram muito abrangentes e vários serviços não específicos das agências foram realizados por meio dos contratos de publicidade. Para tanto, foi retirada do objeto do contrato a realização de eventos e patrocínios, limitando-os à criação, produção e veiculação de peças publicitárias. Essa medida proporciona uma grande economia para os cofres públicos, pois o Estado deverá contratar diretamente as empresas prestadoras de serviços alusivos a eventos e patrocínios, deixando de pagar o percentual das agências quando da realização destes.

A publicidade legal também foi retirada do objeto do novo contrato, uma vez que esse item não requer criação, por parte das agências, que apenas encaminhavam para os veículos os textos redigidos pela própria Administração Pública, e percebiam o percentual da veiculação. Tal providência já viabilizou ao Estado uma economia de 20% sobre o valor total desses serviços, além da possibilidade de negociação direta entre o Governo e os veículos publicitários.

Outra mudança importante desta licitação, realizada na modalidade de concorrência, foi a escolha do tipo de técnica e preço, permitindo que as agências disputassem também o certame no quesito preço, o que proporcionou descontos de 50 a 60% na criação e a diminuição dos honorários de produção dos usuais 15% para 10% nos lotes 1 e 2, e para 3% nos lotes 3 e 4.

Ao contrato, foi acrescentada ainda uma cláusula que impede a percepção de remuneração sobre serviços realizados por terceiros, referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição proporcione à Agência o desconto-padrão de agência concedido pelos veículos de divulgação.

9. ATENDIMENTO AO CIDADÃO

9.1 SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, encontra-se instalado em 18 municípios do Estado, totalizando 25 postos, sendo oito na capital e 17 no interior. Alinhado ao modelo de gestão do Governo do Estado, que evidencia o desenvolvimento com inclusão social, aproximou-se cada vez mais da população.

Foi efetivamente instalado, no ano de 2007, o Comitê Consultivo da Superintendência de Atendimento ao Cidadão, que havia sido regulamentado em 2005. Instância que reúne os representantes de cada órgão ou entidade prestadora de serviços nas unidades SAC, tem o objetivo de assegurar o cumprimento das metas estabelecidas, com ênfase na modernização, melhoria e ampliação dos serviços prestados à comunidade. O Comitê firmou compromisso visando à instituição do novo conceito SAC, com foco no cliente e orientação para inclusão social, humanização dos serviços e qualidade do atendimento.

A partir do sucesso do modelo de atendimento SAC, foram desenvolvidas propostas que visam disponibilizar em um mesmo espaço físico os serviços da Central e Tabelionatos de Protesto de Títulos e da Defensoria Pública do Estado – DPE, através da implantação de duas unidades integradas de atendimento, que funcionarão no mesmo prédio do SAC

Comércio, com previsão de implantação para o primeiro semestre de 2008.

Nessa direção, foi realizada uma seleção pública para o cargo de Assistente de Atividade Administrativa dos postos SAC, onde foram disponibilizadas 320 vagas, distribuídas entre 13 municípios. Esta iniciativa reflete a intenção de tornar o processo seletivo mais democrático, transparente e imparcial. Para aumentar a performance no atendimento da rede, foi ministrado treinamento em Qualidade no Atendimento para 350 servidores.

A rede SAC ampliou a sua capacidade de atuação, prestando serviços em locais estratégicos, além das limitações físicas dos postos, a exemplo da participação em diversas ações voltadas para o exercício da cidadania, emitindo documentos e fornecendo informações, que beneficiaram principalmente as comunidades de baixa renda.

ATIVIDADE DO SAC EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

- Doação de Sangue em Cajazeiras e nos municípios de Candeias e Lauro de Freitas;
- Campanha de vacinação contra a gripe em Cajazeiras;
- Projeto Prefeitura nos Bairros em Camaçari;
- Semana da Saúde e Ação Cidadania II em Senhor do Bonfim;
- Ação Global em Salvador e Feira de Santana;
- II Mutirão da Cidadania em Itabuna;
- Comunidade em Ação em Vitória da Conquista;
- III e IV Mutirão do Cartão SUS e I Feira da Mulher de Quingoma em Lauro de Freitas;
- Ação Social do Subúrbio Ferroviário, Balanço Geral nos Bairros e Lançamento do Programa Paz, Ação e Cidadania, em Periperi.

Em 2007, foram atendidos, cerca de 11,5 milhões de usuários nos diversos serviços da rede SAC, superando em 8,7% o quantitativo de atendimentos do ano anterior. Entre os serviços mais procurados, destacam-se a emissão de 826.183 Carteiras de Identidade, 238.911 Carteiras de Trabalho e o registro de 78.500 queixas cíveis e de trânsito. A Tabela 14 apresenta o perfil dos atendimentos realizados pelas unidades SAC no período de 2003 a 2007, e o Gráfico 8 mostra a distribuição percentual do atendimento em 2007 por tipo de posto.

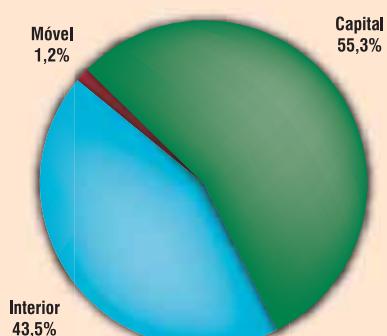
TABELA 14

ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SAC
BAHIA, 2003-2007

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	VARIAÇÃO 2007/2006%
Capital	6.404.225	5.926.613	5.704.762	5.761.993	6.340.825	10,0
Interior	4.684.171	4.781.508	4.709.384	4.671.682	4.990.782	6,8
Móvel	132.412	122.153	126.129	122.472	140.445	14,7
TOTAL	11.220.808	10.830.274	10.540.275	10.556.147	11.472.052	8,7

Fonte: SAEB/SAC

GRÁFICO 8

SAC - ATENDIMENTOS REALIZADOS POR TIPO DE POSTO
BAHIA, 2007

Fonte:SAEB / SAC

9.1.1 SAC MÓVEL

O SAC Móvel tem o objetivo de oferecer aos municípios, nos quais não existem postos SAC fixos, um atendimento com maior conveniência e comodidade, facilitando o acesso para a obtenção de informações e documentos básicos, contribuindo para o exercício da cidadania.

Sua estrutura atual é composta de duas carretas e duas equipes com 18 funcionários, que prestam os serviços de registro de nascimento, identificação civil, emissão do Certificado de Antecedentes Criminais, recadastramento e orientações sobre benefícios para pensão, recebimento e acompanhamento de denúncias, reclamações e sugestões relativas à prestação de serviços públicos em geral. Em 2007 o SAC Móvel atendeu 140.445 usuários, em mais de 160 localidades.

Do ponto de vista da ação social e da cidadania, o Governo da Bahia confere prioridade ao combate às desigualdades regionais, buscando o pleno atendimento a todos os municípios do Estado, e as novas diretrizes deverão aumentar a eficiência dos trabalhos que contribuem para o desenvolvimento local.

Dessa forma, foi elaborada a proposta do SAC Dia e Noite, que consiste na reformulação da atuação do SAC Móvel, com ações voltadas para a educação e cultura, a exemplo de redator de cartas, cinema (noite) e biblioteca, assim como a ampliação do horário de funcionamento e do número de serviços prestados, disponibilizando também as emissões de Carteira de Trabalho, Cadastro de Pessoa Física e Título de Eleitor.

Tal iniciativa é fundamentada na experiência adquirida com o SAC Móvel, tendo em vista a relevância social do projeto e os direitos já alcançados pela população, a partir do acesso a informações e documentos que garantem a obtenção de uma série de benefícios, viabilizando o acesso aos programas de governo, com ênfase no exercício da cidadania e na melhoria da qualidade de vida. A entrada em operação do SAC Dia e Noite está prevista para o primeiro semestre de 2008.

9.1.2 Reformas de Unidades SAC

SAC Comércio – Reformado o primeiro posto SAC implantado no Estado, de destaque importância para a região e entorno, com foco na ampliação do acesso e diversificação de serviços, abrangendo ações orientadas à cultura e cidadania, bem como modernização das instalações físicas, com ênfase na melhoria do desempenho.

A obra foi concluída dentro do prazo e reinaugurada em agosto de 2007, com investimento de R\$ 523,2 mil. A rede de serviços foi ampliada, incorporando a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL e a Defensoria Pública, estando ainda prevista, sem data definida, a implantação do serviço do Núcleo de Conciliação da Secretaria da Fazenda.

Os serviços da Defensoria Pública compreendem a emissão de petições e a realização de audiências de conciliação; são atendidos, em média, 27 usuários por dia, considerado um fluxo ainda pequeno diante da grande função social desse serviço.

A CDL teve sua primeira unidade instalada em Posto SAC e, em pouco tempo de funcionamento, passou a atender 106 usuários/dia, prestando informações e emitindo documentos referentes ao Serviço de Proteção ao Crédito – SPC.

Outro serviço realizado pela CDL é o Alerta Cidadão, que permite o registro da perda ou roubo de documentos pessoais, protegendo o cidadão da utilização indevida de seus documentos por parte de terceiros.

SAC Camaçari – O posto foi inaugurado em 1997 em um imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Camaçari e tem uma área construída de 889 m²; as instalações estavam subdimensionadas em relação à demanda, impossibilitando a expansão dos serviços. Foi desenvolvido um projeto visando à otimização do *layout*, além da construção de sanitários, atualização da programação visual, recuperação do jardim e das instalações elétrica, telefonia e de ar-condicionado. As suas atividades foram interrompidas durante um mês, reabrindo em agosto de 2007, com novo visual e infra-estrutura totalmente recuperada. O investimento foi na ordem de R\$ 141 mil.

9.1.3 Avaliação dos Serviços SAC

Com o intuito de avaliar o grau de satisfação do cidadão atendido, e ao mesmo tempo disponibilizar um meio de manifestar a sua opinião, foi realizada uma pesquisa que obteve um percentual de satisfação de 94,1%. No levantamento foram entrevistados 10.646 usuários dos serviços SAC na capital e no interior, como também das unidades móveis.

Em 2007, visando à transparência e participação na gestão pública, a SAEB implantou nos postos SAC mais um instrumento, a Auditoria de Qualidade no Atendimento, que é direcionada à participação dos gestores e servidores. A auditagem foi realizada em todos os postos do interior, coletando os pontos fortes identificados em cada unidade e que deverão ser estendidos às demais. Através da auditoria, também são apontadas as oportunidades de melhoria e as recomendações dos gestores dos postos e dos auditores, que resultarão em ações a serem avaliadas pelos responsáveis de cada área.

9.1.4 Ponto Cidadão

Diante da necessidade de expandir o atendimento SAC para mais 400 municípios do Estado, foi proposta a implantação de um projeto inovador, agregando valor ao relacionamento Governo-Cidadão, com significativa otimização de recursos humanos, materiais e financeiros.

O projeto consiste na criação dos Pontos Cidadão, com o objetivo de ampliar e facilitar o acesso das comunidades aos serviços públicos, atendendo às suas diversidades, dispensando especial atenção à população carente e que enfrenta dificuldades para obtenção de informações e regularização de documentos. Em 2007, foram elaborados e encaminhados para apreciação da PGE os termos de convênios para celebração das parcerias.

A ampliação do acesso compreende a diversificação dos meios de atendimento presenciais, com a emissão dos principais documentos para o exercício da cidadania – Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Antecedentes Criminais e Cadastro de Pessoa Física.

O principal benefício será a ampliação da oferta de serviços em todo o Estado, a custos mais reduzidos, viabilizando a capilaridade do atendimento e o aumento da qualidade, com a utilização de recursos tecnológicos para reduzir o prazo de entrega dos documentos, de uma média de 60 para, aproximadamente, 15 dias úteis.

A população contará com o atendimento mais acessível e eficaz para obtenção de documentos, viabilizando a participação em Programas de Governo, assim como a busca por

alternativas no mercado de trabalho e oportunidades de geração de renda.

Até 2011 serão priorizados 45 municípios, de forma a ampliar o acesso aos serviços públicos a mais de dois milhões de habitantes. Para implantação dos projetos-pilotos em 2008, foram selecionados cinco municípios – Central, Brumado, Mucugê, Cruz das Almas e Conceição do Coité.

9.1.5 Unidade Integrada do Aeroclube

A proposta de implantação de uma unidade integrada no Aeroclube Shopping e Office, visa proporcionar melhoria na qualidade do atendimento prestado à população, em conformidade com as seguintes diretrizes:

- Implementar meios para facilitar o acesso às informações e serviços, tornando o sistema SAC de atendimento mais inclusivo;
- agregar serviços orientados à cultura, conscientização e capacitação;
- promover a modernização, melhoria e ampliação dos serviços prestados à comunidade;

- racionalizar a rede SAC, com a realocação de postos, de forma a melhorar a relação entre custo e benefício no atendimento;
- implementar melhorias na estrutura dos postos, realizando as reformas e manutenções necessárias para maior conforto e comodidade do cidadão.

O principal objetivo é reformular o Serviço de Atendimento ao Cidadão integrando num mesmo local o SAC Boca do Rio, a Circunscrição Regional de Trânsito – Ciretran e o SAC Empresarial. O espaço disponibilizado é amplo, cerca de três mil m² de área construída, e de fácil acesso para os cidadãos. Em 2007 foi elaborado pelo SAC o projeto arquitetônico e as plantas de *layout* estão sendo apresentadas aos órgãos parceiros para análise e validação. Com previsão de implantação para o início de 2008, o atendimento estimado para a nova unidade é de 1,3 milhão ao ano.

Com esta proposta, o SAC Boca do Rio ocupará o pavimento térreo, devendo acrescentar mais 16 órgãos parceiros,



complementando a oferta de serviços voltados à cultura e capacitação para o mercado de trabalho, de forma a favorecer a inclusão social.

Será implantada também a primeira Ciretran localizada na Capital, seguindo uma tendência adotada pelos Departamentos de Trânsito de outros Estados, visando ajustar as atividades desenvolvidas ao aumento contínuo da demanda pelos serviços, como consequência da ampliação da frota de veículos e do quantitativo de condutores. A descentralização do atendimento ampliará o acesso aos serviços de trânsito, incluindo a realização de vistoria com hora marcada.

O SAC Empresarial atualmente instalado no *Multishop*, ao lado do posto SAC Boca do Rio, com 14 órgãos e uma demanda anual de 80 mil usuários, também será realocado para o Aeroclube, contemplando a sua reestruturação, com base nos aspectos necessários à operacionalização, racionalização e implementação de melhorias.

9.1.6 Inclusão Digital

O Centro Digital de Cidadania – CDC, integrante do Programa de Inclusão Digital do Estado da Bahia – PID, implantado pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação – SECTI, tem o objetivo de promover a inclusão digital de comunidades carentes. Em 2007 foram atendidos 385.224 usuários nas 18 salas instaladas nas unidades SAC da capital e do interior do Estado, compreendendo o acesso do cidadão à *Internet* e oficinas ministradas pelos monitores.

9.1.7 SAC Penal

A Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia/Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária – Ipraj e a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, firmaram parceria visando à elaboração de projeto para a estruturação de unidade de atendimento integrado voltada para o processo de execução penal, tendo como referência as diretrizes de atendimento SAC.

Tal iniciativa visa proporcionar maior efetividade ao processo de execução penal e respectivos serviços, bem como

promover a melhoria do atendimento ao público usuário, com a disponibilização das unidades administrativas e serviços no mesmo espaço físico, viabilizando a racionalização de recursos e a integração entre os órgãos e entidades públicas envolvidos nos assuntos penais.

Para subsidiar a elaboração do Projeto Técnico, o SAC, com o apoio do Ipraj, iniciou o levantamento de dados, a partir da definição dos órgãos e entidades que poderiam ser transferidos ou representados no novo núcleo e seus respectivos serviços, de forma a dinamizar o atendimento e a conclusão das solicitações encaminhadas para deliberação do Juízo de Execução.

Para a definição dos órgãos e serviços, foram considerados a demanda e o público-alvo em potencial, representados pelos condenados aos regimes semi-aberto, aberto e fechado, os egressos, aqueles que receberam benefício de livramento condicional, e seus familiares ou representantes legais, bem como os cidadãos em geral, para o caso do fornecimento de Atestados de Antecedentes Criminais. O projeto tem previsão de entrar em operação até o final de 2008.

9.2 PROGRAMA VOCÊ CIDADÃO

A SAEB lançou o Programa Você Cidadão, que consiste na diversificação do atendimento à população e conscientização quanto à importância da obtenção e preservação de documentos básicos, com ênfase no exercício da cidadania em todo o Estado. O Programa tem por objetivo a disponibilização de informações de interesse público, serviços e documentos, intensificando as oportunidades de inclusão social, a partir de iniciativas de grande abrangência em áreas públicas e ações em escolas estaduais da capital e interior.

Em 2007, foram efetuados levantamentos dos serviços a serem disponibilizados, como também dos recursos necessários para realizações de eventos em Salvador e no interior do Estado.

Serão realizados eventos com a participação de órgãos e entidades públicas estaduais e municipais, e empresas privadas nos 26 Territórios de Identidade, com a presença do

SAC Móvel. As ações também contemplarão o funcionamento dos 17 postos fixos do SAC no interior e da unidade de Periperi, na Capital, facilitando o acesso da população a documentos, além de integrar atividades culturais, educativas e de saúde. O público-alvo abrange a população jovem e comunidades da capital e interior do Estado da Bahia e, em especial, das áreas de maior concentração populacional.

Em relação às escolas, estão sendo desenvolvidas ações que compreendem a triagem de documentos para atendimento nos postos SAC, em horários alternativos, de forma a reduzir a demanda no período da matrícula escolar. Estão, também, previstas a realização de palestras, distribuição de cartilhas e promoção de campanhas educativas contínuas, durante o ano de 2008. Na Capital o programa será lançado em janeiro do próximo ano, e no interior do Estado as ações terão início a partir de março.

9.3 INSPETORIA VIRTUAL

Mais de 50 mil contribuintes estão localizados em municípios distantes daqueles que possuem unidades fazendárias. Com o intuito de facilitar o acesso aos serviços oferecidos, a Secretaria da Fazenda – SEFAZ iniciou os procedimentos para a implantação da Inspetoria Virtual, fruto de parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, por meio dos 362 Centros Digitais de Cidadania – Infocentros, localizados em 268 municípios no Estado.

Os serviços disponibilizados através da *internet* serão: informações de ICMS, programa gerador de documento do CNPJ, solicitação de inscrição, baixa e alterações cadastrais, pagamentos, emissão de certidões, solicitação de documentos fiscais, informações e autorização para uso e cessação de uso de Emissor de Cupom Fiscal, declarações de movimentação econômica, entre outros.

Essa iniciativa traz benefícios para os contribuintes, na medida em que proporcionará a redução de seus custos, principalmente com deslocamento. Além disto, a própria SEFAZ será beneficiada, vez que expandirá seus pontos de atendimento, além de permitir a regularização de empresas que se encontram na informalidade.

10. FISCALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

10.1 QUALIDADE DO SERVIÇO HIDROVIÁRIO

O sistema *Ferry-Boat* encontrava-se, em janeiro de 2007, com apenas três embarcações funcionando. Immediatamente, medidas emergenciais foram tomadas pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba, junto à Empresa concessionária, iniciando pela exigência de ser colocado em operação seis *ferries* em boas condições, e adoção de um sistema de manutenção, funcionando em regime de 24 horas, além da melhoria dos serviços de limpeza e higiene dos terminais e navios.

Foram adotadas outras medidas emergenciais, a exemplo do fretamento de três lanchas velozes, cada uma com capacidade de 30 passageiros, que reforçaram o transporte de pedestres; aquisição de 1.700 coletes salva-vidas; implantação de sistema de segurança dos usuários, com instalação de câmeras nas embarcações.

Merece destaque, a gestão realizada junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, para aprovar operação de crédito com recursos do Fundo de Marinha Mercante – FMM, com objetivo de construir duas modernas embarcações e a reforma do *ferry-boat* Maria Bethânia.

O financiamento no valor de R\$ 55,3 milhões, contratado entre a Concessionária TWB e o BNB, viabilizará embarcações mais modernas, com maior capacidade de transporte e movidas a gás natural, reduzindo em quase a metade do tempo atual o trajeto Salvador-Bom Despacho. O primeiro *ferry* entrará em operação no primeiro semestre de 2008.

Ademais, foi elaborado o projeto para regulamentação de linhas de transporte hidroviário na região de Valença, Cairu e no terminal marítimo de Salvador – Centro Náutico, tendo como objetivo promover a regularização das linhas de transporte hidroviário atualmente realizadas informalmente por transportadores individuais, ou através

de associações e cooperativas. O projeto tem como premissa básica ofertar para a população serviço de transporte com regularidade, confiabilidade, conforto e segurança, além de resolver a questão social que envolve os trabalhadores desta área, através da legalização dos empregos.

10.2 QUALIDADE DO SERVIÇO RODOVIÁRIO

O Programa Estadual de Renovação de Frota do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros – STRIP, elaborado com a premissa de modernizar a frota no horizonte de quatro anos, pretende garantir uma melhor qualidade aos usuários dos serviços.

O plano dimensionou uma programação anual, compromisso assumido pela Associação das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário do Estado da Bahia, que prevê a incorporação, até 2010, de 1.300 novos ônibus, com investimento global de R\$ 450 milhões.

O primeiro resultado do Programa ocorreu no segundo semestre de 2007, quando as empresas adquiriram 330 ônibus, no valor de R\$ 115 milhões, proporcionando benefícios em torno de dez milhões de passageiros do transporte intermunicipal/metropolitano.

O Programa tem como objetivo reduzir de nove, para 4,5 a idade média da frota dos ônibus intermunicipais. A renovação é um exemplo de que a parceria entre Governo e empresas privadas, sempre que feita de forma transparente e cooperativa, resulta na oferta de um melhor serviço para a população.

O transporte intermunicipal tem uma grande importância para o desenvolvimento do Estado e o fortalecimento do setor vai resultar, além da melhoria na qualidade dos serviços para a população, na geração de emprego, renda e na atração de novos investimentos.

10.3 CONCESSÃO RODOVIA BA-099

No primeiro semestre deste ano, como consequência de exigências da SEINFRA, a empresa Concessionária Litoral Norte – CLN, elaborou um plano de ação contendo

medidas de restauração e conservação, com a finalidade de proporcionar maior segurança e conforto aos usuários, como:

- Conclusão da revitalização da sinalização horizontal e vertical – trecho Ponte do Rio Joanes até a divisa Bahia/Sergipe (217km);
- conclusão da revitalização dos *guard rail* (extensão 217Km);
- execução de serviços de limpeza de canteiros e taludes (extensão 217km);
- conclusão da terceira etapa – trecho Jacuípe – Guarajuba.

O Governo do Estado finalizou o processo de desapropriação das áreas referentes à quarta etapa de obras para a duplicação do trecho Guarajuba – Itacimirim, representando um investimento de R\$ 1,3 milhão.

10.4 TRANSPORTES REGULAR E COMPLEMENTAR

Pela primeira vez, o Governo do Estado assume o problema do transporte clandestino, que será resolvido não com decisões aleatórias, mas com um projeto que está sendo amplamente discutido pela sociedade, priorizando, sobretudo, a inclusão social. A Agerba apresentou minuta do projeto a deputados, representantes de cooperativas, empresários do setor de transporte, entre outros segmentos, durante audiência pública promovida pela Comissão de Infra-Estrutura da Assembléia Legislativa.

A implantação do sistema de transporte complementar intermunicipal de passageiros e a criação de um marco regulatório para o setor, que emprega centenas de pessoas na Bahia, estão entre as propostas do projeto de lei que o Governo do Estado encaminhará à Assembléia Legislativa para análise e votação. O projeto vai tirar da clandestinidade os operadores e acabar com os conflitos existentes hoje no sistema intermunicipal, oferecendo à população um serviço seguro, mais eficiente e regido por lei.

O sistema complementar vai atender as linhas de pequeno porte, com a finalidade de suprir as carências operacionais dos subsistemas de transporte regional e rural, para possibilitar o acesso da população de pequenas cidades e povoados rurais às sedes municipais.

É importante ressaltar que apesar de estar buscando uma solução para o transporte alternativo, a Agerba não descuidou da fiscalização desse sistema, pelos 12 Pólos Regionais no interior e três na Região Metropolitana de Salvador – RMS, sempre em conjunto com a Polícia Rodoviária Estadual – PRE, Polícia Rodoviária Federal – PRF e Polícia Militar – PM. Hoje existem 43 pontos de *blitz* cadastrados. Em operações conjuntas foram autuados/apreendidos 1.462 veículos, garantindo a segurança dos usuários.

A realização de inspeções nas frotas de veículos das empresas do sistema de fretamento é exigência legal, conforme determina o Regulamento do Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia. Com uma equipe de fiscalização, realizou-se a vistoria em 4.367 veículos.

10.5 CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Neste segmento foram realizadas fiscalizações técnicas e comerciais, no intuito de verificar aspectos de qualidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, se estão de acordo com a legislação concernente, na concessionária Coelba e na Companhia Sul Sergipana de Eletricidade – Sulgipe, em atendimento às diretrizes do Plano de Atividades e Metas – PAM em conjunto com a ANEEL.

A fiscalização na Sulgipe objetivou avaliar o desempenho da Concessionária nos municípios de Jandaíra e Rio Real, no Estado da Bahia, sob diversos aspectos e visou, principalmente, o acompanhamento do atendimento à Resolução ANEEL 456/00 e da qualidade da energia quanto à conformidade e continuidade dos serviços prestados.

10.6 PLANEJAMENTO, REESTRUTURAÇÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Está em fase final a minuta do Projeto de Lei de Reestruturação da Agerba, que contempla adequação de suas competências, tanto no que se refere à regulação e fiscalização, quanto na outorga de concessões e permissões e de sua estrutura organizacional, estabelecendo uma gestão por área e por

processos, absorvendo as competências regulatórias do setor de saneamento, tendo como estratégia a consolidação de um Estado moderno e eficiente, a partir da adoção de um novo modelo de gestão, pautado pela transparéncia e pela responsabilidade.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Em respeito à importância do servidor público para o atendimento dos anseios da população, e entendendo que o desenvolvimento econômico e social do Estado só se dará em sua plenitude com comprometimento efetivo do funcionalismo, permitindo-lhes amplo envolvimento e participação nas decisões, o Governo do Estado abriu um diálogo franco com os servidores com base em uma agenda de trabalho realista e transparente.

Neste sentido, foi inaugurada, em 2007, uma nova fase na relação do Estado com o funcionalismo, a partir da criação da Mesa de Negociação, um compromisso do Governo e uma conquista dos servidores, tendo como seu primeiro resultado o acordo que prevê que o vencimento base do funcionalismo não pode ser inferior ao salário mínimo. Também, estão sendo realinhados os cargos e carreiras das atividades finalísticas institucionais e estimuladas, através de prêmios, pelas boas práticas no ambiente de trabalho e pelas ações voluntárias dos servidores.

A multiplicidade de ações desenvolvidas pelo Estado e o elevado quantitativo de servidores envolvidos fazem com que em alguns momentos, e em situações pontuais, seja necessária a contratação de pessoal. Considerando a situação emergencial, e com o fito de não permitir que gestores não comprometidos com a questão pública se aproveitem, o Governo promoveu em 2007 diversas seleções públicas para contratação de pessoal por tempo determinado, coibindo dessa forma a prática das “indicações” para trabalhar no Executivo estadual.

Na busca de uma gestão pública com democracia, participação e transparéncia, o Governo necessita de profissionais capacitados e motivados para melhor servir à

população. Para tal missão, a Universidade Corporativa do Servidor desenvolveu projetos e programas de capacitação mais amplos, visando dotar o servidor de um cabedal que lhe permita uma visão estratégica das atividades do Estado.

11.1.1 Mesa de Negociação

Ao longo do ano de 2007, a SAEB atribuiu especial ênfase às ações de valorização do servidor através da criação do Sistema Estadual de Negociação Permanente – Senp, um compromisso do Governo na promoção da gestão pública com democracia, participação, transparência das ações governamentais e estímulo à negociação.

O Senp é composto de duas instâncias de negociação, uma Mesa Central e as Mesas Setoriais, que têm como objetivos negociar as reivindicações dos servidores públicos e manter um canal aberto de discussão com associações e sindicatos.

A Mesa Central é composta pela representação governamental, integrada pela Secretaria da Administração – SAEB, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes – SETRE, Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, e pela representação sindical, constituída pela Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia – Fetrab, e nove entidades de classe afiliadas, totalizando dez entidades do funcionalismo público.

Entre os principais objetivos da Mesa Central estão:

- Instituir metodologias de tratamento para os conflitos e as demandas decorrentes das relações funcionais e de trabalho;
- negociar a pauta unificada de reivindicações dos servidores públicos estaduais;
- apreciar propostas de aperfeiçoamento e racionalização da gestão de recursos humanos;
- definir procedimentos e normas que resultem em melhorias da qualidade dos serviços prestados ao cidadão;
- discutir assuntos de interesse da cidadania, relacionados à democratização do Estado.

As Mesas Setoriais são instaladas pela Mesa Central e compostas por representantes da SAEB, Fetrab, Associações e Sindicatos dos servidores, do Órgão ou Entidade, o qual o assunto estiver relacionado e de convidados especialistas nos temas a serem discutidos. Sua principal finalidade é negociar a pauta específica de reivindicações dos servidores públicos, correspondentes às suas áreas de atuação e manter um canal aberto de discussões com o funcionalismo.

Através da Mesa de Negociação, o Governo celebrou o primeiro acordo salarial, proporcionando um reajuste que variou de 4,5% a 17,28%. Como pode ser observado na Tabela 15, mais de 149 mil servidores ativos e inativos – 67,5% do quadro –, que estavam na base do funcionalismo tiveram os vencimentos base equiparados ao salário mínimo. Este padrão de negociação estabelecido entre o Governo e servidores redundou no atendimento de uma antiga demanda do funcionalismo, de que o menor vencimento dos servidores não fosse inferior ao salário mínimo vigente no país.

TABELA 15 REAJUSTE NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES BAHIA, 2007

REAJUSTE (%)	VENCIMENTO BASE EM ABRIL (EM R\$ 1,00)	ATIVOS QUANTITATIVO	%	INATIVOS QUANTITATIVO	%	TOTAL QUANTITATIVO	%
17,28	324,00	71.404	64,81	33.221	74,13	104.625	67,54
15 a 17	331,33 a 333,00	11.184		9.312		20.496	
11 a 15*	342,00 a 356,42	14.524		4.642		19.166	
6 a 11	356,76	4.394		862		5.256	
4,5	400,95 a 3.995,68	55.120	35,19	16.765	25,87	71.885	32,46
TOTAL		156.626	100	64.802	100	221.428	100

Fonte: SAEB/SAC

* Inclui o Cargo Comissionado Símbolo DAI-6 cujo valor do vencimento é de R\$ 356,76
Obs.: Não inclui pensão, cargo comissionado DAS-1, Empresas e Defensoria Pública

Até o mês de dezembro, nas Mesas Setoriais, foram realizadas 15 rodadas de negociação com os grupos: Fisco, Saúde, Justiça, Educação e profissionais do Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia – Derba, que promoveram discussões das reivindicações, para que os acordos celebrados contemplem os interesses manifestados por cada uma das partes.

11.1.2 Saúde Ocupacional

A saúde enquanto patrimônio do trabalhador é condição essencial e fundamental para o convívio social, indissociável do trabalho, ferramenta indispensável no desenvolvimento das relações de trabalho. A Saúde Ocupacional consiste na promoção e prevenção da saúde dos trabalhadores, possuindo uma abordagem de prevenção, rastreamento, diagnóstico precoce e tratamento de doenças relacionadas ao trabalho.

No âmbito do Estado da Bahia, estas iniciativas estão a cargo da Secretaria da Administração – SAEB, idealizada para atuar em três instâncias: prevenção, controle e reabilitação. Visando dotá-lo de condições para uma eficaz concessão dos benefícios dos servidores, está sendo finalizado o processo de reestruturação do órgão de perícias médicas do Estado através de ações compreendidas entre estruturais e de funcionamento. Dentre as ações efetivadas ressalta-se a mudança do local de funcionamento da Junta Médica e o redimensionamento da equipe.

Com instalações especialmente projetadas para proporcionar um atendimento confortável e ágil aos servidores e um corpo técnico reforçado com a contratação de 16 novos profissionais, totalizando um efetivo de 42 peritos, reduziu-se o tempo de espera e eliminou-se filas. Apenas no último trimestre de 2007 foram atendidos 7.752 servidores para a realização dos mais diversos exames, o que representa uma média de 117 atendimentos por dia.

Dentre as ações relativas à melhoria dos controles e redesenho operacional, foi implantada uma nova forma de gestão documental, através da digitalização, guarda e movimentação de todo o acervo de prontuários médico-periciais. São aproximadamente 65 mil prontuários, permitindo aos médicos e às equipes de atendimento e administrativa a consulta on-line ao histórico de cada servidor atendido.

Ainda em relação ao redesenho das operações, está prevista para o primeiro semestre de 2008, a implantação de *software* para gestão dos atendimentos, automatizando desde a atualização dos dados cadastrais de servidores atendidos até a concessão e transmissão da informação *on line* dos benefícios concedidos, incrementando o controle na concessão e no registro, acumulação e divulgação das informações gerenciais geradas.

Como resultado das ações estruturais já efetivadas e da aplicação rigorosa dos critérios médicos e legais concernentes à avaliação e concessão dos benefícios previstos no Estatuto do Servidor, obteve-se um relevante aumento da eficácia técnico-operacional nestas concessões. Esta se materializou na maior segurança e qualidade das admissões de servidores feitas pelo Estado, evitando aposentadorias precoces em função de patologias pré-existentes e não detectadas nos exames pré-admissionais, bem como na racionalização dos gastos com afastamentos concedidos além do necessário, cujo prazo médio de concessão passou de 61 dias, em 2006, para 48, em 2007, representando uma redução de 21% no prazo dos afastamentos, o que permite um melhor acompanhamento da evolução do quadro de saúde dos servidores. Como resultado, gerou-se uma racionalização dos gastos com afastamentos na ordem de R\$ 5,7 milhões em comparação com o ano de 2006.

Outro resultado relevante destas iniciativas foi o retorno ao serviço ativo de 761 servidores, através de readaptação funcional. Isto representa uma média de 63 readaptações por mês. Merecem também destaque as intervenções relativas à análise e concessão dos adicionais de insalubridade ou periculosidade. Foram analisados cerca de 8.200 processos, com a emissão de 879 laudos de concessão dos quais 856, cerca de 97%, relativos a servidores da área de saúde. Além disto, a base legal relativa à matéria está em fase final de revisão e passará a incorporar critérios relativos à existência de riscos ambientais. Com isto reforçam-se os critérios técnicos na concessão destes adicionais, proporcionando uma maior segurança na aplicação dos recursos e a garantia de preservação da saúde dos servidores.

11.1.3 Agenda Bahia do Trabalho Decente

Inspirado nos princípios do Trabalho Decente, o Governo do Estado, de forma pioneira, construiu a Agenda Estadual do Tra-

balho Decente. No serviço público, esta orientação promoveu ações para um ambiente de trabalho seguro, saudável, produtivo e de qualidade, visando ampliar condições e capacidades para uma governança democrática e solidária. Este eixo estruturou a Câmara Temática, com representantes de Coordenações de RH das Secretarias do Estado, Associações e Sindicatos de Classe e a Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia – Fetrab. Essa Câmara realizou, em julho de 2007, um levantamento do quadro de servidores públicos estaduais, por situação (ativos ou inativos), gênero, escolaridade, faixa etária, vínculos trabalhistas, estratificação de cargos comissionados, dados epidemiológicos e perfil de afastamentos. Com a análise cruzada desses dados, foi traçado um panorama e um diagnóstico preliminar da situação dos servidores.

Os principais dados desse panorama são: 75% de servidores ativos; 58% do sexo feminino; 83% dos servidores encontram-se na faixa etária de 31 a 51 anos de idade; 84% dos servidores têm vínculo permanente; 51% dos cargos comissionados estão ocupados por servidores com vínculo

temporário; 48,5% dos servidores atingiram no máximo apenas o 2º grau completo e apenas 1,8% têm especialização *stricto sensu*.

Analisando-se os afastamentos concedidos, as principais causas são as patologias relacionadas à ortopedia, com ênfase para as dorsalgias, seguidas por problemas relacionados à hipertensão arterial e por distúrbios de origem psiquiátrica, como transtornos depressivos ou relacionados à ansiedade. O desenvolvimento do trabalho decente no serviço público passa, principalmente, pelo tratamento dado ao servidor naquilo que diz respeito à qualidade de vida no trabalho, às relações gerenciais, à promoção de êxito psicológico na tarefa e reconhecimento por parte da organização.

O enfrentamento destas questões pressupõe um intenso trabalho, de caráter estratégico, das equipes de RH do Governo. Neste sentido, a Câmara Temática contou com a participação de servidores, que definiram em plenárias as diretrizes e linhas de ações prioritárias deste eixo, conforme detalhamento no Quadro 9.

QUADRO 9

**DIRETRIZES E LINHAS DE AÇÃO DA AGENDA DO TRABALHO DECENTE NO SERVIÇO PÚBLICO
BAHIA, 2007**

DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL	Proposição e Implantação de Modelo de Sistema Integrado de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho
VALORIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO	Elevação da escolaridade Banco de Talentos, mediante competências adquiridas Ampliação de cargos comissionados para servidores de carreira (meta de 60%) Redução gradativa da contratação de serviços terceirizados
QUALIDADE DE VIDA	Centros Socioculturais para os servidores (espaço de cultura, lazer, esporte e serviços) Núcleos para Servidores Aposentados, desenvolvendo programas de preparação para aposentadoria e ações para os aposentados Reestruturação do Planserv, com ampliação dos serviços, da rede de credenciados e inclusão de atendimento odontológico, terapias complementares e ocupacionais. Unidades de atendimento de saúde, com assistência médica e odontológica em órgãos públicos, com mais de 300 servidores Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública Ampliação e fortalecimento do Programa Habitacional

Fonte: SAEB/SRH

11.1.4 Gestão de Carreiras

Em 2007, foram realizados estudos para definir as diretrizes e parâmetros de uma metodologia de pesquisa salarial do Executivo, visando promover a reestruturação dos cargos, das carreiras e remunerações, ajustando-os ao Plano de Governo e à Política de Gestão de Pessoas, bem como para nortear os processos de negociação trabalhista realizados pela Mesa de Negociação. As pesquisas serão aplicadas em Estados que apresentem características regionais, econômicas e sociais semelhantes ao da Bahia.

Foi desenvolvido, neste ano, o projeto de compatibilização dos cargos e carreiras do Governo do Estado com as funções finalísticas de seus órgãos e entidades, que teve como objetivo principal elaborar uma proposta de adequação de perfis profissionais com as ocupações das atividades do Estado.

Assim sendo, foi efetuado um levantamento das necessidades de pessoal das Secretarias, autarquias e fundações, que resultou no relatório com diagnósticos e proposições que realinharam cargos e carreiras às atividades finalísticas institucionais e indicaram a necessidade de criação de novos cargos. A estimativa é que o Governo Estado, até o ano de 2011, realize concursos públicos para contratação de cerca de 16 mil profissionais.

Atualmente existem três concursos públicos em andamento (Agente e Escrivão de Polícia, Delegado de Polícia e Aluno Soldado da Polícia Militar), como também três outros concursos na fase de nomeação dos candidatos para as Secretarias de Educação e Saúde e para a Procuradoria Geral do Estado. Em 2007, foram nomeados 4.858 candidatos, como demonstra a Tabela 16.

TABELA 16 PROVIMENTO DE PESSOAL CONCURSADO
BAHIA, 2003-2007

SECRETARIA	CARGO	NOMEAÇÃO				
		2003	2004	2005	2006	2007
ADAB	Especialista em Fiscalização	21	16	7	–	–
CRA	Especialista em Fiscalização	28	–	1	–	–
DERBA	Especialista em Obras Públicas	–	19	26	–	–
DESENBAHIA	Advogado	4	6	1	–	–
	Analista de Desenvolvimento	–	–	4	16	9
EGBA	Técnico em Informática	2	2	3	–	3
	Técnico em Editoração Eletrônica	–	2	1	–	–
	Operador de Microfilmagem	–	2	6	1	–
	Montador de Filme	–	2	1	–	–
	Impressor	1	1	1	–	–
	Gravador	–	1	1	–	–
	Encadernador	–	8	1	–	–
	Cortador	–	–	1	–	–
	Técnico de Nível Superior	–	–	1	–	–
PGE	Procurador do Estado	–	46	17	12	7
PM	Aluno Soldado	46	137	1.450	46	–
	Aluno Oficial	84	–	139	60	83
	Professor Assistente	14	–	–	–	–
	Professor Auxiliar	6	–	–	–	–

Continua

Continuação

TABELA 16

**PROVIMENTO DE PESSOAL CONCURSADO
BAHIA, 2003-2007**

SECRETARIA	CARGO	NOMEAÇÃO				
		2003	2004	2005	2006	2007
SAEB	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	–	5	35	60	–
	Assistente Social	–	–	1	–	–
SEC	Professor Nível III	1.825	1.016	207	471	3.074
SESAB	Regulador da Assistência em Saúde				53	–
	Sanitarista – Vigilância Epidemiológica				38	49
SESAB	Sanitarista – Vigilância Sanitária e Ambiental				19	14
	Sanitarista – Saúde do Trabalhador				5	6
SESAB	Auditor em Saúde Pública – Auditor Médico				11	16
	Auditor em Saúde Pública – Auditor Enfermeiro				5	13
SESAB	Auditor em Saúde Pública – Auditor Odontólogo				6	–
	Auditor em Saúde Pública – Auditor Financeiro				14	16
SESAB	Auditor em Saúde Pública – Auditor Farmacêutico				2	4
	Farmacêutico – Assistência Farmacêutica	–	–	–	40	64
SESAB	Farmacêutico – Bioquímico	–	–	–	40	34
	Psicólogo	–	–	–	30	39
SESAB	Fisioterapeuta	–	–	–	64	71
	Terapeuta Ocupacional	–	–	–	13	16
SESAB	Assistente Social	–	–	–	51	114
	Nutricionista	–	–	–	23	30
SESAB	Enfermeiro	–	–	–	301	111
	Técnico em Radiologia	–	–	–	43	31
SESAB	Técnico em Patologia Clínica	–	–	–	53	50
	Auxiliar de Enfermagem	–	–	–	360	691
SESAB	Técnico em Enfermagem	–	–	–	659	41
SEMARH	Especialista em Fiscalização	–	1	1	–	–
SSP	Agente de Polícia / Investigador	–	395	7	138	–
	Escrivão de Polícia	1	196	1	38	–
SSP	Delegado de Polícia	2	199	8	35	–
	Perito Médico-Legal	–	–	–	62	13
SSP	Perito Odonto-Legal				12	10
	Perito Criminalístico				91	21
SSP	Perito Técnico de Polícia				193	73
SUCAB	Especialista em Obras Públicas	–	7	20	–	–

Continua

Continuação

TABELA 16 PROVIMENTO DE PESSOAL CONCURSADO
BAHIA, 2003-2007

SECRETARIA	CARGO	NOMEAÇÃO				
		2003	2004	2005	2006	2007
UEFS	Professor Assistente	1	16	12	22	14
	Professor Auxiliar	2	10	4	14	15
	Professor Adjunto	–	7	13	–	1
	Técnico Universitário	11	–	99	1	–
	Auxiliar Administrativo	–	–	5	–	–
	Analista Universitário	–	–	18	–	–
UESB	Professor Adjunto	–	6	10	8	8
	Professor Assistente	–	50	29	16	26
	Professor Auxiliar	–	87	56	11	21
UESC	Professor Adjunto	5	21	16	20	14
	Professor Assistente	10	77	30	28	28
	Professor Auxiliar	1	117	24	4	1
UNEB	Professor Adjunto	1	–	33	3	2
	Professor Assistente	3	–	55	7	2
	Professor Auxiliar	6	–	111	63	23
SEFAZ	Auditor Fiscal	–	–	59	–	–
SRH	Especialista em Fiscalização	–	–	2	–	–
TOTAL		2.074	2.452	2.517	3.262	4.858

Fonte: SAEB/SRH

11.1.5 Contratos Temporários

Com objetivo de oferecer transparência nas ações de Governo, bem como respeitar os princípios da igualdade, imparcialidade e moralidade, e garantir o livre acesso aos cargos e funções públicas, o Governo do Estado realizou seleções públicas simplificadas para a contratação de pessoal temporário através do Regime Especial de Direito Administrativo – REDA. Em 2007, ocorreram 25 seleções para 16 órgãos e entidades, abrangendo 71 cargos e que representou uma abertura no mercado de trabalho baiano de 15.640 vagas.

11.1.6 Prêmio Servidor Cidadão

Promovido anualmente por ocasião das comemorações do Dia do Servidor Público, o Prêmio Servidor Cidadão encontra-se

na sua quinta edição. A iniciativa distribuiu, em 2007, premiações que variaram de R\$ 1.000,00, a título de menção honrosa, até R\$ 10 mil, ao vencedor, bem como à instituição beneficiada, para dez projetos de voluntariado desenvolvidos por funcionários do Estado. Das 82 ações avaliadas, foram selecionadas 26 para as visitas em campo, das quais, após processo de julgamento, foram eleitas as dez melhores.

A grande vencedora da Edição 2007 foi a servidora Rita de Cássia Salgado de Santana, da Secretaria da Educação – SEC, fundadora do Centro de Estudos Raízes do Recôncavo. O projeto funciona há quatro anos na cidade de Cachoeira, onde foi desenvolvido o programa de rádio “Será que você sabe?”, no qual as 60 crianças participantes da comunidade pesquisam e narram para os ouvintes histórias sobre a cultura de Cachoeira, as festas religiosas e cívicas da cidade.

11.1.7 Prêmio Boas Práticas de Trabalho no Serviço Público

A instituição da Lei n.º 10.848, de 3 de dezembro de 2007, é mais uma iniciativa do Governo da Bahia, através da Secretaria de Administração do Estado – SAEB, com vistas à valorização do servidor e ao aprimoramento do serviço público, mediante o reconhecimento e disseminação de boas práticas de trabalho, contemplando exemplos que promovam um ambiente de trabalho decente e de aprendizagem, o estímulo à criatividade, à produtividade, à eficiência, à economicidade e à melhoria da qualidade do serviço público. O Prêmio contempla servidores da administração pública estadual direta e indireta, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para serem consideradas Boas Práticas, os exemplos devem atender aos seguintes aspectos: iniciativas que gerem bem-estar e ambiente de trabalho decente e configurem processos de aprendizagem; resultados eficazes, com benefícios identificáveis e duradouros; participação efetiva dos servidores e/ou adesão de outros setores; apresentação de evidências objetivas das boas práticas e dos seus resultados. Os servidores ou equipes ganhadoras terão seus nomes inclusos no Banco de Talentos do Governo. As ações vencedoras serão apresentadas e premiadas em evento por ocasião das comemorações ao Dia do Servidor Público.

11.1.8 Consignação em Folha de Pagamento

Foi dado andamento às ações de orientação, coordenação e acompanhamento dos procedimentos de inscrição de entidades que prestam diversos serviços ao funcionalismo baiano, mediante consignação no salário do servidor e pensionista, existindo atualmente 29 entidades cadastradas. Visando avaliar a segurança e promover a inibição de fraudes, foi instaurada, no primeiro semestre de 2007, uma sindicância que identificou fragilidades no processo de consignação e que, ao mesmo tempo, sinalizou oportunidades de melhoria, propondo medidas para torná-lo mais seguro, como, por exemplo, instou a Prodeb a implementar uma sistemática que garanta uma maior segurança no processo de acesso e cadastramento de nova senha dos usuários do site Portal do Servidor para visualização de contracheques. Considerando as crescentes consultas sobre consignação na modalidade empréstimo pessoal, foi implantado um serviço de atendimento telefônico exclusivo para as demandas dos servidores,

pensionistas e instituições financeiras. Com a finalidade de dirimir conflitos entre consignados, que alegam ter tido seu direito lesado, e consignatárias, foram intermediadas audiências de conciliação entre as partes, tendo resolvido várias situações de litígios.

11.1.9 Universidade Corporativa

O Governo da Bahia busca, em sua essência, uma administração mais inteligente, na promoção de uma gestão pública com democracia, participação e transparência, fomentando uma mudança de comportamento institucional. O sucesso desse empreendimento reside essencialmente no grau de envolvimento das partes interessadas, em todos os níveis. É necessário criar um ambiente que estimule a criatividade, a motivação e o engajamento dos servidores em direção à nova cultura que se deseja imprimir na Administração Pública, considerando o servidor público como o agente propulsor da mudança pretendida.

Como estratégia de fortalecimento das ações descentralizadas, foi ampliada a composição do Comitê de Educação Corporativa estendendo a participação a todas as Secretarias. Também foi adotada a estratégia de estímulo à formação de Grupos de Referência em Aprendizagem Organizacional – Graos, formado por representantes de todas as unidades da Secretaria em questão, que tem por finalidade pensar a gestão de pessoas de forma sistêmica, de modo a promover mudanças na cultura organizacional da instituição. No período de março a dezembro foram formados e acompanhados dois grupos – SAEB e PGE, e iniciado o processo de estruturação do Grao Detran.

Foi realizada uma revisão na estrutura programática, substituindo a estratégia de capacitação por demanda pelo desenvolvimento de programas centrados em eixos de interesse, a saber:

- Fortalecimento dos aspectos estruturantes de gestão pública no executivo estadual;
- desenvolvimento de competências gestionais;
- fortalecimento da capacidade de execução das atividades administrativas;
- fortalecimento das carreiras.

Para implementação do Programa de Educação Corporativa foram adotadas duas grandes premissas: a valorização dos

talentos internos do serviço público e a orientação especial para contratação de serviços de capacitação. Foi iniciado o processo de formação do quadro de instrutores, tendo concluído o curso 113 servidores.

No ano de 2007, foi investido R\$ 55 mil na capacitação de 674 servidores, sendo que a maioria desses cursos foi conduzida com instrutoria interna. No âmbito da execução direta das ações de capacitação, foram geradas 5.307 oportunidades, totalizando 2.452 horas de treinamento no ano de 2007, como pode ser constatado na Tabela 17.

Essas ações já desenvolvidas integram programas e projetos de capacitação mais amplos, destinados a viabilizar estratégias

específicas no âmbito da Gestão Pública, tais como a gestão de logística de suprimentos e a gestão de pessoas, entre outras. Não constituem, portanto, ações fragmentadas, com um fim em si mesmas. Vale ressaltar que em sua totalidade, essas ações foram realizadas sem desembolso com honorários de instrutoria, sendo desenvolvidas por instrutores internos e parceiros.

Além dessas ações, foram elaborados 16 Programas de Capacitação, cujos processos já se encontram instruídos e em fase de negociação. Foram ofertadas, também, 52 horas de consultoria interna a diferentes órgãos da administração, para elaboração de seus programas estratégicos de capacitação.

TABELA 17 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO
BAHIA, 2007

AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	CARGA HORÁRIA			
	Unit	Total	Nº DE EVENTOS	Nº DE PARTICIPANTES
Licitação e Contratos (presencial)	20	100	5	154
Licitação e Contratos (à distância)	20	20	1	371
Sistemas Corporativos	12	1.452	121	865
Formação de Pregoeiros (presencial)	20	120	7	315
Formação de Pregoeiros (à distância)	8	20	1	269
Modelos de Protocolo na Administração Pública	12	24	2	20
Seminário sobre Planejamento Estratégico	8	56	7	319
Oficinas de Planejamento Estratégico	24	48	2	48
Oficina de Desenvolvimento Organizacional	8	8	1	45
Oficina de Comunicação Organizacional	8	8	1	28
Seminário de Modernização Institucional	8	8	1	50
Seminários de Aprendizagem Organizacional	4	8	2	100
Encontros de Estruturação dos Grados	12	24	2	40
Laboratórios de Aprendizagem Organizacional	8	56	7	85
Formação de Instrutores Internos	40	200	5	113
Ciclo de Videoconferências de Gestão de Pessoas	4	16	4	800
Seminário Um Olhar sobre as Coordenações de RH	8	8	1	72
Oficina sobre Papel das Coordenações de RH	8	8	1	72
Introdução à Gestão de Contratos e Convênios	8	8	1	90
Curso de Gestão de Contratos	16	16	1	30
Gerenciamento de Projetos MS-Project	24	24	1	28
Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	12	24	2	30
Ética no Serviço Público	4	4	1	40
Treinamento Técnico em Auxílio Funeral	8	8	1	30

Continua

Continuação

TABELA 17 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO
BAHIA, 2007

AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	CARGA HORÁRIA		Nº DE EVENTOS	Nº DE PARTICIPANTES
	Unit	Total		
Jornada de Legislação de RH	8	8	1	80
Oficina de Avaliação e Direcionamento Estratégico SAEB	16	16	1	78
Encontro de Servidores da Previdência Estadual	8	8	1	50
Oficina de Avaliação e Direcionamento Estratégico Irdeb	8	8	1	25
Curso de Auto-avaliação PDG	24	72	3	68
Serviços Terceirizados e Banco de Preços	16	16	1	123
Como Ligar com a Administração Pública Estadual	8	8	1	205
Workshop As Inovações nas Compras Públicas da Bahia	8	8	1	214
XXIII Congresso Nacional de Procuradores de Estado	40	40	1	450
TOTAL	–	2.452		5.307

Fonte: SAEB/SRH

11.2 SAÚDE DO SERVIDOR

Prestar serviços de qualidade aos beneficiários e manter o equilíbrio financeiro do Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores – Funserv derivaram todas as ações empreendidas, em 2007, pelo Governo do Estado na gestão do Sistema de Assistência à Saúde do Servidor Público. Merece destaque especial o estabelecimento de relações contratuais regulares entre o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv e sua rede de prestadores de serviços; o aperfeiçoamento do sistema de controle, com ênfase em auditoria médica; e a implementação de um programa de prevenção de doenças e de fortalecimento dos canais de relacionamento com os beneficiários.

11.2.1 Contratualização da Rede

Pela primeira vez na história do Planserv, a relação entre o plano e seus prestadores de serviços passou a ser regida por contrato. As regras de contratação estão sendo publicadas em edital de credenciamento e todos os prestadores que atendem aos requisitos técnicos e legais estão sendo contratados sem nenhum tipo de interferência pessoal ou análise subjetiva.

Desde 2001, mais de 800 empresas prestavam serviços de saúde ao Planserv, sem contratos, e após um processo de credenciamento iniciado com as especialidades de Clínica Médica, Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria, foram assinados 118 contratos, atendendo aos 417 municípios. Conforme os dados constantes na Tabela 18, essa iniciativa gerou um

TABELA 18 CONTRATUALIZAÇÃO DA REDE
BAHIA, 2007

EDITAL	CONSULTAS MÉDICAS		
	MÉDIA DE ATENDIMENTO ANTERIOR	OFERTA DO CREDENCIAMENTO	INCREMENTO %
001/06 - 130 municípios	7.413	24.000	224,0
002/06 - 286 municípios	11.506	40.100	249,0
003/07 - Salvador	19.497	46.000	136,0
TOTAL	38.416	110.100	187,0

Fonte: SAEB/SRH

crescimento da oferta de serviços de quase 249% nas mencionadas especialidades, se comparado ao quantitativo médio de atendimentos no segundo semestre de 2006. Vários municípios, a exemplo de Amargosa, Candeias, Gandu e Camamu, passaram a ter atendimento do Planserv depois do credenciamento.

O cronograma de credenciamento dos outros serviços cobertos pelo Planserv prevê a conclusão do processo até o fim de 2008. Em novembro, foi lançado o edital para remoção e estão em fase de formulação os editais para contratação dos serviços de diagnóstico por imagem, de exames de laboratório, de assistência domiciliar e de consultas em diversas especialidades, em todo o Estado.

11.2.2 Ponto Planserv

Visando identificar os padrões de morbidade apresentados pelos beneficiários do Planserv e, assim, obter uma base de dados para implantação de programas de promoção à saúde e prevenção de doenças, realizou-se, em 2007, um levantamento segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID.

Dante dos resultados do referido estudo, tornou-se imperativa a implantação de um centro de acompanhamento de portadores de Síndrome Metabólica ou qualquer um de seus fatores de risco, com assistência farmacêutica.

Assim, como ponto de partida para a implementação de ações focadas na prevenção de doenças e promoção à saúde da população de beneficiários do Plano, projetou-se o Ponto Planserv. Trata-se de serviço de atendimento ambulatorial, conduzido por uma equipe multidisciplinar, inclusive com médicos especialistas e assistência farmacêutica, devendo estar totalmente implantado em abril de 2008, tendo duas subdivisões:

Centro de Acompanhamento da Síndrome Metabólica – A Síndrome Metabólica é um transtorno complexo caracterizado pela associação de fatores de riscos cardiovasculares, relacionados com resistência à insulina e obesidade abdominal.

Neste sentido, foi elaborado o Programa de Prevenção para Portadores de Síndrome Metabólica, que será composto dos Programas de Diabetes, de Obesidade e de Doenças Cardiovasculares, objetivando reduzir a morbi-mortalidade por

doenças cardiovasculares e evitar ou retardar as complicações de agravos instalados.

Assistência Farmacêutica – Prevê o fornecimento e/ou administração de medicamentos de alto custo, para pacientes que se enquadrem nos critérios clínicos estabelecidos para o Programa de Prevenção. Este serviço viabiliza um maior controle na utilização dos medicamentos, além de acompanhamento preciso da evolução do quadro clínico de cada paciente.

O serviço contempla a aquisição e dispensação de medicamentos de alto custo em oncologia, hepatologia e reumatologia e para doenças cardiovasculares e endócrinas, para beneficiários do Planserv inscritos nos Programas de Prevenção, estimulando a continuidade do tratamento pelos portadores destes agravos.

11.2.3 Sistema de Autorização 100% Web

Em substituição à Central de Marcação de Exames, foi implantado o sistema de autorização *on-line*, através do qual todos os exames de imagem são solicitados e autorizados via *internet*, gerando a redução dos prazos para autorização de procedimentos e materiais de 15 dias para, no máximo, dois dias em 80% dos casos.

Vale destacar que procedimentos sujeitos a agendamento foram reduzidos de 61 para 11. Em outras palavras, 50 tipos de procedimentos cujas autorizações eram emitidas para o mês subsequente ao ingresso do pedido, passaram a ser imediatas.

Como efeitos dessas medidas, a quantidade média mensal de reclamações na imprensa caiu 44%, comparando-se o primeiro semestre de 2007 com o segundo semestre de 2006.

A abrangência do sistema vai ser ampliada gradativamente para outros procedimentos e no primeiro semestre de 2008 todos os pedidos de autorização do Planserv serão recebidos e respondidos via *WEB*.

11.2.4 Ampliação dos Canais de Interação

Em 2007 foram ampliados os pontos de atendimento do *Call Center* Planserv de 30 para 45, por turno, assim como seu horário de funcionamento, em duas horas de segunda a sexta e quatro horas no sábado.

A Ouvidoria foi acionada pelos beneficiários do Plano, em média, 630 vezes por mês em busca de informações ou prestando queixas. Em 98% das oportunidades as respostas foram imediatas ou no máximo em 48 horas.

Em outubro foram enviadas 400 cartas com extratos de utilização aos beneficiários cujas despesas foram as mais altas do Plano, com o objetivo de confirmar a realização dos procedimentos e estabelecer uma espécie de parceria na fiscalização dos recursos do Planserv. Com relação à rede referenciada, foi aperfeiçoado o Boletim Eletrônico para os Prestadores dos procedimentos e atualizadas as informações cadastrais no site do Planserv.

A Tabela 19 mostra o resultado da pesquisa realizada junto a 3.625 beneficiários, com o intuito de identificar os serviços que deveriam ser oferecidos nos Postos Planserv, instalados nas unidades hospitalares de Salvador e Região Metropolitana, bem como avaliar o conjunto dos serviços disponibilizados.

TABELA 19 PESQUISA DE OFERTA DE SERVIÇOS BAHIA, 2007

DISCRIMINAÇÃO	%
Auxílio para autorização de exames e procedimentos médicos	19,0
Informações sobre unidades de saúde que atendem pelo Planserv	19,0
Solicitação de inclusão ou exclusão de dependentes, Mudança de plano, Informações sobre carência	19,0
Informações sobre especialidades e procedimentos oferecidos pelo Planserv	17,0
Registro de reclamações e críticas	17,0
Outras sugestões	9,0
TOTAL	100,0

Fonte: SAEB/Planserv

11.2.5 Uso de Genéricos na Rede Prestadora de Serviço

Foi editada a Portaria nº. 358, em junho de 2007, tendo como objetivo eliminar gastos excessivos com medicamentos, como também exigindo a seus prestadores de serviços a utilização

de medicamentos genéricos em pelo menos 80% dos casos em que a substituição do produto de marca é possível.

A aludida norma vai possibilitar a prestação de uma assistência de melhor qualidade aos beneficiários do Plano, na medida em que a economia gerada a partir da sua implementação será revertida para a atração de novos prestadores e ampliação de serviços. Outro efeito é o estabelecimento de redução de 17% no valor dos medicamentos quimioterápicos, devido à isenção do ICMS, e 5,5% para os demais medicamentos.

No período de janeiro a agosto de 2007, o Planserv gastou, em média, R\$ 10,3 milhões por mês com medicamentos. Já no período de setembro a novembro, então sob vigência da Portaria, este valor reduziu-se, em média, a R\$ 8,5 milhões, representando uma economia de 17%.

11.2.6 Dinamização da Auditoria Médica

Em 2007, o Planserv criou duas unidades voltadas ao controle das contas dos procedimentos médicos: Contas Médicas e Auditoria. A primeira área tem atribuições de análise dos documentos apresentados ao Plano pelos seus prestadores de serviços, enquanto a segunda, de Auditoria, responde por atividades investigativas, inclusive nos locais onde os serviços são prestados e junto aos beneficiários, com vistas a coibir procedimentos lesivos ao Planserv.

Até 2006, a fragilidade da auditoria médica, para verificação da propriedade das cobranças direcionadas ao Planserv, era evidente. Em 2007, cruzamentos de informações relativas às contas médicas passaram a ser feitos eletronicamente, de modo que em um único mês cobranças indevidas superiores a R\$ 900 mil foram identificadas somente no item medicamentos.

Em decorrência disso, os processos de auditoria de contas médicas foram ampliados e informatizados, fazendo com que todos os 874 prestadores estejam com suas contas analisadas eletronicamente, com base em parâmetros assistenciais e preços máximos estabelecidos pelo Planserv.

Das contas médicas apresentadas ao Planserv, somente no mês de setembro de 2007, que totalizaram cerca de R\$ 44,5 milhões, 63,5% foram auditadas por empresas terceirizadas *in loco*.

A fim de expandir os mecanismos de controle e fiscalização, foi realizada a contratação de 51 auditores, através de seleção pública, para implementar as novas ações de auditoria, com a extensão dos procedimentos ao interior do Estado.

A partir do treinamento e do efetivo exercício dos novos auditores, serão intensificados os cruzamentos de dados de atendimento com os parâmetros de razoabilidade do Planserv e selecionados prestadores de serviços que devem ser priorizados para execução de auditorias em profundidade.

11.2.7 Pacote para Procedimentos

O Planserv vem buscando racionalizar a remuneração dos prestadores de serviços, através do estabelecimento de valores referenciais para pacotes de procedimentos, os quais contemplam todos os elementos componentes dos serviços, tais como: honorários médicos, diárias, taxas, materiais e medicamentos, de modo a garantir previsibilidade e facilidade de controle.

Para tanto, o Plano realiza ampla pesquisa e discussão até que haja a consolidação da especificação técnica do procedimento. Em seguida são efetuadas cotações no mercado e comparativos entre valores pagos por operadoras de saúde, com o intuito de estabelecer o preço final, e, por fim, é discutida com a classe médica para validação dos conceitos técnicos. No ano de 2007 foram formalizados três pacotes para procedimentos: cateterismo, angioplastia e facectomia, cuja redução de valores pode ser observada na Tabela 20.

11.2.8 Redução no Prazo de Pagamento à Rede Referenciada

Em 2007, como decorrência do equilíbrio financeiro alcançado na Gestão do Funserv, os prazos de pagamento das contas médicas, que historicamente ultrapassavam 60 dias a contar da apresentação das faturas, foram reduzidos a 30 dias. Com isso, foi possível efetuar o pagamento de 13 meses de serviços médicos prestados, inscrevendo o 14º mês (dezembro/07) em Restos a Pagar – RP. Dessa forma, eliminou-se a figura das Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, que até o ano de 2006 comprometia o orçamento, transferindo para o exercício seguinte o equivalente a dois meses de despesa referente aos serviços prestados no ano anterior.

11.2.9 Reserva Técnica

Em 2007, o projeto de lei que prevê a constituição da reserva técnica financeira do Planserv foi concluído com aval da Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento e Procuradoria Geral do Estado.

O referido projeto prevê que até que se constitua uma reserva técnica financeira correspondente a três vezes a despesa mensal média liquidada nos doze meses imediatamente anteriores, caberá ao Estado, depositar em conta destinada exclusivamente a este fim, uma contribuição adicional de 5% calculados sobre os valores das contribuições dos beneficiários.

A reserva técnica financeira poderá ser usada na implantação de programas prioritários e específicos de controle e prevenção de doenças, bem como para a regularização do fluxo de atendimento, quando for identificada, por dois meses con-

**TABELA 20 | VALOR REFERENCIAL POR PROCEDIMENTO MÉDICO
BAHIA, 2007**

PROCEDIMENTO	VALOR (R\$ 1.000,00)	ANTERIOR	PACOTE	REDUÇÃO %
FACECTOMIA	2,40	2,40	1,91	20,4
ANGIOPLASTIA	22,68	22,68	14,82	34,7
CATETERISMO	3,19	3,19	2,60	18,5

Fonte: SAEB/Planserv

secutivos, demanda por serviços maior que a oferta. Poderá ainda ser usada para incorporação de novas tecnologias ou procedimentos médicos e ampliação de coberturas.

11.2.10 Painel de Bordo

Com o intuito de aperfeiçoar o acompanhamento das informações gerenciais do Planserv, foi construído, em 2007, um conjunto de indicadores denominado Painel de Bordo, que oferece, aos gestores do Plano 30 indicadores com informações de receitas, despesas, quantidade de atendimentos, prazos de internação, quantidade e faixa etária de beneficiários, entre outras.

Esta ferramenta subsidia a tomada de decisões, sinalizando as tendências e disparando alertas de situações consideradas fora do padrão de normalidade.

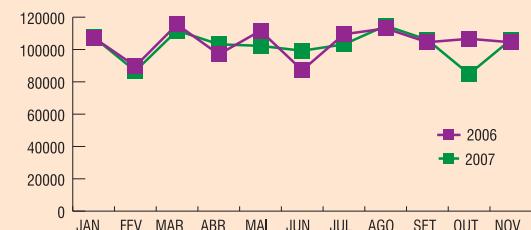
11.2.11 Estudo Atuarial

Para aprimorar seu modelo de gestão, através do estabelecimento de critérios de contribuição que garantam a viabilidade econômica do Planserv no longo prazo e da construção de projeções financeiras decorrentes de padrões razoáveis de utilização, foi contratada, em 2007, empresa de consultoria especializada em serviços de atuária. A realização do estudo com vistas a proceder ao diagnóstico e avaliação do sistema de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais já foi concluída, mas as recomendações ainda serão submetidas ao Conserv, para aprovação e, se for o caso, promover os ajustes no Decreto que regulamenta o funcionamento do Planserv.

11.2.12 Serviços Prestados pelo Planserv

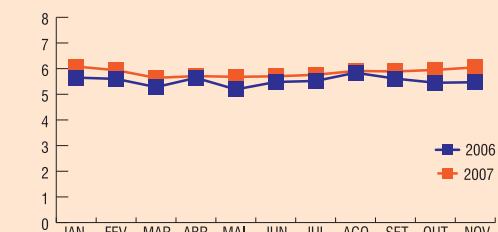
O Planserv assiste atualmente a 437 mil beneficiários, distribuídos entre titulares, dependentes e agregados. De janeiro a novembro de 2007, o número de consultas realizadas se manteve estável em relação ao mesmo período de 2006, considerando a média; já o índice de exames realizados por consultas aumentou durante a maior parte do período, como pode ser observado nos Gráficos 9 e 10. A despesa com internações representou 56% do total aplicado no ano, já com serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, 34% e com consultas, 10%, como mostra o Gráfico 11.

**GRÁFICO 9 | QUANTITATIVO MENSAL DE CONSULTAS
BAHIA, 2006-2007**



Fonte: SAEB/Planserv
(*) Dados até novembro

**GRÁFICO 10 | EXAMES POR CONSULTA
BAHIA, 2006-2007(*)**



Fonte: SAEB/Planserv
(*) Dados até novembro

**GRÁFICO 11 | DESPESAS ASSISTENCIAIS POR TIPO DE SERVIÇO
BAHIA, 2007**



Fonte: SAEB/Planserv
(*) Dados até novembro

TABELA 21

GASTO POR PROCEDIMENTO
BAHIA, 2006-2007

	2006 (R\$ 1.000,00)			2007 (R\$ 1.000,00)		
	QUANTITATIVO	VALOR	GASTO MÉDIO	QUANTITATIVO	VALOR	GASTO MÉDIO
Internações	33.903	195.469,46	5,77	45.935	261.862,48	5,70
Cirurgias	58.391	75.950,36	1,30	106.768	93.255,70	0,87
Exames	5.695.679	65.548,04	0,01	7.398.288	90.982,19	0,01
Outros Procedimentos	2.592.590	73.405,36	0,03	3.422.508	106.637,86	0,03
Pacientes Atendidos	281.068	349.242,79	1,24	359.342	471.751,60	1,31

Fonte:SAEB/Planserv
(*) Dados até novembro

Os dados apresentados na Tabela 21 indicam que o quantitativo de internações realizadas em 2007 aumentou em 10,9% em comparação ao mesmo período de 2006, entretanto, percebe-se que o gasto médio per capita diminuiu em 1,1%. O Planserv teve um gasto médio por beneficiário internado de R\$ 6 mil e uma média mensal de 4.176 internamentos. Cumpre salientar que, dos gastos com internamentos, cerca de R\$ 23 milhões, ou seja, 43%, destina-se ao pagamento de artigos médicos-hospitalares, materiais e medicamentos.

Em comparação ao exercício anterior, percebe-se que os beneficiários tiveram mais acesso aos serviços de saúde, particularmente em cirurgias, com incremento de quase 50%, sendo que os gastos foram gerenciados adequadamente.

12. ADVOCACIA DO ESTADO

Dentre os órgãos integrantes da Administração Pública, a Procuradoria Geral do Estado, embora não seja protagonista de políticas públicas ou de ações de governo, permeia, por força do seu mister, todas as etapas de formação da vontade estatal e de gestão da coisa pública no campo administrativo, velando pela correção jurídica e pela higidez ética das decisões governamentais em seu mais amplo sentido.

A essencialidade da advocacia pública é uma exigência do Estado democrático e de direito que, não comportando arbítrio, reclama para sua conformação e sobrevivência de fortes instrumentos de controle para assegurar a hegemonia de

princípios que são os pilares e a própria alma do regime republicano: a legalidade (conformidade do agir estatal à lei em sentido formal), a legitimidade (adequação das opções políticas aos anseios dos governados), a imparcialidade (atenção aos fins de interesse público), a economicidade (obtenção do melhor produto ou serviço ao menor custo) e a moralidade (atuar probo e honesto).

Nisto consiste precisamente o papel de uma Procuradoria Geral de Estado na organização política brasileira – o de guardião dos princípios republicanos de governo. Pois são exatamente estes os fins que orientam e justificam a institucionalização das atividades de consultoria e assessoramento jurídico, representação judicial e extrajudicial do Estado e sua afetação a um quadro organizado de advogados públicos recrutados pelo sistema do mérito mediante concurso de ampla convocação.

A PGE, como instituição permanente e essencial à democracia e à justiça, tem que se manter imune quanto aos fins que persegue, à alternância de governo. A independência funcional é inerente a seu mister. De revés, terá ela maior ou menor participação e visibilidade conforme o perfil ideológico das forças políticas dominantes. Ao governo de viés autoritário não interessa, obviamente, uma Procuradoria austera e fortalecida. Busca-se, portanto, amesquinhar-la para que, institucionalmente apagada, possa facilmente desviar-se dos seus rumos para servir aos desígnios pessoais do governante. Diversamente, adotando-se como norte os postulados da democracia, o Órgão Jurídico devidamente aparelhado constituirá elemento

absolutamente indispensável à implantação das políticas de governo. Neste contexto, a Procuradoria deixará de ser mero instrumento de apoio da Administração para se tornar, nos limites de sua competência, coadjuvante das ações governamentais.

12.1 A PGE E O ATUAL MODELO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

É evidente, portanto, que, se a plataforma adotada para o exercício do poder anuncia o propósito de implementar um modelo de gestão baseado na transversalidade e norteado pelos postulados da democracia, da ética, da transparéncia, da participação e do controle social, a Procuradoria Geral ganha um especial relevo.

Com efeito, estando tais valores na raiz dos princípios constitucionais da Administração Pública, e uma vez assumidos explicitamente como objetivos de Governo, colocam a Procuradoria como alvo de expectativas sociais e a convocam para assumir, nesse exato sentido, significativa parcela de responsabilidade na concretização desses propósitos. Há, pois, de conscientizar-se desse papel, rever culturas e rotinas, preparando-se convenientemente para isto.

12.2 CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

A percepção desse novo e fascinante desafio trouxe a lume a necessidade de adotar-se como meta setorial prioritária a discussão em torno dos problemas e dificuldades operacionais existentes com a identificação de soluções a serem implementadas em curto prazo.

De fato, se a PGE, fragilizada como ficou, já vinha se ressentindo das péssimas condições de funcionamento, sem espaço físico compatível com o volume da demanda, sem dispor de um quadro efetivo de servidores devidamente qualificados, sem equipamentos em quantidade e qualidade adequados às necessidades do órgão, com sistema de informações absolutamente insuficiente e defasado, sem estações de trabalho para os Procuradores, dificilmente poderia dar conta com a necessária presteza das novas responsabilidades que é convocada a assumir.

Assim, a Procuradoria de Estudos, Divulgação e Documentação – PEDD, promoveu o Seminário Realidade e Perspectivas da Estrutura e Organização da PGE, com o objetivo de discutir problemas estruturais e de gestão, com proposição de soluções nas diversas áreas, dando-se ênfase às metas da gestão já então definidas pelo dirigente do órgão, como sendo: (a) redução da litigiosidade, (b) aumento da arrecadação tributária, e (c) redução do tempo de resposta às demandas.

Os resultados obtidos constituíram a gênese do trabalho que veio a ser posteriormente desenvolvido por cerca de 50 Procuradores do Estado, organizados por comissões temáticas, para a realização de estudos e elaboração de proposta visando à construção de um novo modelo institucional para a PGE, cujo projeto encontra-se submetido à apreciação do Governo.

12.3 AÇÕES COMUNICATIVAS

12.3.1 Seminários e reuniões

Ao mesmo tempo em que busca se estruturar adotando práticas e postulando uma forma de organização compatível com o volume crescente das demandas e o elevado grau de responsabilidade de suas funções, a PGE preparou e executou, durante este ano de 2007, extensa pauta de seminários e reuniões adotando, assim, a linha da reflexão e do diálogo para o intercâmbio de informações entre seus próprios órgãos e agentes e destes com outros setores da Administração, rumo à qualificação e melhor capacitação dos seus quadros.

a) No mês de março, foi realizado o seminário “Orçamento Público e Execução Orçamentária e Financeira sob a Égide da Lei de Responsabilidade Fiscal” franqueado aos servidores da própria Procuradoria, especialmente os Procuradores, bem como a outros agentes da Administração Pública dos três Poderes do Estado.

b) Em abril, discutiu-se – Atualidades do Direito Administrativo: “Parcerias Público Privadas – PPP”, havendo reunião com os Procuradores do Estado e diversos servidores da SEINFRA, SAEB e SEFAZ.

c) Ainda no mês de abril, atendendo a uma solicitação da Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB, a PGE, através da Procuradoria de Estudos, realizou seminário sobre “Atuali-

zação em Direito Tributário Estadual”, que contou com a participação de desembargadores, juízes, assessores do Tribunal de Justiça e advogados, além dos próprios Procuradores.

d) Por solicitação da AMAB, a PGE, dando ênfase à necessidade de estimular o diálogo e a integração entre os órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário, e adotando o conceito da transversalidade como modo de atuação no sentido de favorecer aperfeiçoamento das decisões estatais, organizou e patrocinou importante encontro com o objetivo de discutir a “Qualidade de Vida e Saúde do Servidor do Judiciário Baiano”, focalizando tipos de doenças ocupacionais especialmente Lesões por Esforço Repetitivo – LER e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – Dort, à luz do Estatuto do Servidor Público Civil do Estado, – Lei nº 6677/94.

e) Objetivando ampliar a relação interinstitucional entre a Procuradoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, no mês de maio, a PEDD promoveu um seminário interno para os procuradores, Assessores Técnicos, substitutos de Conselheiros e outros servidores do Tribunal de Contas do Estado, buscando o exame conjunto de questões, em face do crescimento da demanda, para alcançar, o quanto possível, a unidade de orientação entre os dois órgãos.

f) A reciclagem e a capacitação dos Procuradores da área Judicial em face das profundas transformações do Código de Processo Civil foi a motivação que levou a PEDD a organizar o seminário sobre “Atualidades em Processo Civil – As Reformas do CPC e Outros Temas”, desdobrado em vários módulos e realizado nos meses de maio a agosto, destinado especificamente aos Procuradores do Estado, aos Procuradores Jurídicos das Autarquias e Fundações e aos Advogados das empresas públicas e das Sociedades de Economia Mista do Estado da Bahia.

g) Ainda no mês de agosto, pionieramente, a PGE promoveu um amplo e importante encontro entre Diretores Gerais e Administrativos e as Coordenadorias de Recursos Humanos de toda a Administração Pública Estadual, para troca de informações, com o título “Dialogando com a PGE sobre Processos Administrativos e Judiciais”.

h) Dando-se início ao debate em torno da reorganização da Procuradoria Geral, reuniram-se todos os Procuradores em as-

sembléia geral para tomarem conhecimento das diretrizes e metas adotadas pela atual gestão do Órgão e se engajarem, de forma participativa, nos debates destinados à construção de um modelo de organização de serviço jurídico capaz de fazer face aos novos desafios da Procuradoria Geral.

i) Como consequência dessa atividade, as seis Comissões Temáticas criadas pelo Procurador Geral (Portaria nº PGE 232/07) para promover as pesquisas, os estudos e os debates necessários, cumpriram a seu tempo o encargo recebido, cabendo à Comissão de Sistematização, criada na mesma oportunidade, a tarefa de elaborar anteprojeto de lei para reforma da atual Lei Orgânica da PGE (Lei nº 8.207/02). A proposta final por todos aprovada foi submetida ao Procurador Geral no dia 05.12.2007.

j) Com o apoio da Coordenação de Informática, em outubro de 2007 foi realizado encontro dos órgãos de apoio administrativo da Procuradoria para assistir a apresentação de sistemas alternativos de tecnologia da informação, com vistas à escolha de alternativas mais adequadas às necessidades do Órgão.

k) Além desses eventos, a ação comunicativa vem sendo intensificada internamente com a instituição de reuniões ordinárias mensais de cada Procuradoria com seus próprios integrantes, contando com a participação do Gabinete e de representantes das demais, com o objetivo de incentivar o intercâmbio de idéias e informações e preservar a unidade de orientação jurídica no âmbito estadual.

12.3.2 Congresso Nacional de Procuradores de Estado

Gracas ao empenho da Procuradoria Geral e da Associação dos Procuradores, a Bahia conseguiu sediar um encontro jurídico de âmbito nacional. Nos dias 07 a 11 de outubro, realizou-se no Arraial da Ajuda, em Porto Seguro, o XXXIII Congresso Brasileiro de Procuradores de Estado, reunindo-se com os Procuradores de todos os Estados da Federação, juízas, professores, promotores, juízes, desembargadores e ministros, formando um universo de cerca de 500 participantes que, durante cinco dias se debruçaram sobre temas da maior atualidade e importância do interesse da Administração. Questões como Parcerias Público Privadas – PPP, Federalismo Fiscal, Licitações, a Fazenda Pública em Juízo, Proteção do

Meio Ambiente e tantas outras, foram amplamente debatidas com discussão de julgamento de teses com indicação de interessantes soluções para angustiantes problemas administrativos e governamentais.

12.4 ATUAÇÃO PRÓ-ATIVA E PARTICIPATIVA

Revendo cultura e rompendo paradigmas ultrapassados, a PGE tem procurado estimular os Procuradores a participarem, cada vez mais, dos processos de elaboração das decisões administrativas, comprometendo-se funcionalmente com a eficácia das ações governamentais, saindo da passividade que sempre marcou a advocacia pública consultiva, para assumirem o papel ativo na condução dos assuntos de interesse da Administração. Neste sentido, o Procurador é convocado a estudar, identificar e apresentar, se houver, solução alternativa àquela inicialmente proposta pela autoridade, quando o parecer concluir pela inviabilidade legal ou jurídica da fórmula indicada.

Na mesma linha, pugna-se para que o advogado público no exercício da assessoria jurídica, sempre que necessário ou conveniente, empenhe-se por indicar soluções normativas ou administrativas que tenham por objeto a viabilização das ações com resguardo do interesse público envolvido.

12.4.1 Gestão dos Serviços de Saúde

Já concretizando esse novo modo de atuação, tendo em vista a evasão de receita pública decorrente do cumprimento de decisões judiciais que determinam o fornecimento de medicamentos de alto custo, a PGE alertou a Secretaria de Saúde para a necessidade de perseguir junto à União Federal o reembolso desses dispêndios através do mecanismo da compensação administrativa, como a Apac, que seria a prestação de contas realizada periodicamente perante o Ministério da Saúde para esse fim. Paralelamente, com o objetivo de obter judicialmente a afirmação dessa orientação, a PGE, em atitude pioneira na Federação, ingressou com ação específica contra a União Federal, obtendo decisão favorável com o reconhecimento do direito do Estado Federado a esse reembolso.

Outro resultado obtido com essa atuação comprometida e participativa, por sugestão da PGE, a SESAB criou o Nú-

cleo Interdisciplinar de Assessoramento e Acompanhamento das Ações Judiciais no âmbito da Atenção à Saúde, integrado por servidores seus e da Procuradoria Geral.

Ainda como desdobramento desse agir compartilhado, foram formadas na Secretaria de Saúde – SESAB, as Câmaras Técnicas encarregadas de elaborar estudos e emitir laudos a respeito das pretensões quanto a fornecimento de medicamentos, para orientar o gestor e subsidiar a defesa do interesse público em Juízo.

A virada cultural da PGE fez-se sentir mais uma vez quando obteve, com a força do discurso institucional, o deslocamento da Juíza titular de Vara da Fazenda Pública até Brasília.

Mercê dessa política, hoje o Poder Judiciário já vem acolhendo os pedidos de perícia médica formulados pelo Estado e cassando liminares anteriormente deferidas após apreciação das razões apresentadas pelo Estado.

12.4.2 Arrecadação Tributária

Uma das metas que a PGE se propôs alcançar é justamente o desenvolvimento de ações de incremento à arrecadação tributária. Para fazer face a esse projeto, a PGE adotou importantes iniciativas no âmbito interno e externo.

Uma dessas ações, de reconhecido relevo, foi a realização de convênio com o Detran, para viabilizar a averbação cadastral premonitória, da existência de pendências fiscais no Estado em nome de proprietários de veículos automotores, o que favorece a busca pela quitação sempre que houver transferência de domínio ou pedido de financiamento para aquisição daqueles bens.

Ganhou destaque, ainda, a iniciativa da PGE em conjugar esforços entre órgãos e instituições estaduais, visando o combate a crimes contra a ordem tributária – proposta esta concretizada com a celebração de convênio de cooperação técnica entre o Poder Executivo (PGE, Profaz e SSP), o Poder Judiciário e o Ministério Público, com o propósito de desenvolver ações integradas, de que irão contribuir para a celeri-

dade das providências emergenciais, como, por exemplo, na busca e apreensão de bens e mercadorias.

Outra vertente importante dessa transversalidade é a manutenção de um fórum permanente de debate interinstitucional sobre o tema em função do qual foi recentemente realizado seminário com a participação de Procuradores, Promotores de Justiça, Auditores Fiscais, dentre outros servidores e interessados, para discutir a questão do Sigilo Fiscal em face da Lei Complementar nº 105/01.

Também de iniciativa da Procuradoria Geral, a proposta de edição de instrumento normativo para a disciplina dos procedimentos em Cartórios e Tabelionatos para cobrança do Imposto de Transmissão e Doação – ITD, (imposto sobre transmissão causa mortis e doações de qualquer natureza), nos atos de separação, arrolamento de bens e outros.

Proposta normativa voltada para o incremento da arrecadação, está contida também no Anteprojeto de Lei que trata da penhora *on line* (constrição judicial de recursos em conta do devedor por meio eletrônico), o que irá proporcionar maior celeridade das execuções, facilitar a constituição da garantia e estimular o cumprimento da obrigação tributária.

No mesmo sentido, foi submetida ao Presidente do Tribunal de Justiça indicação para ampliar as Varas encarregadas das execuções da cobrança da dívida ativa da Fazenda Estadual (aguardando atendimento) e a ampliação de espaço para a Procuradoria Fiscal no Fórum Rui Barbosa destinado à instalação de um Núcleo de Execuções Fiscais abrigando serviços da Profis, inclusive no atendimento ao público, e colocando a Procuradoria mais próxima dos órgãos judiciais e do cidadão-contribuinte.

12.4.3 Política de Pessoal

A baixa qualificação dos quadros de pessoal de apoio administrativo em todo o Estado tem sido uma das causas mais determinantes da morosidade na tramitação dos processos encaminhados à Procuradoria. A administração – isto é antológico – sempre foi avessa ao sistema do concurso público no recrutamento de servidores. Seja por comodismo, seja como forma de abrir espaços ao empreguismo, sucessivas gestões preferem valer-se das contratações temporárias

(que mais cedo ou mais tarde convertem-se em definitivas) ou da criação de cargos impropriamente denominados cargos em comissão, sub-remunerados, para abrigar, por nepotismo ou outros desvios, jovens despreparados, sem qualquer qualificação profissional, que ali se acomodam a troco de quase nada, à míngua de uma política de pessoal que lhes garanta a dignidade funcional com treinamento e capacitação. Apesar da aparente precariedade desses vínculos, muitos ali se aposentam, nos limiares da linha da pobreza, indo engrossar o universo dos segurados da previdência estadual.

Essa situação vai fatalmente repercutir de forma negativa na presteza dos serviços jurídicos porque as consultas formuladas pela administração e os requerimentos encaminhados pelos servidores, empresas ou cidadãos, quase sempre carecem de adequada instrução pela repartição pública originária ou destinatária, com juntada de documentos, elaboração de relatórios, informações ou despachos que devem subsidiar o conhecimento dos fatos necessários à emissão do pronunciamento técnico almejado. Ante a precariedade do sistema atual, os processos geralmente se apresentam deficientemente instruídos, gerando a necessidade da conversão em diligências o que, obviamente, faz multiplicar as tarefas administrativas e retardar a resposta à demanda.

Como forma de minimizar essa dificuldade, a PGE desenvolveu um programa destinado ao treinamento de servidores, trabalhando em duas frentes: (a) elaboração de Cartilhas e Manuais de Procedimentos contendo indicações sistematizadas, por processo e por assunto, das listas de documentos e das informações que devem constar de cada expediente a ser remetido à Procuradoria, e, (b) a realização de cursos para os servidores encarregados de prover o fluxo dos processos administrativos.

No que tange aos serviços de apoio interno, a PGE está encaminhando proposta de revisão legislativa visando à criação de um Grupo Ocupacional Serviços de Apoio Técnico Administrativo à Procuradoria, composto por duas carreiras, sendo uma de Assistente de Procuradoria, de nível médio e, outra, de Analista de Procuradoria, de nível superior, para atender às necessidades do Órgão, atenta a evidência de que, com seus 41 anos de existência, ainda não dispõe de um quadro próprio de pessoal efetivo.

Com o volume da demanda crescendo vertiginosamente a cada dia; a natureza das atividades jurídicas a demandar conhecimentos específicos dos servidores de apoio, especialmente daqueles que lidam diretamente com a tramitação dos processos administrativos e dos feitos judiciais, percebeu a PGE que é chegada a hora de se aparelhar adequadamente para garantir a eficiência e a efetividade de seus serviços.

Afinal, somente contando com um quadro de pessoal próprio, efetivo, organizado em carreira, recrutado mediante concurso público, inclusive para aferição de conhecimentos específicos da área jurídica, poderá a Procuradoria dar conta de suas funções adequadamente, e adotar uma política de pessoal condizente com as necessidades do serviço e a dignidade funcional dos seus servidores.

12.4.4 Poder Judiciário

Em Sede de Assessoramento Jurídico – Diversamente do quanto dispunham as leis estaduais específicas que restringiam a competência consultiva das Procuradorias de Estado ao Poder Executivo, a Constituição Federal não faz essa restrição. Diz que cabe aos Procuradores do Estado e aos do Distrito Federal exercer a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas entidades Federadas. Sendo assim, os órgãos administrativos do Poder Judiciário e os do Poder Legislativo devem também, a rigor, contar com a advocacia pública consultiva a cargo dos Procuradores do Estado.

Percebendo isto, o presidente do Tribunal de Justiça – TJ, Benito de Alcântara Figueiredo, solicitou ao Procurador Geral do Estado a designação de um dos membros da PGE para prestar assessoramento jurídico em matéria administrativa aos órgãos do Judiciário e também para elaborar informações nos mandados de segurança ajuizados contra atos de Juízes e Desembargadores, bem como promover a intervenção do Estado nesses processos.

Feita a designação de um dos seus Procuradores da área judicial para esse novo mister, a PGE, além de contribuir para o aperfeiçoamento das ações administrativas do Tribunal e para a uniformização da orientação jurídica no âmbito do Estado, acaba de estabelecer importante elo de comunicação interinstitucional que vai facilitar uma série de ações conjuntas voltadas para a defesa do interesse público. Uma das primeiras

intervenções da PGE no Tribunal foi a orientação jurídica apresentada para o enfrentamento da greve dos serventuários e o ajuizamento da ação civil pública, que veio por termo ao movimento paredista, beneficiando a Justiça e, consequentemente, toda a sociedade.

Também foi confiada à PGE a orientação ao TJ sobre o questionamento feito junto ao Conselho Nacional de Justiça acerca do processo para escolha dos membros da Mesa no último pleito eleitoral daquele Poder.

Na Conciliação dos Precatórios Judiciais – A Procuradoria Geral tem estado atenta às oportunidades de conciliação como forma de incremento da política de redução da litigiosidade. Nessa diretriz, harmoniza-se com os propósitos do Poder Judiciário que, por iniciativa do Conselho Nacional da Justiça, acaba de lançar campanha em âmbito nacional com o objetivo de diminuir o acúmulo e o fluxo de processos pendentes de julgamento ou de execução nos Juízos e Tribunais.

Esse foi o espírito que orientou a Procuradoria Geral a propor à Secretaria da Fazenda a constituição de um Grupo de Trabalho compartilhado (Portaria nº PGE 91/2007) para acompanhar os processos de conciliação junto aos Núcleos Auxiliares de Conciliação de Precatórios – NACP, no Tribunal de Justiça e no Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 5ª Região, rever as listas dos credores, proceder a revisão dos cálculos respectivos e representar o Estado e suas entidades da Administração Indireta no encaminhamento de propostas e contra-propostas de conciliação, bem como na definição dos termos dos acordos a serem estabelecidos.

Além da almejada redução da litigiosidade e da extinção de processos judiciais, o enfrentamento da dívida fundada – resultante das condenações judiciais (precatórios) – atende a imperativos de ordem constitucional (art. 100 da Constituição Federal) e previne a incidência de sanções financeiras decorrentes de eventuais seqüestros e de interdições a repasse e transferência de recursos (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Por outro lado, cumpre-se preceito de natureza ética por não se compadecer com o perfil de um Governo honesto prevalecer-se da leniência do sistema para se furtar ao pagamento dos seus débitos judicialmente reconhecidos, em detrimento dos inúmeros credores, muitos dos quais humildes servidores

públicos, ativos, aposentados ou seus pensionistas, além de outros cujos créditos visam ao resarcimento de danos há muito sofridos em decorrência de atos ilícitos da Administração.

Demais de tudo isto, o menoscabo a decisões judiciais que são uma das expressões por excelência da soberania do Estado, não se compadece com um modelo de gestão governamental comprometido com os valores da república e os postulados da democracia.

A dívida fundada do Estado da Bahia, representada por precatórios vencidos há mais de oito anos, já ultrapassava, no início de 2007, o patamar de R\$ 1 bilhão, computados os débitos de natureza alimentícia e patrimonial, da administração direta e indireta, na Justiça Comum e na Trabalhista.

Do esforço que vem sendo desenvolvido pela PGE e SEFAZ, resultou a quitação de vários débitos trabalhistas do Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia – Derba (em parcelamento), do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – Sudic e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – Ipac, estando em curso as negociações para o pagamento de cerca de 550 credores integrantes da lista de precatórios alimentícios da Administração Direta junto ao NACP do Tribunal de Justiça, totalizando estes, aproximadamente, R\$ 70 milhões.

Busca-se, com esse trabalho, encontrar alternativas seguras e factíveis, que, simultaneamente, atendam aos interesses dos credores, garantindo a efetividade das decisões judiciais, e assegurem ao Ente Estatal oportunidade de quitar seus débitos em condições compatíveis com as forças do erário.

Nesse sentido, as partes interessadas têm logrado encaminhar conciliações com deságio de 50% para pagamento no prazo de dois anos, em parcelas trimestrais, sem incidência de juros no período, o que tem viabilizado a inclusão de maior número de credores na composição. Além disto, é resguardado o direito do Estado à retenção do imposto de renda e das contribuições previdenciárias, especialmente do Funprev, preservando-se, desse modo, expressiva parcela da receita pública estadual.

12.5 EFETIVIDADE NA ATUAÇÃO JUDICIAL

Mercê dos esforços empreendidos pela PGE até o presente momento, apresenta resultados significativos na área de representação judicial.

12.5.1 Superação de Obstáculos a Transferências Financeiras

Por força de restrições lançadas nos cadastros do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, os órgãos da Administração Direta enfrentaram sérias dificuldades para recebimento de recursos oriundos de transferências voluntárias e resultantes de convênios, o que exigiu da PGE o mais intensivo empenho na obtenção de medidas liminares perante a Justiça Federal e os Tribunais Superiores. Em maio de 2007, o ministro César Peluso concedeu antecipação de tutela reclamada pelo Estado da Bahia nos autos da Ação Civil Originária nº 992 do Supremo Tribunal Federal – STF para: excluir do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias – CAUC as inscrições referentes ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ de entes e órgãos vinculados ao Estado da Bahia, proibir a retenção de verbas destinadas à saúde, educação e assistência social, determinar que eventuais novas inscrições no CAUC sejam precedidas de notificação com prazo de, pelo menos, 75 dias.

Ainda nesse mesmo sentido, por interferência da PGE, foi recentemente assegurada à Secretaria da Fazenda a possibilidade de receber transferência de recurso que lhe estava sendo negada em decorrência de pendência financeira existente no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, pendência esta representada por precatório constante da lista dos precatórios patrimoniais contra o Estado no Tribunal de Justiça. Em Mandado de Segurança ajuizado perante a Justiça Federal, a Procuradoria obteve a concessão de liminar autorizando o INSS a expedir Certidão com eficácia negativa, removendo-se, assim, mais um óbice ao regular encaminhamento das ações administrativas.

12.5.2 Garantia da Continuidade dos Serviços Públicos

Presente esteve ainda a Procuradoria Geral no episódio da paralisação dos serviços de saúde em decorrência do litígio

estabelecido com a Cooperativa de Médicos – Coopamed, logrando obter a condenação desta a cumprir a obrigação de atender à comunidade, sob pena de multa diária, concorrendo, desse modo, para o satisfatório equacionamento do delicado problema.

Também em relação aos serviços de Saúde, é oportuno destacar a cassação de liminares obtidas pela empresa Postdata Bahia em ações populares ajuizadas por “laranjas” para sustar licitações regularmente processadas pela SESAB para contratação emergencial de serviços.

Quanto à impugnação veiculada em mandado de segurança impetrado pelo Município de Lauro de Freitas contra a inauguração do Estabelecimento Penal ali estabelecido, a PGE logrou a obtenção de decisão favorável ao Estado, assegurando o funcionamento do presídio.

Em medida ajuizada pela Câmara de Diretores Lojistas de Salvador – CDL, objetivando cercar a ação fiscalizadora da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, com aplicação de multa aos comerciantes que alteram preços para pagamento, por cartão de crédito, a PGE conseguiu demonstrar a impertinência da demanda, garantindo a continuidade de mais este serviço público de inegável relevância social.

12.5.3 Defesa do Patrimônio Público – Exemplos

Caso Ergon – Além da rotina diária no enfrentamento de centenas de demandas judiciais ajuizadas contra ou pelo Estado da Bahia, na defesa do patrimônio público, a Procuradoria Geral do Estado tem contribuído permanentemente para a redução do passivo judicial. Neste sentido, evitou recentemente a evasão de cerca de R\$ 26 milhões dos cofres públicos, sustando o pagamento de um precatório emitido em execução de título extrajudicial em favor da empresa Ergon Engenharia Ltda., demonstrando ter esta transacionado os títulos postos em cobrança com o antigo Baneb antes do ajuizamento.

Caso Valmir Gomes – Em ação rescisória que ajuizou contra o Espólio de Domingos Teles da Silva e outros, hoje sucedidos pelo cidadão com nome Valmir Gomes da Silva, a Procuradoria logrou desbancar um precatório expedido contra o Derba

cujo valor, em 2005, já alcançava a cifra de R\$ 100 milhões. Obteve no primeiro julgamento, a eliminação da parcela dos juros compensatórios então no montante de R\$ 70 milhões. Nesse mesmo caso, já no Superior Tribunal de Justiça, a PGE obteve parecer do Ministério Púlico Federal (Procuradoria Geral da República) favorável ao acolhimento do seu recurso especial no sentido de ser rescindida a sentença condenatória no que tange à fixação, em Unidade Padrão de Financiamento – UPF, do valor do metro quadrado de área expropriada, o que certamente representará uma redução correspondente a aproximadamente 80% do valor inicialmente fixado.

Caso Cerb – Em execução proposta pela Norberto Odebrecht contra a CERB, foi determinado o bloqueio da quantia de R\$ 800 milhões das contas da empresa, tendo a Procuradoria Judicial, em agravo de instrumento, revertido a situação com a revisão da decisão referida.

GAP/Habilitação – Com a criação da Gratificação de Atividade Policial pela Lei nº 7.145/97, foram expressamente extintas as demais gratificações integrantes do sistema de remuneração dos policiais militares, inclusive a de Habilitação Policial. Os servidores se insurgiram e o Poder Judiciário da Bahia firmara orientação no sentido de que a Gratificação de Habilitação não poderia ser considerada extinta porque isto feria o direito adquirido. Em recurso especial ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça, a Procuradoria Judicial conseguiu inverter a situação com a reforma da decisão recorrida, prevalecendo o entendimento de que também essa vantagem fora legalmente absorvida pela GAP. Trata-se de decisão relevante pela ampla repercussão dentro da extensa categoria dos militares ante o efeito multiplicador que já vinha se produzindo a partir das decisões do Tribunal baiano.

Caso Desenbahia – Por interferência da Procuradoria Judicial foi evitado o bloqueio da quantia de R\$ 800 mil nas contas da empresa por ato do Juízo de uma das Varas da Fazenda Pública da Capital.

Escalonamento Vertical – PM – Outra vitória alcançada foi a contenção da onda de ações judiciais que vinham sendo propostas por policiais militares postulando revisão de vencimentos com base no chamado “escalonamento vertical”, pretendendo os autores que os soldos atualmente pagos à categoria teriam de sofrer significativa majoração sob o argumento de que tal

escalonamento não estava sendo observado. Defesa do Estado contra tal pretensão acabou sendo acolhida integralmente, dando um basta em mais este expediente que iria tumultuar o sistema de remuneração dos militares e minar recursos do erário.

Enquadramento Funcional – Contida também pelo trabalho da PGE a tentativa empreendida por um grupo de integrantes da carreira de especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental que pretendia enquadramento na Classe II do cargo de Técnico em Serviço Público. Com sentença favorável, o Estado deixou de enfrentar os riscos do efeito multiplicador dessa demanda.

Desconto e retenção de Imposto de Renda em precatório trabalhista do Derba – Identificada por intervenção do Setor de Cálculos da PGE, a evasão de receita com a omissão da Justiça do Trabalho no encaminhamento da quitação de um dos precatórios devidos pelo Derba, a interferência da PGE no caso rendeu a economia de mais de R\$ 600 mil para os cofres do Estado.

12.6 CONTROLE TÉCNICO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

Dispondo as autarquias e fundações públicas de autonomia financeira, cada uma delas conta com seu próprio quadro de Procuradores encarregados da consultoria e da representação judicial, cabendo à Procuradoria Geral, por força de lei, apenas exercer o controle técnico desses serviços.

Ao longo do tempo, todavia, os quadros jurídicos dessas entidades foram se esvaziando por aposentadorias e exonerações, sem que houvesse uma decisão política no sentido de abrir concursos para o provimento das vagas existentes. Por conta disto, as atividades da PGE junto a essas entidades, que deveriam restringir-se ao controle técnico, tiveram de ser ampliadas, na prática, para compreender, também, o assessoramento aos dirigentes, seja em matéria jurídica, seja no que diz respeito à gestão do pessoal técnico, com a redefinição de lotações, etc., acarretando um incremento dessa demanda de 2006 a 2007, em torno de 82%.

12.7 CRESCIMENTO DA DEMANDA

Os gráficos do Anexo I revelam o aumento da demanda pelos serviços da Procuradoria Geral do Estado entre os exercícios de 2006 e 2007. O número total de processos novos recebidos

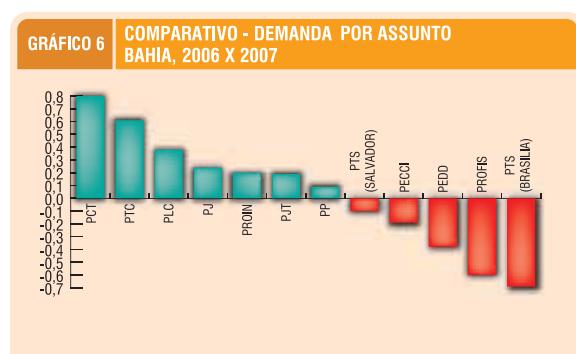
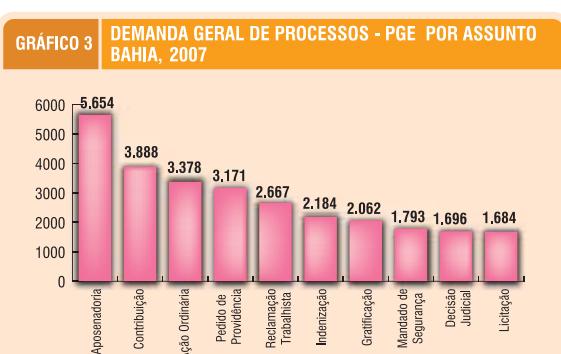
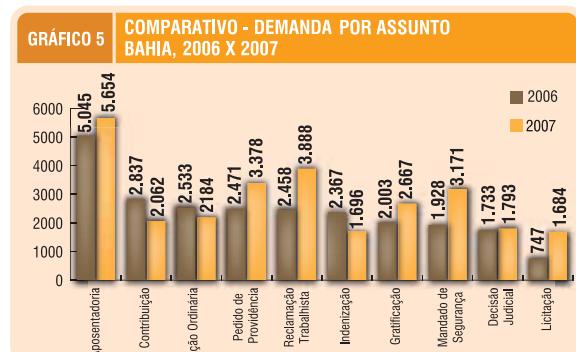
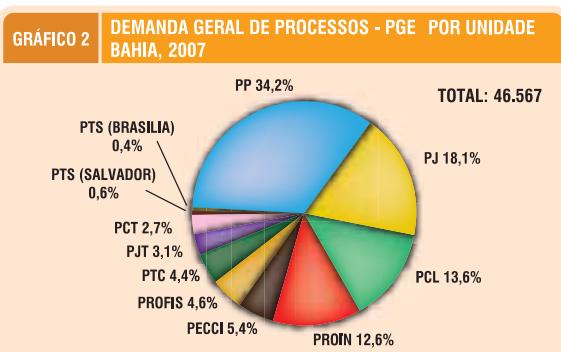
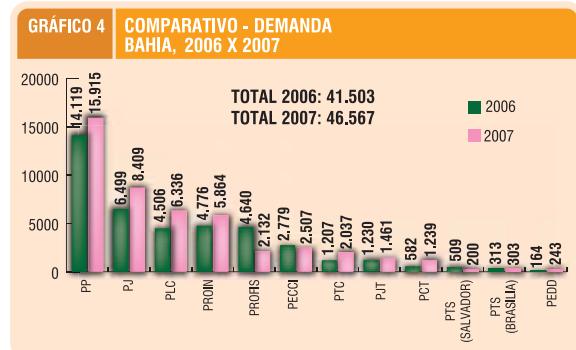
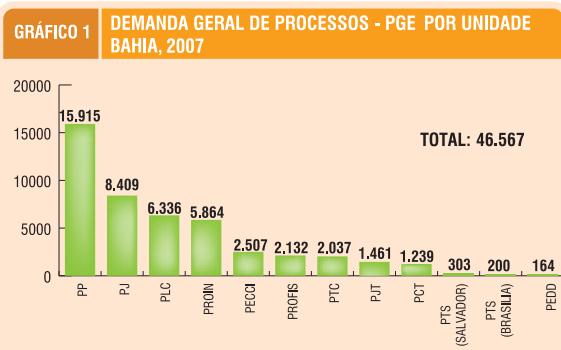
saltou de 41.503 para um montante de 46.567, um incremento, portanto, de cerca de 12%. Destacam-se dentre as demandas as relativas a pleitos de servidores públicos que alcançaram o total de 15.915 processos contra 14.119 em 2006. Nota-se ainda um significativo aumento da litigiosidade contra o Estado, pois, enquanto no ano de 2006 a PGE recebeu 6.499 mandados de citação, em 2007 atingiu-se o total de 8.409. As solicitações das autarquias e fundações públicas passaram de 682 em todo o ano de 2006 para 1.239 em 2007. Proporção significativa é observada ainda nas demandas do interior do Estado que passaram de 4.776 em 2006 para 5.864 em 2007.

12.8 PARTICIPAÇÃO NO INCREMENTO DA RECEITA

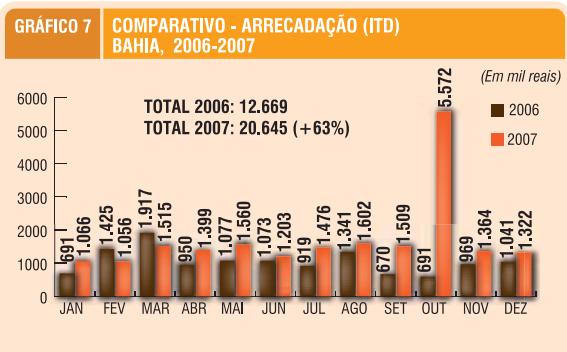
É importante registrar ainda que apesar do elevado aumento das ações judiciais contra o Estado a reclamar a concentração de maior número de Procuradores nas atividades de defesa, a PGE ainda conseguiu alcançar níveis recordes de produtividade na cobrança da dívida pública como ocorreu com a arrecadação do Imposto de Transmissão mercê do trabalho intensivo da Procuradoria Fiscal, carreando aos cofres públicos, só de ITD, uma receita no montante de R\$ 20,6 milhões contra R\$ 12,7 milhões no ano anterior, ou seja, um incremento de 62%. Além disto, a Procuradoria conseguiu carrear para os cofres públicos do Estado a quantia de R\$ 23,7 milhões em decorrência da cobrança de créditos em dívida ativa tributária, como demonstram os gráficos do Anexo II.

A esse desempenho soma-se a redução da dívida fundada (precatórios vencidos) em aproximadamente R\$ 80 milhões em decorrência do trabalho desenvolvido pela PGE junto aos Núcleos de Conciliação, cujo resultado previsto engloba os deságios até aqui obtidos e a sustação do precatório emitido em favor da Ergon Engenharia Ltda., este no valor aproximado de R\$ 26 milhões.

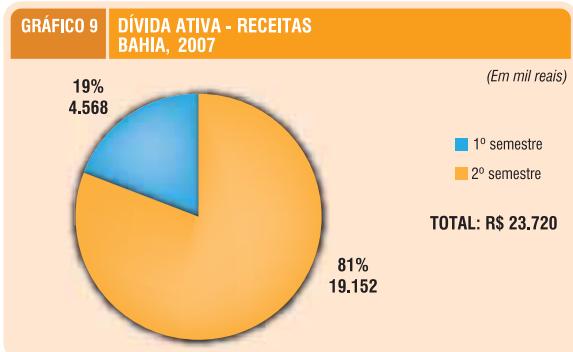
ANEXO I - GRÁFICOS DE DEMANDA PROCESSUAL



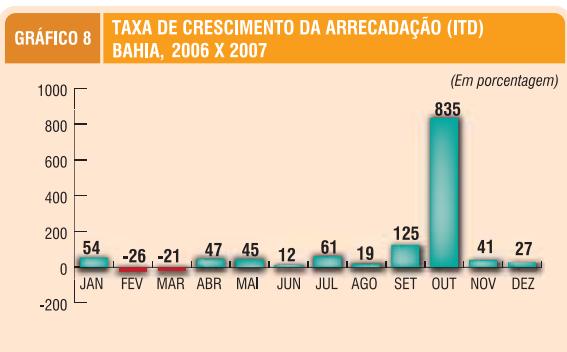
ANEXO II - GRÁFICOS DE PARTICIPAÇÃO NO INCREMENTO DA RECEITA



Fonte: SIGAT/SEFAZ



Fonte: SIGAT/SEFAZ



Fonte: SIGAT/SEFAZ